

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO  
Mestrado em Administração de Empresas

**A ESCOLHA DO CURSO E AS EXPECTATIVAS  
PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AO MERCADO  
DE TRABALHO, DOS ALUNOS DO ENSINO  
SUPERIOR NOTURNO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE EMPRESAS EM INSTITUIÇÕES  
PARTICULARES**

U  
d  
658.007  
M672e  
2001  
Ex.2 BC

N.Cham d 658.007 M672e 2001  
Autor: Miranda, Nonato Ass  
Título: A escolha do curso e as expectat



Ex.2 BC U

Nonato Assis de Miranda

Dissertação apresentada à Fundação Escola de  
Comércio Álvares Penteado – FECAP, para a  
obtenção do título de Mestre em Administração de  
Empresas (Área de Concentração: Ensino de  
Administração)

*Orientador: Professor Dr. Dirceu da Silva*

São Paulo  
2001



FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Presidente Honorário FECAP: Silvio Álvares Penteado Neto

Presidente do Conselho de Curadores: Horácio Berlinck Neto

Membros do Conselho:

Abram Abe Szajman

Antonio Carlos de Salles Aguiar

Ester de Figueiredo Ferraz

Flávio Fava de Moraes

Mário Amato

Paulo Ernesto Tolle

Diretor Superintendente: Oliver Gomes da Cunha

Diretor Institucional: José Joaquim Boarin

Diretor Acadêmico: Manuel José Nunes Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro: Marcelo Freitas Camargo



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO – FACESP

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo:

Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo:

Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Coordenador do Curso de Mestrado em Administração de Empresas:

Prof. Dr. Daniel Augusto Moreira

Aos meus pais

Geraldo Guimarães de Miranda

Maria da Conceição Gomes

## Agradecimentos

No decorrer do desenvolvimento desta dissertação, inúmeras foram as demonstrações de estímulo e ajuda recebidas. Gostaria de manifestar inicialmente meu agradecimento especial ao professor Dr. Dirceu da Silva por sua orientação, muito importante na estruturação metodológica da pesquisa, nas críticas construtivas e no tratamento estatístico dos dados obtidos.

Agradeço também à professora Dra. Arilda Schmidt Godoy pelas sugestões de leitura e pelas vezes em que efetuou recomendações válidas para o estudo e se dispôs a me ouvir nos momentos de dúvidas e angústias.

Peças fundamentais na consecução dessa dissertação foram também os responsáveis pela coleta dos dados junto às instituições pesquisadas e os alunos que responderam os questionários. Sem a colaboração dos alunos e a ajuda dos colegas mestrando – Delmário Pereira Lima, José Olival Moreira de Almeida Jr, Osvaldo Matarossi Filho e Mauro Sérgio de Oliveira -, que souberam compreender a natureza do trabalho e que puseram a si mesmos à disposição para esta tarefa tão importante, este trabalho não teria obtido o mesmo êxito.

Ao meu colega mestrando, professor João Augusto de Moura, um agradecimento especial pela ajuda no tratamento estatístico e processamento dos dados. Agradeço também aos funcionários da FECAP e aos demais colegas e amigos, que apesar de não terem seus nomes citados, de um jeito ou de outro contribuíram para a realização desta dissertação.

Por último, gostaria de agradecer a minha família pela compreensão da necessidade de dedicação à pesquisa, o que me fez ausente em momentos importantes, e ao Ailton Firmino de Omena companheiro e amigo de todas as horas.

## Sumário

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>13</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Justificativa .....	18
1.2 Objetivos .....	20
1.3 Hipótese Orientadora.....	20
1.4 Tipo de pesquisa.....	22
<b>2 O TRABALHADOR – ESTUDANTE: CONHECENDO MELHOR O ALUNO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO.....</b>	<b>24</b>
<b>3 A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>32</b>
3.1 A privatização do ensino superior e a evolução do ensino de administração no Brasil.....	37
3.2 Alguns dados sobre a evolução do ensino superior noturno no Brasil.....	41
<b>4 O MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>56</b>
4.1 O mercado de trabalho no Brasil .....	58
4.2 Principais características do mercado de trabalho brasileiro .....	65
4.3 O mercado de trabalho e o profissional de administração .....	69
<b>5 A ESCOLHA PROFISSIONAL .....</b>	<b>78</b>

<b>5.1</b>	<b>A escolha do curso de Administração.....</b>	<b>84</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>89</b>
<b>6.1</b>	<b>Sujeitos .....</b>	<b>89</b>
<b>6.2</b>	<b>Descrição do Instrumento.....</b>	<b>90</b>
<b>6.3</b>	<b>Aplicação do Instrumento.....</b>	<b>91</b>
<b>6.4</b>	<b>Confiabilidade do Instrumento .....</b>	<b>92</b>
<b>6.5</b>	<b>Processamento dos dados.....</b>	<b>94</b>
<b>6.6</b>	<b>Perfil dos alunos do ensino superior noturno de administração : apresentando os protagonistas.....</b>	<b>94</b>
6.6.1	Dados de Identificação .....	95
6.6.2	Idade Média dos Sujeitos.....	95
6.6.3	Estado Civil.....	96
6.6.4	Situação Ocupacional .....	97
6.6.5	Manutenção Financeira do Curso.....	98
6.6.6	Sexo .....	99
6.6.7	Auxílio Financeiro.....	100
6.6.8	Ensino Médio freqüentado.....	101
6.6.9	Renda Familiar .....	102
6.6.10	Área de Atuação Profissional.....	103
6.6.11	Grau de Instrução dos Pais.....	104
<b>6.7</b>	<b>Análise Fatorial dos Dados Coletados .....</b>	<b>107</b>
<b>6.8</b>	<b>Análise das freqüências de alternativas de respostas .....</b>	<b>112</b>
<b>6.9</b>	<b>Síntese dos Resultados .....</b>	<b>118</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>136</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>145</b>
<b>1.</b>	<b>INVENTÁRIO DE ESCOLHA DE CURSO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS – IECEP.....</b>	<b>145</b>
<b>2.</b>	<b>MATRIZ DAS CARGAS FATORIAIS.....</b>	<b>151</b>

## Lista de figuras

Número	Denominação
Gráfico 4.1	Oferta de empregos para o profissional de administração.....77

## Lista de quadros

Número	Denominação
3.1	Evolução do curso de administração no Brasil em números absolutos .....40
6.1	Distribuição das assertivas com as cargas fatoriais.....109
6.2	Opinião dos sujeitos expressas em porcentagens para cada variável do IECEP – população total.....113
6.3	Distribuição das assertivas da pré-dimensão escolha institucional.....121
6.4	Distribuição das assertivas da pré-dimensão escolha profissional.....122
6.5	Distribuição das assertivas da pré-dimensão expectativa profissional.....123



## Lista de tabelas

Número	Denominação	
3.1	Matrículas em cursos de graduação no Brasil e em São Paulo .....	45
3.2	Matrículas no ensino superior noturno no Brasil em São Paulo de acordo com a natureza da instituição.....	46
3.3	Evolução da titulação dos docentes nas instituições de ensino superior da iniciativa privada em números absolutos.....	48
3.3.1	Evolução do número de docentes nas instituições de ensino superior da iniciativa privada em percentuais.....	49
3.4	Taxa de variação de matrículas no ensino superior noturno em 30/04/1999 por natureza da instituição.....	54
3.5	Taxa de variação de matrículas no Brasil em percentual por natureza da instituição.....	55
4.1	Brasil – população e força de trabalho segundo diversas características.....	62
6.1	Distribuição dos respondentes por faixa etária.....	95
6.2	Distribuição dos respondentes segundo o estado civil.....	96
6.3	Situação ocupacional dos respondentes.....	97
6.4	Manutenção financeira do curso.....	98
6.5	Distribuição dos respondentes segundo o sexo.....	99
6.6	Distribuição dos respondentes segundo a ajuda financeira recebida.....	100
6.7	Distribuição dos respondentes segundo a modalidade de Ensino Médio freqüentado.....	101
6.8	Distribuição dos respondentes segundo a renda familiar.....	102

6.9	Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a função exercida no trabalho.....	103
6.10	Distribuição dos pais dos respondentes segundo o grau de instrução.....	105
7.1	Grau de discordância dos respondentes segundo a influência sofrida na escolha profissional.....	126
7.2	Distribuição dos aspectos positivos da profissão de administração segundo os respondentes .....	127
7.3	Motivos de escolha do curso de administração segundo os respondentes...	129
7.4	Fatores que influenciaram na escolha do estabelecimento segundo os respondentes.....	130
7.5	Pressupostos em relação ao mercado de trabalho segundo os respondentes .....	131

## **Lista de Abreviaturas**

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior
ANGRAD	Associação Nacional de Cursos de Graduação em Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFA	Conselho Federal de Administração
CFE	Conselho Federal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IECEP	Inventário de Escolha de Curso e Expectativas Profissionais
IES	Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PC	Computador Pessoal
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC	Pontifícia Universidade Católica

SE	Secretaria da Educação
SEEC	Secretaria de Estado da Educação e Cultura
SPSS	Pacote estatístico das Ciências Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URP	Unidade de Referência de Preços
USAID	Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo

## Resumo

Este trabalho procura identificar os motivos de escolha de curso dos alunos do ensino superior noturno de administração das IES particulares e suas expectativas profissionais.

Para tanto, utilizou-se um instrumento denominado “Inventário de Escolha de Curso e Expectativas Profissionais” – IECEP, constituído de escala tipo Likert com 56 assertivas, que buscou também traçar um perfil do aluno que frequenta esse tipo de curso. Os resultados apontam que os alunos não sofreram grandes influências ao escolherem o curso e que tinham expectativas profissionais muito positivas a respeito da futura profissão, pois encontravam-se satisfeitos com a escolha e não admitiam a possibilidade de voltar atrás na opção feita, caso pudessem. Percebeu-se também que a maior parte deles trabalha durante o dia, exercendo algum tipo de função que tenha afinidade com a área escolhida, com a finalidade de pagar o curso e para a própria manutenção.

Acredita-se que os dados remetam a um autêntico retrato da escola superior particular noturna, que muitas vezes é mal compreendida e marginalizada. Espera-se que os resultados apresentados possam servir de ponto de referência para estudos de outras realidades e que com isso seja possível traçar um perfil dos diferentes tipos de alunos que frequentam o terceiro grau à noite.

O conhecimento dos motivos de escolha do curso e do perfil dos alunos de administração poderão facilitar o trabalho de decisão de professores, coordenadores, chefes de departamento e diretores de faculdades ao discutirem o que o mercado de trabalho espera desse aluno.

## **Abstract**

This dissertation goal identified the students' preferences and options in a private organization Business Administration undergraduate course.

We used a test, named "Undergraduate Professional Preferences and Options", which was a Likert scale with 56 questions to survey the students profile.

In analysis, we obtained that our sample did not have strong influences in their choices and they had a very good expectation to the future professional actions.

The results will reveal a pictorial situation which we frequently have about this course when it is taught at night, and it is used to head us to a bad interpretation. We expect that this research will be able to be a start point to other investigation about students profile and, the students profile knowledge also can help other professors, coordinators and principals of the undergraduate courses and programs.

# 1 Introdução

O interesse em conhecer melhor os alunos das Instituições de Ensino Superior - IES de natureza privada teve origem antes do início deste trabalho. Surgiu principalmente a partir de observações sistemáticas feitas pelo pesquisador, no decorrer de sua trajetória de educador da educação básica em escolas públicas da periferia de São Paulo, no início de 1990. Recém formado em educação, encontrava-se naquele momento com ideais voltados para a melhoria da qualidade do ensino e igualdade de oportunidades de acesso para todos. Por outro lado, via-se indignado com a falta de perspectiva profissional que os alunos traziam consigo, o que fez com que se interessasse ainda mais pelo assunto.

Evidentemente que aquele era um momento em que realidade da escola pública brasileira era muito diferente do que vem ocorrendo neste início de século, pois tratava-se do período que antecedia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que reorganizou a educação brasileira, proporcionando abertura e autonomia para a gestão escolar. Foi a partir da promulgação dessa lei, que fez parte das políticas de transformação da educação nacional ocorridas nos anos 90, que percebeu-se que aquela escola excludente e autoritária precisava ser revista para dar lugar a uma nova, inclusiva e de qualidade.

Para o aluno do período noturno, que conciliava trabalho e escola ao mesmo tempo, a preparação para o ingresso numa instituição pública de ensino “gratuito”, como é o caso da Universidade de São Paulo – USP, não era tarefa fácil. Em função do número reduzido de vagas oferecido por instituições desta natureza, tornando o ingresso altamente competitivo, fica reservada ao aluno do ensino noturno a possibilidade de acesso às IES de natureza privada, ao passo que as IES públicas são mais acessíveis aos alunos de camadas



sociais mais elitizadas, que tiveram condições de freqüentar um ensino de melhor qualidade ou então de pagar um cursinho pré-vestibular para que pudessem ingressar na faculdade.

Com o fenômeno da globalização, devido à crescente demanda de mercado por qualidade na produção de serviços, fruto de intensa competitividade internacional e da implantação de alta tecnologia, países como o Brasil não podem se furtar de acompanhar o processo de mudança do paradigma sócio-econômico, já que fazem parte da engrenagem global (MORAES, SD). Desta forma, para que esse aluno pudesse fazer parte desse processo, precisaria rever sua postura de pensar que o mundo é que deveria mudar a seu favor e adaptar-se à nova realidade. Mesmo porque a questão de trabalhar e estudar não seria algo novo para ele pois, segundo Carvalho (1984:10), “o ensino noturno recebe um alunado que já está inserido na produção capitalista e que chega à escola já esgotado pelas lides do trabalho que o explora e avilta”. Foi possível perceber que aquele era um aluno diferenciado e que precisaria ser compreendido, mas que também precisaria repensar seus planos para o futuro.

Após um período de aproximadamente dez anos no exercício da função de docente no ensino noturno do magistério público e em escolas da iniciativa privada no período diurno, foi possível conhecer melhor os alunos tanto do setor público quanto particular. Percebeu-se que, embora a princípio não demonstrassem interesse em freqüentar nenhuma faculdade, essa situação mudava gradativamente conforme aproximava-se o final do Ensino Médio. Era possível notar também que ao poucos eles percebiam que o ingresso nas IES não representava mais aquele obstáculo intransponível como imaginavam num passado muito recente. Este pensamento fundamentou-se principalmente a partir do momento em que a Lei 5540/68 propôs reformas ao Ensino Superior, garantindo a abertura da universidade às camadas menos privilegiadas.

Sobre a opção de estudar os universitários do ensino noturno de Administração de Empresas, não foi por acaso. Parte-se da observação de que a procura por matrículas do curso tem crescido muito ultimamente, conforme pode ser constatado a partir dos dados do Censo/MEC 1997- 1999. Nota-se que de 1997 para 1998 houve uma elevação no número de matrículas de 237.000 para 257.000, o que representa um crescimento de 8,44% e de 1998 para 1999 de 257.000 para 286.000, correspondendo a 11,29% de aumento em apenas um ano. Com isso, comparativamente, o curso de Administração de Empresas é o segundo mais procurado, segundo o Censo/MEC, sendo superado apenas pelo curso de Direito, que ocupa a primeira colocação. Percebe-se ainda que trata-se de uma profissão que tem uma área de atuação profissional muito ampla no mercado, o que pode elevar ainda mais a procura pelo curso.

Para conhecer melhor o aluno do ensino superior noturno, este trabalho apresenta o perfil deste aluno e alguns dados sobre evolução do ensino superior, com ênfase no curso de Administração de Empresas e o mercado de trabalho para o profissional de administração. Sua relevância se deve ao aumento expressivo do número de matrículas neste curso e que, apesar disso, conhece-se muito pouco dos seus protagonistas. A partir das informações levantadas na pesquisa, pôde-se saber um pouco mais sobre suas características. Isso foi possível porque o questionário utilizado na pesquisa abordou itens como sexo, idade dos ingressantes, ajuda de custo recebida, formação acadêmica, etc. Dentro do item formação prévia, procurou-se explorar qual foi o Ensino Médio freqüentado para saber se era de natureza pública ou privada, ou até mesmo se houve a associação das duas naturezas. Dentre as propostas desenvolvidas neste trabalho, destacam-se o conhecimento dos motivos pelos quais os sujeitos haviam escolhido o curso e suas expectativas profissionais.

Sem ter a pretensão de esgotar o assunto, acredita-se que a possibilidade de identificar os motivos de escolha de curso, as expectativas profissionais e o perfil do aluno do

ensino superior de Administração possam de alguma forma, contribuir para a reflexão cotidiana de outros educadores – além do próprio pesquisador – orientando o trabalho desses profissionais e os de orientação profissional.

## **1.1 Justificativa**

A escolha do tema surgiu a partir do momento em que se observou que o número de matrículas no curso de Administração tem aumentado significativamente nos últimos anos. O período noturno foi o que teve a maior representatividade nesta nova realidade. Por outro lado, esperava-se que, paralelamente a esse crescimento, houvesse a preocupação com a necessidade de se conhecer melhor o aluno oriundo desse curso que, de acordo com pesquisas do Conselho Federal Administração – CFA, representa o segundo maior número de matrículas. Entretanto, foi possível notar que se falava muito pouco desse aluno. No caso específico do aluno do ensino noturno de Administração, não foi localizada nenhuma publicação. Quanto ao trabalho realizado por Ferreira (1995), embora tenha havido a participação de sujeitos do noturno, estes não representavam uma exclusividade, mas um equilíbrio, já que havia 50% de sujeitos de cada período. Já Ikeda et al (1997), apesar de traçar o perfil do aluno de Administração da FEA – USP, também não corresponde a uma particularidade do noturno, mas de todos os ingressantes no curso no período de 1994 a 1997.

No que se refere aos motivos pelos quais os alunos escolhem o curso, percebeu-se a partir do trabalho de Ferreira que os representantes do noturno optaram por ele porque: já trabalhavam na área; proporcionava facilidade de aprovação em concursos; poderiam trabalhar em bancos ou indústrias; teriam sua própria empresa e haviam sofrido influência do

pai para a escolha. No caso do trabalho de Ikeda et al (1997), não foi possível identificar esses motivos, pois não apresenta um quadro distinto como o de Ferreira.

Acreditando-se que poderia haver outros motivos de escolha do curso, tais como: influência de amigos ou pela empresa em que o sujeito trabalha; porque era oferecido um bom salário pelo mercado ao profissional de administração; porque havia um número de vagas muito grande, o que poderia facilitar o ingresso na faculdade e vários outros, percebeu-se que esse estudo poderia ser de grande relevância para melhor conhecer o aluno do ensino noturno de Administração de Empresas. Entretanto, para que isso ficasse mais completo seria interessante que se procurasse saber também quais foram os fatores que levaram os sujeitos após escolherem o curso, optarem pela instituição em que estavam estudando, uma vez que escolher um curso não necessariamente corresponde a escolher a instituição, a não ser que seja uma dupla opção como, por exemplo, querer fazer o curso de administração, mas somente na FEA – USP. Precisava-se saber também quais seriam as expectativas profissionais dos alunos desse curso em relação ao mercado de trabalho. Neste caso, contudo, não representou problema maior sobre a pesquisa bibliográfica, já que existem: uma pesquisa feita pela Associação Nacional de Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD em 1996; uma pesquisa sobre o perfil, formação e oportunidades de trabalho do administrador profissional, feita pelo CFA em 1998; os trabalhos de Tachizawa (1999); Sarsur (1999); Previdelli (2000) e Moraes (SD). Com base nestes textos, procurou-se traçar alguns comentários para que se pudesse definir o perfil do aluno do ensino noturno de Administração e suas interações com o mercado de trabalho.

## 1.2 Objetivos

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo:

1. Investigar entre aos alunos do curso de Administração de Empresas do período noturno de instituições particulares na cidade de São Paulo os motivos que os levaram a optar por este curso e quais as suas expectativas profissionais em relação ao mercado de trabalho.
2. Verificar se os alunos sofreram influências da família, organizações com as quais mantém vínculo ou de amigos em relação à escolha do curso.
3. Identificar os fatores que os influenciaram na opção pela instituição de ensino em que estudam.
4. Conhecer o perfil dos alunos do ensino superior noturno de Administração de Empresas para favorecer o trabalho de professores, coordenadores e diretores de faculdades.

## 1.3 Hipótese Orientadora

O presente trabalho de pesquisa foi organizado para identificar os motivos de escolha de curso e instituições de ensino e ao mesmo tempo buscar as expectativas profissionais dos alunos do curso de Administração de Empresas em relação ao mercado de trabalho.

Parte-se do pressuposto de que os sujeitos, no período que antecede ao seu ingresso nas instituições de ensino superior, sofrem influências da família, de amigos ou das organizações com as quais têm vínculo, no que se refere à escolha profissional. Estes pressupostos dão-se em virtude de que na ocasião de seus processos decisórios em relação ao curso e instituição em que estudarão, encontram-se ainda muito jovens, posto que, caso tenham ingressado no Ensino Fundamental em idade considerada ideal pelas políticas nacionais de educação (7 anos de idade), estarão com aproximadamente 17 anos. Esta premissa parte da teoria de que este período representa a passagem da adolescência para a vida adulta e é caracterizado pela insegurança e constantes mudanças de opiniões por parte dos jovens, tendo em vista as diversas transformações físicas e emocionais sofridas.

Para que se tenha referência sobre o tema, dentre os diversos estudos que tratam do assunto, pode-se mencionar o trabalho de Martins (1978) sobre a orientação vocacional, no qual menciona o estudo de Super (1957), com base nos padrões de Bühler, a respeito da divisão da vida em estágios. Segundo esta divisão, o período compreendido entre 14 e 15 anos, que representa o mais provável para a escolha profissional, é caracterizado pela auto-avaliação, exames e exploração ocupacional que têm lugar na escola, nas atividades de lazer e em trabalhos realizados em tempo parcial. São sugeridos ainda alguns subestágios como: a) tentativa (15 – 17 anos): são considerados as necessidades, os interesses, as habilidades, os valores e as oportunidades; b) transição (18 – 21 anos): em que a consideração sobre a realidade ganha maior importância à medida que o jovem ingressa no mercado de trabalho; c) ensaio (22 – 24 anos): uma vez localizado um campo aparentemente apropriado, é escolhido um trabalho inicial e tenta-se exercê-lo.

Se for levado em consideração que as faixas etárias de conclusão do Ensino Médio não necessariamente coincidem com o que é proposto pela política educacional, pode ser que haja indivíduos que tanto podem se encontrar num estágio quanto em outro no

momento de sua escolha profissional. Neste contexto, acredita-se que, em decorrência de toda essa possibilidade de incerteza, o sujeito faça sua opção mais por uma questão temporal do que em função de uma tomada de decisão conscienciosa.

Acredita-se ainda que, em função dessas influências sofridas por fatores externos à sua vontade, tais como indicações familiares, sugestões organizacionais ou influências de amigos, conforme já mencionado, o futuro egresso no ensino superior possa ter concepções estereotipadas a respeito do mercado de trabalho e com isso poderá, inclusive, frustrar-se diante da opção do curso.

Portanto, a hipótese que orientará este trabalho é a de que esses elementos de influência podem levar o candidato que escolheu o curso noturno de Administração de Empresas a uma situação de arrependimento. Em função disso, pode ser que esse aluno encontre falta de perspectivas profissionais no curso escolhido e que até mesmo passe a acreditar numa provável falta da estabilidade que a profissão de administrador eventualmente venha a enfrentar diante do mercado de trabalho.

#### **1.4 Tipo de pesquisa**

A proposta deste trabalho é levantar a opinião dos alunos do ensino superior noturno de Administração de Empresas quanto aos motivos de escolha de curso e suas expectativas profissionais em relação ao mercado de trabalho para posterior análise.

Buscará, portanto, atingir seus objetivos por meio de uma pesquisa quantitativa que coletará dados entre os sujeitos, para que com isso possa focalizar a variabilidade de

opiniões no que tange às três pré-dimensões<sup>1</sup> propostas no instrumento que foi construído para esta pesquisa – Inventário de Escolha de Curso e Expectativa Profissional – IECEP: a) escolha de curso; b) escolha institucional : c) expectativa profissional.

Espera-se que com os resultados obtidos se possa fornecer subsídios necessários para ajudar a explicitar o ensino superior noturno de Administração de Empresas em instituições particulares. Almeja-se ainda que seja possível contribuir com os futuros aspirantes ao curso com informações que lhes sejam úteis no processo de tomada de decisão por ocasião de uma provável opção pelo curso de Administração de Empresas.

---

<sup>1</sup> Trata-se de um agrupamento de construtos (construção hipotética que representa aquilo que subjaz por detrás das variáveis) que a priori o pesquisador julgar estar medindo.



## **2 O trabalhador – estudante: conhecendo melhor o aluno do ensino superior noturno**

Ao consultar a literatura científica que aborda o assunto “ensino noturno”, percebeu-se que no caso do ensino superior noturno há uma carência muito grande de publicações. Esta situação acarretou uma dificuldade para tratar do assunto.

Em relação à literatura internacional, nada foi encontrado a respeito do ensino noturno, o que possivelmente deu-se em virtude de tratar-se de um assunto que é uma particularidade dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Para que se tenha uma noção da escassez de publicações sobre o ensino noturno, num estudo realizado por Laterza (1995) com alunos do município de Ituiutaba-MG, a autora aborda o assunto e verifica que no período de 1970 a 1989 não foi localizado nenhum tipo de publicação internacional e, em relação à nacional, constatou-se que somente a partir da década de 1980 é que aparecem as primeiras publicações.

Em função desse problema, ou seja, falta de publicações, a autora faz uma comparação em relação ao que foi publicado sobre o ensino em três modalidades: noturno, suplência e educação de adultos. É importante ressaltar que o estudo de Laterza (1995) tem uma abordagem voltada para a educação básica e não superior, sendo que a referência se justifica somente para explicar a escassez de publicações sobre o tema. Com base nesta comparação, percebe-se que no período compreendido entre 1970 a 1990 o ensino noturno foi menos privilegiado com as publicações, uma vez que aparece com um índice de apenas 12% que, em números reais, representa apenas cinco casos, ao passo que o ensino da suplência mereceu 21 publicações (50%) e a educação de adultos 16 publicações (38%). É importante dizer que no texto da autora não fica claro se o ensino na modalidade supletiva deu-se somente no período diurno, mas em função da divisão que apresentou em noturno, suplência e

educação de adultos, leva-nos a crer que ocorreu no turno da manhã. Talvez até sendo redundante, faz-se necessário dizer mais uma vez que este estudo tratou da educação básica. Com relação ao ensino superior noturno, somente a partir década de 1980 é que iniciam-se as preocupações com o assunto e com isso surge o trabalho pioneiro Spósito (1984).

Diante dessa falta de publicações, alguns autores mostraram-se preocupados e já apontavam o problema há algum tempo, conforme é o caso de Castanho (1989).

“ ... discutir o ensino superior brasileiro na modalidade de ensino noturno é um desafio que começa, para o investigador, na revisão bibliográfica. Nessa rubrica além de uns poucos artigos reveladores da atenção que começa a merecer o tema, tudo o mais é silêncio.”

Para Marília A. Spósito (apud Abromowicz 1990):

“ Muito pouco tem sido produzido na área da pesquisa educacional sobre a escola noturna. De modo geral, existe uma grande lacuna que poderia ser preenchida mas, na verdade, a academia resiste a esse tema... A pesquisa educacional tem sido ausente não só na contribuição para o conhecimento dos protagonistas dos cursos noturnos – alunos e professores – como na investigação que incide sobre a metodologia e os processos de ensino e aprendizagem” .

Diante dessa precariedade de estudos constatada, pesquisas e trabalhos sobre essa realidade que, quantitativamente, representa uma fatia muito significativa do atual ensino universitário tornam-se de grande relevância.

Para que se tenha uma noção do crescimento do ensino superior, de acordo com os resultados do último censo educacional de 1999, verifica-se que nos últimos cinco anos, o sistema de ensino superior acumulou um crescimento relativo de 43,1%. Segundo o relatório

do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, este número representa mais de 2,5 vezes o crescimento verificado nos quatorze anos anteriores (1981 a 1994), quando foram ampliadas apenas 274 mil matrículas. Por outro lado, verifica-se uma nítida tendência de aceleração do ritmo de expansão, com um aumento acumulado de 27,3% no período de 1996 a 1999, o que dá uma taxa média anual de 8,4%. Em contraste a este resultado apresentado, verifica-se que no período de 1981 a 1994 esse crescimento foi de apenas 19,8 %, o que corresponde 1,4% ao ano.

De acordo com o relatório apresentado sobre as tendências do ensino superior no Brasil, é importante ressaltar que, se for mantido esse ritmo de crescimento do último ano (1999), poderá ser cumprida a meta prevista no Plano Nacional de Educação que é a de atingir, ao final da década, uma cobertura do ensino superior equivalente a 30% da população de 18 a 24 anos. Em relação a essa faixa etária abordada no relatório, com a qual pressupõe-se que o aluno esteja ingressando no ensino superior, esta pode ser explicada a partir do momento em que, segundo a política educacional brasileira, a criança deve ingressar no Ensino Fundamental a partir dos sete anos de idade e que, caso não tenha nenhum problema no decorrer dos seus estudos, estará em condições de ingressar no ensino superior aos 18 anos de idade. Em função dessa tendência de crescimento, acredita-se na necessidade de um incremento do incentivo à pesquisa na área do ensino superior, especificamente no ensino noturno, visto que é neste turno que tem sido observado o maior crescimento do número de matrículas, ou seja, 77,57% somente nas instituições particulares.

Face às particularidades do aluno do ensino noturno serão, apresentados a seguir alguns dos poucos estudos realizados no Estado de São Paulo que procuram caracterizar o aluno do ensino superior noturno e que ao mesmo tempo ajudam a entender as relações que se dão no contexto trabalho e escola em que esse aluno é sujeito.

Um dos mais completos e pioneiros trabalhos sobre o curso superior noturno e o trabalhador- estudante, que de certa forma se constitui como estímulo para a realização deste trabalho, foi o projeto de pesquisa realizado por Marília Pontes Spósito no ano de 1984, como parte integrante do “Programa de Avaliação de Reforma Universitária – PARU”, desenvolvido pelo MEC e intitulado “As especificidades do curso superior noturno: o trabalhador estudante”. A partir deste trabalho é possível fazer uma série de inferências no que se refere ao perfil do aluno do período noturno.

Neste estudo verificou-se que o ensino superior noturno é freqüentado por um tipo de trabalhador específico: aquele localizado, em relação a seu vínculo produtivo, no setor terciário, trabalhando principalmente como auxiliar de escritório, secretário, bancário, professor, vendedor, etc.

Segundo a autora, os cursos noturnos de 2º e 3º graus são procurados, principalmente, por um tipo de trabalhador: o do setor terciário e com isso essa clientela confere ao curso superior noturno uma característica determinada, que talvez possa ser melhor apreendida por meio das aspirações e representações destes alunos sobre o próprio curso e sobre sua relação com o trabalho exercido.

Diante disso é possível deduzir que o ensino universitário de um modo geral adentra mão-de-obra para a empresa capitalista e é crescente a segmentação interna desse tipo de trabalhadores.

Num debate sobre o ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade do qual participou, a autora traça um perfil do aluno do noturno que em muito se assemelha ao que foi detectado em sua pesquisa. Para ela, o estudante do período noturno é oriundo, predominantemente, do setor terciário da economia, que provavelmente apresenta diferenças entre diferentes regiões Spósito (1986: 620).

Em relação aos dados pessoais dos alunos desta pesquisa, a maioria concentrava-se na faixa de 18 a 25 anos (71,28%), sendo que 21,78% tinha de 26 a 30 anos, 4,98% entre 31 e 40 e 0,99% mais de 40. Do mesmo modo, apenas 1 aluno tinha menos de 18 anos na ocasião da coleta, o que representa um índice de 0,99%.

Pelo estudo realizado por Castanho (1989) com os alunos do ensino superior noturno na Pontifícia Universidade Católica – PUC de Campinas percebe-se que este aluno não difere muito do apresentado na pesquisa de Spósito (1986). Dentre as similaridades encontradas, foi detectada a questão da faixa etária, pois segundo a autora, os alunos do noturno não tinham grande defasagem de idade em relação à série cursada. Para ela este fato se explicava pela verificação de que a maioria havia iniciado a faculdade imediatamente após a conclusão do Ensino Médio ou de um cursinho pré-vestibular. Com isso, na sua concepção, desfaz-se um preconceito bastante difundido em determinados círculos: de que os alunos dos cursos superiores noturnos sejam bem mais velho que os alunos dos cursos diurnos. Nesta pesquisa em específico contatou-se que, com mais de 30 anos, havia apenas um percentual de 10,3% do total dos sujeitos.

No estudo de Abramowicz (1990) com alunos do ensino superior noturno de uma faculdade particular na cidade de São Paulo, por meio de investigações nos anos de 1985, 1986 e 1987, obteve-se o seguinte perfil dos alunos:

De acordo com a autora são predominantemente do sexo feminino (69%); pertencem a um grupo etário extremamente variado, com um intervalo entre 16 e 56 anos. A idade média encontrada foi superior aos colegas dos cursos do período diurno, sendo que a maior concentração de alunos se localizava entre 21 e 22 anos, correspondendo respectivamente a 10 e 11% (totalizando 21%), sendo 9% com 19 anos e 8% com 20 anos.

No que se refere ao estado civil, houve predominância de solteiros, 77%, sendo que 19% eram casados; 2% viúvos e 2% desquitados. Em relação à escolaridade, 63% havia

cursado o 1º grau normal, 27% o antigo ginásio e 10% cursado supletivo ou madureza. Ainda sobre o 1º grau que corresponde ao atual Ensino Fundamental, 74% havia freqüentado escola pública; 21% escola particular; 5% havia cursado escola pública e particular. Diante disso é possível notar que 44% da população tinha cursado algum tipo de escola noturna já no Ensino Fundamental, pública ou particular, conforme enfatiza a autora.

Quanto ao Ensino Médio, 21% era oriunda de modalidades de supletivos e, segundo a autora, 79% não havia feito cursinho pré-vestibular e 11% havia feito pelo menos um mês.

Foi possível observar também que, em relação à atividade remunerada, 84% da população trabalhava, sendo que desses 58% em tempo integral e 26% até 30 horas semanais.

Furlani (1998), ao estudar os alunos do ensino superior noturno da cidade de Santos-SP, verificou que havia uma grande semelhança com os estudos de Spósito (1986) e Castanho (1989). Em relação ao sexo, 52,73% foi composto por representantes do sexo feminino e 47,27% do grupo pertencia ao sexo masculino. Percebe-se com isso que houve uma pequena vantagem do feminino sobre o masculino, fato este que foi explicado pela autora a partir do momento em que verificou-se que nas últimas décadas havia ocorrido a incorporação de um grande contingente do sexo feminino no setor universitário.

Quanto à idade, verificou-se que a maioria ingressante no ensino superior encontrava-se na faixa entre 17 e 25 anos (76,72%) e que embora o noturno acolhesse alunos com defasagem de idade, porém ainda eram jovens, posto que tratava-se de calouros com idades entre 26 e 30 anos com um percentual de 11,64%, de 31 a 35 anos 6,90% e acima dos 35 anos apenas 4,74%.

No que se refere ao estado civil, a maioria consultada era solteira, ou seja, 69,82% e não possuíam dependentes, sendo que neste caso o índice subiu para 71,84%. O noturno acolhia também pessoas casadas com um percentual de 23,85% da amostra, separadas com

4,89% e viúvas 1,44%. Portanto, do total da amostra, 29,92% já havia tido algum tipo de vínculo conjugal. Por outro lado, é importante ressaltar que, por ocasião da pesquisa, a autora solicitou aos respondentes que se considerassem casados, mesmo que não fosse legalmente, e com isso englobou na categoria o casamento legalizado e a união consensual.

Finalmente, verificou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados eram alunos trabalhadores, ou seja, 85,20% do total, sendo que grande parte destes dependiam unicamente de seu trabalho para sua sobrevivência e/ou de sua família, o que a autora chama de trabalhadores estudantes, e que representava um percentual de 53,88%. É importante ressaltar que deste total de trabalhadores estudantes, além do trabalho ser sua fonte de sobrevivência e às vezes até mesmo de sua família, o trabalho era condição básica para que continuassem estudando.

Um outro trabalho sobre os alunos do ensino superior noturno foi realizado por Silva (2000). Este estudo foi feito no período compreendido entre 1993 a 1997, e tinha como objetivo obter o perfil do aluno ingressante no Centro Universitário Salesiano da cidade de Americana no interior de São Paulo. A partir deste estudo, que é o mais recente até o momento, verifica-se que o aluno do ensino superior noturno que se encontra distante dos grandes centros urbanos não difere muito daqueles que estudam em grandes centros, como é o caso de São Paulo. Segundo a autora, embora inicialmente seu trabalho pretendesse abordar apenas o curso de pedagogia, acabou estendendo-se para os demais cursos da instituição que existiam na época: Administração de Empresas, Engenharia Elétrica, Processamento de Dados e Serviço Social.

Quanto ao perfil destes alunos, percebe-se que a maioria é solteira, compreendem um faixa etária de 17 a 25 anos, sendo que, segundo a autora, há uma diferença muito pequena entre os de 17 e 20 anos. Diante disso, nota-se que, se comparado com os demais estudos, não se verifica defasagem na questão série-idade quanto ao ingresso no ensino

superior, partindo-se do pressuposto de que a idade inicial padrão de ingresso no Ensino Fundamental no Brasil é de 6 anos ou 7 anos, sendo que no caso de 6 anos pode ocorrer desde que o aluno venha a completar 7 anos de idade até o dia 30 de junho do ano em que ocorrer a matrícula.

Por outro lado, é importante ressaltar que a grande maioria dos ingressantes nesta instituição é de representantes do sexo feminino em função da própria característica da instituição e do maior número de vagas oferecido para o curso de Pedagogia. Quanto aos alunos do ensino noturno, principalmente no ensino superior, percebeu-se que a grande maioria é composta de estudantes trabalhadores, sendo que em grande parte são assalariados.

Em relação à renda familiar, que de certa forma caracteriza o poder aquisitivo dos alunos, verifica-se que a renda mensal das famílias da maioria dos alunos distribui-se de forma equitativa na faixa de 6 a 16 salários mínimos da época. Portanto, neste caso, trata-se de alunos jovens (independente do sexo), solteiros, trabalhadores e originários de famílias que não dispõem de renda mensal muito alta.

Finalmente, é importante ressaltar que a idéia que em geral se tem do aluno do ensino superior noturno é de uma pessoa que apresente defasagem de série-idade e que já tenha constituído sua própria família não tem encontrado fundamento ao se analisar os estudos que abordam o assunto. O que se tem encontrado é que cada vez mais o aluno do ensino superior noturno tem ingressado no ensino superior em idades próprias e que isso possivelmente seja um reflexo das políticas implementadas na educação básica, a partir da promulgação da LDB 9394/96, como foi o caso da progressão continuada no Estado de São Paulo com a Resolução SE nº9/97.



### **3 A privatização do ensino superior no Brasil**

Antes mesmo de falar do ensino superior noturno de Administração, é preciso compreender um pouco sobre a evolução e o processo de privatização que se deu com o ensino superior no Brasil a partir do início da década de 1960. Este fato torna-se importante a partir do momento em que, com o crescimento do número de instituições privadas no ensino superior, o período noturno foi o que mais cresceu em função de atender a um público diferenciado, ou seja, o aluno-trabalhador.

De acordo com Martins (1989), nas últimas décadas o ensino superior brasileiro passou por consideráveis mudanças. Para o autor, inicialmente, ele expandiu de forma significativa a sua capacidade de absorver as demandas de acesso que existiam. O seu contingente, que não atingia mais do que cem mil estudantes no início dos anos 60, no início da década de 80 já se aproximava do total de um milhão e meio de alunos. O autor acrescenta ainda que o aparecimento do “novo” ensino privado representa o resultado de uma combinação de fatores complexos, entre os quais deve-se destacar, num primeiro momento, as modificações ocorridas no campo político, em 1964, bem como a sua incidência na elaboração de uma política educacional.

Diante desta expansão, surgiram centenas de novos estabelecimentos que passaram a se organizar como faculdades isoladas, sem adotar, portanto, uma estrutura universitária. Estas novas instituições desenvolviam as suas atividades no campo educacional ao lado de apenas algumas dezenas de estabelecimentos universitários – a maioria destes últimos criados no período anterior à ampliação do ensino superior.

Com relação à privatização do ensino superior brasileiro, segundo Cunha (1989), esse processo compreende duas fases que são a participação estatal na manutenção do ensino privado e a privatização do ensino superior público.

Para o autor, no início do regime republicano, os subsídios estatais não eram importantes para os estabelecimentos privados pois, quando esses subsídios existiam, resumiam-se na maior parte dos casos em doação de terrenos para a construção de edifícios e na cessão de prédios para funcionamento. Desta forma, as despesas eram muito pequenas quando comparadas com os dados apresentados naquele momento. Bibliotecas surgiam de doações; professores eram profissionais improvisados que freqüentemente abriam mão de seus salários e, o mais importante, os estudantes que pretendiam freqüentar os cursos das faculdades privadas podiam pagar por elas. Essa situação começou a mudar desde a segunda metade da década de 1940, em função dos motivos supra citados, conforme enfatiza o autor.

Contida a acumulação de capital no ensino e ameaçada a existência dos estabelecimentos dedicados à influência ideológica, especialmente os confessionais, os grupos privatistas voltaram-se para os subsídios públicos, canalizados sob as mais diferentes formas. No caso do ensino superior, a solução encontrada por eles foi fazer com que o governo federal instituisse o programa de crédito educativo.

Em função de condições econômicas, o poder aquisitivo do aluno que no início dos anos 40 apresentava-se em alta, nos anos 70 toma um outro rumo. Esta situação deu-se em virtude da crise do chamado “milagre econômico” brasileiro, que segundo Cunha (1989), em 1973/74 levou ao recrudescimento da inflação que vinha castigando implacavelmente as classes trabalhadoras e as camadas médias, que constituem o alunado das instituições privadas. Com a redução dos salários pela inflação, situação agravada por sucessivas ondas de desemprego, verificou-se uma crescente proporção de abandono de cursos pelos estudantes das faculdades privadas, bem como diminuição do número de candidatos aos exames de

admissão dessas instituições. Desta forma, uma previsível insolvência de numerosos estabelecimentos privados de ensino passou a ser uma grande possibilidade e, para evitá-las o governo federal criou um programa pelo qual as organizações bancárias foram autorizadas a utilizar parte dos recursos que deveriam ser compulsoriamente depositados no Banco Central para financiar o pagamento das taxas cobradas naquelas instituições, para posterior reembolso pelo estudantes, de modo a se manter um fundo rotativo. Para o autor, apesar da elevada quantidade de estudantes que não pagavam as dívidas contraídas, o setor privado vinha se beneficiando duplamente. De um lado, os bancos passaram a receber algum retorno de recursos que antes ficavam nas mãos do Estado, de outro, faculdades condenadas à falência tinham surpreendente sobrevida lucrativa.

Esta situação de favorecimento se explica a partir do momento em que, além dos subsídios diretos e indiretos via bolsas de estudos, as instituições privadas de ensino de todos os graus beneficiavam-se de uma verdadeira isenção fiscal, também fruto da política tributária. Uma emenda constitucional de 1965, que reformulou profundamente o sistema tributário nacional, vedava à União, aos estados e aos municípios cobrarem impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de instituições educacionais.

Mesmo com todos esses benefícios mencionados, os agentes do ensino privado não se sentiram satisfeitos e foram à procura de novas formas para ampliar as conquistas já efetuadas, sendo que neste caso prevaleceu o ensino superior.

De acordo com Cunha (1989), num momento de acirrada luta político-ideológica, visando a nova carta constitucional, surgiu um começo de divisão no bloco privatista. A Igreja Católica, que até os anos 60 não distinguia dos demais agentes privados, legitimando suas demandas de subsídios governamentais, apresenta sinais de mudança de sua posição, sem que perca ela própria o direito a esses benefícios, especialmente para suas universidades.

Segundo o autor, a posição decidida de muitas entidades nas quais se organizava a sociedade civil, como por exemplo as centrais sindicais, associações científicas e uniões de estudantes, em apoio à tese da destinação exclusiva dos recursos públicos para instituições públicas de ensino, mostravam que as possibilidades de o privatismo manter as posições conquistadas durante a ditadura diminuía com o próprio aprofundamento da crise econômica. Para Cunha (1989), esta crise levou a organização sindical dos professores a tirar proveito do período de transição política para recuperar as perdas salariais que o processo inflacionário impôs aos docentes. Por outro lado, os conselhos estaduais de educação receberam o encargo de fixar os quantitativos de repasse dos reajustes salariais dos docentes para as taxas escolares em todos os graus de ensino. No momento em o texto foi escrito, ou seja, maio de 1987, as correlações de força tinham favorecido os professores e os estudantes, em prejuízo dos empresários do ensino. Desta forma, muitas escolas, faculdades e universidades privadas anunciavam o inevitável encerramento de suas atividades caso não pudessem transferir aos estudantes e suas famílias parcelas maiores dos reajustes salariais dos professores.

Neste contexto, setores da Igreja Católica lançaram mão de um discurso ideológico até então novo no campo educacional brasileiro que era o conceito do ensino público e não estatal, isto é, comunitário. Tratava de instituições que não visavam lucro, que estavam ligadas às associações religiosas, cooperativas, associações de moradores e sindicatos que, por sua vez, mereciam os recursos estatais para sua manutenção, mesmo sem terem sido instituídas pelo Estado nem serem por ele geridas.

Conforme já mencionado, para Cunha (1989), a outra face do processo de privatização do ensino superior no Brasil consiste na privatização da própria universidade pública. Para ele, “numa orientação marcadamente taylorista, a política reformadora de 1966/68 determinou a reestruturação das universidades públicas, de modo a evitar a

‘duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes’, sendo que isso se justifica por um discurso articulado por categorias próprias da lógica empresarial, como eficiência, eficácia, racionalidade, rendimento, produtividade”. De acordo com o autor, o objetivo era conseguir a minimização do custo da matrícula adicional. A associação de faculdades isoladas em instituições que permitissem ganhos de escala e, principalmente, a mudança da estrutura interna das universidades permitiram atingir esse alvo. Com o aumento da produtividade dos recursos materiais, tais como salas de aula, bibliotecas, laboratórios, estádios esportivos e dos recursos humanos, ou seja, professores, técnicos e funcionários administrativos, o estudante passou a custar cada vez menos. Para que isso fosse possível, algumas medidas tiveram de ser tomadas. Em primeiro lugar, tiveram que acabar com as vagas ociosas, pois elas implicavam em custos sem os correspondentes benefícios. Desta forma, a adoção dos cursos básicos e dos mecanismos de seleção interna deveriam dirigir o fluxo dos candidatos dos cursos mais procurados para os que tivessem vagas disponíveis. Segundo Cunha (1989), outras medidas tomadas foram a extinção do regime de cátedra em proveito dos departamentos; a substituição do currículo seriado pelo sistema de crédito e a introdução dos cursos superiores de curta duração.

Uma outra situação a respeito do processo de privatização das universidades públicas abordada pelo autor foi que em função da difusão lógica do capital humano, foram criadas as fundações das universidades autárquicas, especialmente as mais antigas. Eram instituições de direito privado, segundo ele, verdadeiras universidades paralelas, que empregavam os professores e os funcionários, assim como utilizavam os laboratórios e os campos de cultivo para vender serviços no mercado, como se fossem empresas comuns. Com relação ao rendimento das vendas serviram para completar salários de professores e funcionários e para suprir a falta de recursos de custeio que, pelo menos no caso das universidades federais, tem declinado a cada ano conforme, o próprio autor enfatiza.

Para finalizar, o autor acrescenta que no contexto da privatização das universidades públicas verifica-se um efeito que tem dupla valia com relação a essas instituições. De um lado, geram recursos para fazer frente à diminuição das dotações de recursos; de outro, operam como difusoras do modo de operação das empresas, o qual os defensores da privatização gostariam de ver generalizado.

### **3.1 A privatização do ensino superior e a evolução do ensino de administração no Brasil**

Para compreender a evolução do ensino de administração no Brasil, pode-se tomar como referência, além dos aspectos políticos e econômicos, o processo de privatização do ensino superior ocorrido principalmente a partir da segunda metade da década de 1960. Por outro lado, é importante dizer que os resquícios da evolução do curso datam de período que antecede o crescimento vertiginoso alcançado na década de 1960. Este fato parte do pressuposto de que os aspectos do desenvolvimento e do espírito modernizante em que a sociedade brasileira se viu a partir dos anos 40 é que correspondem ao marco inicial para o crescimento do curso de administração no Brasil. De acordo com Martins (1989), a partir desse período acentuou-se no Brasil a necessidade de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, a profissionalização do ensino de administração passou a ser vista com bons olhos.

Neste período o Brasil estava com a economia voltada mais para o setor agrário que para o industrial. Por outro lado, via-se que um processo de industrialização estava gradativamente se iniciando e com isso o problema da formação de um profissional especializado para analisar e planificar as mudanças econômicas era algo básico para que esse processo ocorresse, conforme defende o autor.

Surgindo inicialmente em 1952, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, fundada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, este curso teve grandes avanços até o início do ano 2001. É importante ressaltar que o surgimento dessa primeira instituição se deu no momento em que o ensino superior brasileiro desloca-se de uma tendência européia para uma tendência norte americana, posto que a FGV tomou como referência os cursos deste país. Quanto ao objetivo inicial da instituição seria o de formar especialistas para atender ao setor produtivo e neste sentido inspirou-se nos modelos americanos após um série de visitas feitas por representantes da FGV a universidades americanas. Além disso, sua criação teve apoio da ONU e da UNESCO para a sua manutenção inicial. Com tais convênios, esses organismos internacionais previam a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsa de estudo para o aperfeiçoamento no exterior dos futuros docentes.

Para Martins (1989), “com a criação da EBAP no Rio de Janeiro, a FGV preocupou-se com a criação de uma escola destinada especificamente à preparação de administradores de empresa, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial”.

Diante dessa nova situação, percebeu-se que a criação de outras instituições seria um fato eminente e eis que em 1954 foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP pois, para a FGV, esta cidade seria escolhida por ser considerada a capital econômica do país e que correspondia ao “coração e cérebro da iniciativa privada”, sendo que se esperava atender às expectativas do empresariado paulista. Para a sua criação, a FGV contou com o apoio do governo federal, estadual, paulista e da iniciativa privada, além do convênio firmado com o Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos – USAID.

Uma outra instituição que teve grande relevância para o desenvolvimento do ensino de administração no Brasil a USP, criada em 1934 e surgida a partir de articulações de políticos, intelectuais e jornalistas vinculados ao jornal de São Paulo. Mas a princípio não houve a abertura de cursos de administração pois, em 1946, com a criação da FEA, que tinha como objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de administração pública e privada, habilitava apenas profissionais para as áreas de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e sobre o que preconizavam seus objetivos, resumia-se no oferecimento de disciplinas que tratavam das questões administrativas. No que se refere ao oferecimento do curso de Administração de Empresas e Administração Pública, este deu-se somente em 1963, após algumas mudanças estruturais ocorridas na USP, e que deu origem ao Departamento de Administração.

No que se refere ao contexto histórico, a criação dessas três primeiras instituições se diferencia. Enquanto a criação da EBAP e da EAESP correspondeu ao período em que preconizava a política econômica baseada na criação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, o que representava o nacionalismo do presidente Getúlio Vargas, a criação do curso de administração da FEA coincidiu com um momento em que a grande empresa estrangeira havia se consolidado no mercado interno.

Um outro aspecto importante para a evolução do curso de administração no Brasil foi a regulamentação da profissão de administrador a partir da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965. Com base nesta lei, ficou definido no seu artigo 3º que o exercício da profissão de Técnico em Administração era privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresa, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seria fixado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, nos termos da Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da



Educação no Brasil. Com isso, houve a ampliação do campo de atuação para o profissional de administração.

É importante dizer também que, com o parecer 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, o CFE fixou o primeiro currículo mínimo do curso de administração e com isso institucionalizaram-se no Brasil a profissão e a formação de técnicos em administração.

Um fato bastante relevante para o processo de evolução do curso de administração no Brasil não foi vinculado às instituições universitárias, conforme o ocorrido na USP, mas junto às faculdades isoladas que proliferam dentro do processo de expansão e privatização do ensino superior o que, segundo Martins (1989), também está relacionado às transformações ocorridas no plano econômico. Para que se tenha uma idéia mais clara da evolução do ensino de administração no Brasil, podem-se tomar como referência os dados constantes do Quadro 3.1 que apresentam a evolução do curso no período de 1952 a 1999.

Quadro 3.1  
Evolução do curso de administração no Brasil em números absolutos

Ano	Quantidade de cursos oferecidos
1952	1
1954	2
1967	31
1973	177
1978	244
1995	354
1999	776

Fonte: Castro 1981 in: Ensino de administração – INEP/MEC 1999

É importante observar que no período de 1967 a 1973 houve um crescimento de 571% o qual correspondente à promulgação da Lei 5.540/68 <sup>2</sup>, que instituiu a reforma universitária. Com isso houve uma crescente evolução do ensino abrindo espaço para a iniciativa privada para que pudesse atender à crescente demanda de acesso ao ensino de 3º grau. Nota-se também que o crescimento do curso continuou mesmo no período considerado estagnado para o setor privado, conforme Durham (1999). Apesar de mostrar que o ensino superior privado cresceu apenas 0,6% em número de matrículas no período de 1995 a 1998, a quantidade de cursos de administração no período de 1995 a 1999 cresceu cerca de 219% e que, inclusive, corresponde ao segundo lugar no oferecimento de matrículas para o ensino superior.

### **3.2 Alguns dados sobre a evolução do ensino superior noturno no Brasil**

“Simbolicamente, aplicando-se a imagem da alegoria da caverna, de Platão, na escola noturna ter-se-ia uma 'caverna' onde alunos e professores estariam presos pelas ilusões, crenças, mitos, modismos, configurados através do conhecimento do senso comum”.

Betânia Laterza

Com o crescimento das camadas médias urbanas, a partir de 1950 e 1960, conseqüentemente houve um aumento da demanda por educação, inicialmente no

---

<sup>2</sup> A lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e em todo o seu conteúdo, procurava afirmar e reafirmar a indissociabilidade das três funções ou atividades – fim da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

ensino público de grau médio e posteriormente no nível superior. Portanto, haveria necessidade de rever a política educacional. Para Romanelli (1994) o ensino noturno surgiria como a única possibilidade para que o acesso à educação se tornasse uma realidade para crianças e jovens que, precocemente, passariam a integrar o mercado de trabalho.

Por outro lado, enquanto em 1950 as reivindicações populares pelo acesso à escola resultaram na expansão do curso ginasial, a partir do oferecimento de vagas no período noturno, no início de 1960 as reivindicações tomam outro rumo. Neste período o que se verificam são as lutas por parte de alunos considerados excedentes em relação às vagas nas escolas públicas e privadas do período diurno, o que culmina na abertura de faculdades no período noturno, sendo que o maior número se deu com as instituições particulares.

A questão da urbanização no Brasil e a expansão da oferta de vagas, quer seja na educação básica ou superior, é algo que nem sempre tem ocorrido na mesma proporção. De acordo com Whitaker (1997), a urbanização brasileira é uma das mais tardias no conjunto dos países industrializados e por sua vez gerou um êxodo vertiginoso de populações dos campos para as cidades. De acordo com a autora, basta lembrar que, na década de 1940, mais de 70% da população do Brasil era rural e apenas 30% urbana. Contudo, essa relação se inverteu em 1970 posto que, a partir daquele momento, verificou-se que as cidades passaram a contar com mais de 70% da população total, sendo que no caso do Estado de São Paulo este índice ainda foi superior, pois chegava próximo aos 80%. Segundo os dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 1999, da Fundação IBGE, a população residente no Brasil encontra-se em sua maioria na zona urbana (80%) com uma minoria na zona rural (20%).

Utilizando esses dados de distribuição da população como referência, nota-se que a oferta de vagas de fato precisaria ser ampliada, para que pudesse atender à aquela nova demanda da população. Por outro lado, tomando-se por base que uma grande parte desse

contingente populacional era composto por pessoas que exerciam alguma atividade remunerada durante o dia e a oferta de vagas no mercado de trabalho estaria associada à educação escolarizada, neste caso, o ensino noturno mais uma vez seria uma alternativa para minimizar o problema.

Segundo Castanho (1989), este novo cenário que requer que o ser humano esteja cada vez mais voltado para a produção de bens, apresenta uma conotação diferenciada do ponto de vista ideológico a partir do momento em que se observa que, face à formulação teórica dominante que privilegiou a teoria do capital humano na década de 1960 aqui no Brasil, ocorre uma relação linear entre educação e produção, dando autonomia à escola e invertendo a relação determinante/determinado. Diante disso, a democratização da escola e não do conhecimento, conforme poderia se presumir, passou a ser a panacéia para superar os problemas nacionais.

Diante do processo de privatização do ensino superior no Brasil, que verificou-se a partir de 1960, frente ao crescente urbanismo e inserção precoce do jovem no mercado de trabalho, percebe-se que há uma tendência ao crescimento da categoria trabalhador-estudante, que frequenta o período noturno após uma jornada diária de cerca de oito horas de trabalho, passando inclusive a ser a maioria do corpo discente. Neste contexto, a escola se viu obrigada a deixar o plano ideal, que seria a possibilidade de trabalhar com um aluno que pudesse se dedicar à sua formação com mais afinco, pois o trabalho ainda não fazia parte de sua realidade, e a trabalhar com o real. Quanto ao aluno real, seria aquele que já se encontra inserido no mercado de trabalho e que para a manutenção do curso, seu sustento e às vezes de sua família tem que conciliar trabalho e escola ao mesmo tempo. Evidentemente que esses dois tipos de aluno em muito se diferem.

A questão do aumento da procura por vagas no período noturno nas universidades particulares parece ser algo que se iniciou com o crescimento populacional das cidades

brasileiras e que fará parte da realidade do ensino superior por um longo tempo. Este fato pode ser fundamentado com as expectativas de Furlani (1998: 22) a partir do momento em que observou que “...no limiar do século XXI, vamos encontrar trabalhadores, em grande porcentagem, nas universidades particulares e públicas, mas em maior escala nas primeiras, especialmente no noturno...”. Na realidade essa colocação feita pela autora não está muito longe da realidade pois, por ocasião da publicação de seu trabalho, os estudos já mostravam que o ensino noturno particular já apresentava tendências de crescimento, conforme pode ser observado no dados estatísticos que encontram-se disponíveis no site do MEC/INEP.

Contudo, esta concepção da autora evidencia um contraste da política ideológica de democratização do ensino, pois até que ponto pode-se dizer que houve democratização de acesso à educação superior, quando verifica-se que há insuficiência de vagas no setores públicos federal, estadual e municipal? E o que é pior, no período noturno, que concentra o maior número de alunos trabalhadores.

Este fato se confirma principalmente quando se observa os resultados do último censo educacional de 1999, cujos dados confirmam que as universidades públicas ainda oferecem poucas oportunidades para o ensino noturno, numa discriminação contra os alunos que precisam trabalhar durante o dia, conforme admite Souza (2000). Para que se tenha uma idéia, nos últimos cinco anos a expansão do número de alunos no ensino superior chegou a 39,4%, sendo que no caso do período noturno esse aumento representou 15,4%. Embora para o governo esses dados representem uma expansão excepcional e significativo sinal de correção no rumo da universidade brasileira, na realidade os resultados ainda estão muito aquém do que de fato deveria ocorrer pois, conforme prevê a Constituição de 1988, a educação superior ficaria a cargo do governo federal e os números que o censo apresentou não suprem a atual demanda de vagas para o ensino superior.

Um dado importante que deve ser levado em consideração na questão do aluno trabalhador é que, embora existam alunos do período diurno que trabalhem, a maior concentração de alunos trabalhadores encontra-se no período noturno. É importante ressaltar também que, no caso dos alunos do período diurno, em geral exercem apenas um período da jornada de trabalho, ao passo que com os alunos do período noturno geralmente trabalham em período integral.

Segundo o último censo educacional de 1999, a população brasileira universitária é composta por 2.377.715 estudantes, sendo que deste total 1.326.523 (55,79%) freqüentam o ensino noturno. No caso de São Paulo, em particular, este índice sobe ainda mais, quando se observa que 64,37% do total dos alunos matriculados em instituições superiores freqüentam as aulas à noite, conforme pode ser verificado na Tabela 3.1.

Tabela 3. 1  
Matrículas em cursos de graduação no Brasil e em São Paulo

	Total	Diurno	%	Noturno	%
Brasil	2.377.715	1.051.192	42,20	1.326.523	55,80
São Paulo	740.113	263.694	35,63	476.419	64,37

Fonte: MEC/INEP 1999

Ao fazer uma leitura das estatísticas sobre o ensino noturno no Brasil, alguns índices chamam bastante a atenção. Nota-se por exemplo, que as instituições particulares representam um percentual muito grande sobre as públicas, com um total de 77,57% e no caso de São Paulo a situação é mais complicada, quando se observa que o setor público é responsável por apenas 10,9% do total das matrículas no período noturno, conforme Tabela 3.2.

Tabela 3.2  
Matrículas no ensino superior noturno no Brasil e em São Paulo, de acordo com a natureza da instituição

	Total Geral	Particular Total	%	Público Total	%
Brasil	1.326.523	1.028.90	77,57	297.543	22,43
São Paulo *	476.419	229.802	48,24	51.943	10,90

Fonte: INEP/MEC 1999

\* Inclusive categorias comunitárias, confessionais e filantrópicas num total, de 194.674

De acordo com Abramowicz (1990), esses aspectos quantitativos mostram-se importantes para se estudar o ensino superior particular noturno que tem se constituído em um tema marginal, o que pode significar, em si, um dado característico, já que incorpora a maior parte dos estudantes universitários.

Com a promulgação da Lei 5540/68, que propõe a reforma do ensino superior, acentuou-se uma preocupação quantitativa com uma intenção de democratização do acesso à universidade. Desta forma, conforme Cunha (1989), institucionalizaram-se o sistema de créditos, a matrícula por disciplina e a possibilidade de dois vestibulares anuais.

Neste contexto, em São Paulo, o ensino noturno, consagrado inicialmente pelos cursos ginasiais estaduais, tornou-se durante muito tempo a única forma de continuidade dos estudos para os alunos das classes trabalhadoras. É importante ressaltar que nessa linha de evolução o ensino superior noturno parece significar um mal necessário (Spósito, 1986: 631).

Verifica-se com isso que o ensino superior noturno passou a ser uma possibilidade encontrada para atender à nova demanda de vagas para o 3º grau. Mesmo assim, não conseguiu ter o reconhecimento merecido em função do que oferecia. Neste contexto, na visão de Abramowicz (1990):

“ Apesar de todo esse peso o curso noturno tem sido tratado como resíduo, como um tema menor, contrariando a proposta de democratização do acesso à educação que propõe uma articulação do 1º ao 3º graus, e privilegiando uma visão do sistema de ensino como um todo”.

Conforme já mencionado, com a expansão do ensino superior que, se deu a partir da década de 1960 e o processo de privatização do ensino superior, verificou-se que o maior favorecido foi o período noturno.

Para Abramowicz (1990), este fato foi explicado por uma linha de autores a partir de uma proposição em situar a universidade no contexto da sociedade brasileira vista sob um enfoque capitalista. Com isso, esses autores encararam a educação como um mero adestramento de mão de obra para o mercado, ratificando a divisão entre educação e saber, entre o mundo da escola e o mundo do trabalho e da produção.

Para a autora, a reforma de 1968 permitiu uma ampliação do ensino, garantindo a abertura da universidade às camadas menos privilegiadas, mas sem propiciar uma proporcional expansão da infra-estrutura administrativa e humana, provocando um recuo na qualidade. Essa perda de qualidade foi verificada com base em dois indicadores de qualidade de ensino utilizados pela autora – a relação matrícula/conclusões e a titulação do corpo docente superior – que segundo a autora encontrava-se em baixa.

No caso específico das instituições de ensino superior privado, a qualificação docente é um dado que também pesa contra essas instituições. Isto deve-se ao fato de que, apesar de oferecer maior número de vagas, a rede privada conta com 30,9% do total de mestres e 16,7% dos doutores que exercem o magistério, conforme os dados apresentados pela autora em 1990.



O censo de 1999 mostra um avanço muito significativo, principalmente nos últimos cinco anos, na qualificação dos docentes, posto que praticamente a metade dos professores que atuam nas instituições de ensino superior (49,3%) tem pelo menos o título de mestre, sendo que cerca de 20% do total têm doutorado. As instituições federais são as que apresentam a maior proporção de mestres (66,7%) e de doutores (31,4%). No caso das estaduais, esse número cai, mas ainda é bem melhor que nas particulares, pois apresentam um percentual de titulados de 57,7% de mestres e 35,4% de doutores. Já com as particulares, esse número ainda é pequeno, apesar de ser considerado expressivo pelo próprio Ministério da Educação, visto que apresentam 38,9% dos professores com título de mestre e 10,3% com título de doutor. É importante dizer que o setor tem mostrado interesse em melhorar esse quadro, sendo que nos últimos doze anos verificou-se um crescimento pequeno mas ascendente no caso do número de doutores e ainda maior no caso do número de mestres, conforme pode ser observado na Tabela 3.3.

Tabela 3.3  
Evolução da titulação dos docentes nas instituições de ensino superior  
iniciativa privada – em números absolutos

Anos	1981	1994	1996	1998	1999
Total	48.980	66.197	73.654	81.384	92.953
Mestres	7.166	12.263	14.980	20.409	26.618
Doutores	2.736	4.476	5.480	7.529	9.577

Fonte: MEC/CAPES

É importante observar que a evolução na segunda metade da década de 1990 foi a maior verificada tanto com a titulação de mestres quanto com a de doutores. Somente no

período de 96 a 99 verificou-se um crescimento de 77,7% na titulação de mestres e 74,8% em doutores conforme Tabela 3.3.1.

Tabela 3.3.1  
Evolução do número de docentes nas instituições de ensino superior  
Iniciativa privada – em percentual

Período	1981 a 1994	1994 a 1999	1994 a 1996	1996 a 1999	1998 a 1999
Total	35,2	40,4	11,3	26,2	14,2
Mestres	71,1	117,1	22,2	77,7	30,4
Doutores	63,6	114,0	22,4	74,8	27,2

Fonte: MEC/CAPES

No que se refere à relação matrícula/conclusões, os resultados apresentados em 1999 são bastante significativos. No caso do ensino superior, considera-se que o tempo médio de conclusão do curso seja de cinco anos. Observando-se a evolução desse indicador na década de 1990, verifica-se um efetivo aumento de produtividade no sistema. A relação que era de 60,8% em 1990, aumentou para 64,9% em 1998. De acordo com o MEC, a melhoria desse indicador sinaliza para uma redução das taxas de evasão e para um aumento das taxas de conclusão.

Percebe-se ainda a partir desses resultados que o melhor desempenho foi obtido pelas instituições estaduais (74,1%), seguido das federais (69,3%). No caso das IES privadas, o resultado ficou um pouco abaixo da média do conjunto do sistema, com uma relação concluintes/ingressantes de 64,4% em 1998.

Para Fernandes (1993), uma das distorções mais evidentes no ensino superior privado é a oferta de cursos noturnos precários a trabalhadores - alunos. Diante disso, ela cita

o trabalho de Arroyo (1990) que tem as seguintes concepções sobre o ensino superior privado noturno:

- “ - tais cursos noturnos se concentram nas áreas ditas humanas ou licenciaturas;
- o corpo docente é instável e a docência noturna é atividade complementar à atividades diurnas não docentes;
- as condições de trabalho são precárias quanto a material didático, biblioteca, pessoal docente, carga horária, estágio, disponibilidade do aluno para pesquisa, etc.”

Conforme pode ser observado, apesar dos autores reconhecerem a importância que o ensino noturno passou a representar com a ampliação da escola superior, por outro lado enfatizam que houve uma ampliação quantitativa com conseqüente desqualificação do ensino e geração de mecanismos de seletividade social e controle.

Para Abramowicz (1990), uma outra linha de autores analisou a expansão do ensino superior privado noturno buscando contextualizá-lo numa sociedade de economia aberta de mercado. Segundo Franco (1986), uma “sadia concorrência” que se dá com a expansão do ensino superior noturno propiciará uma melhoria da qualidade. Na sua opinião, o aluno está pretendendo um horário para estudar pois ele precisa, fundamentalmente, de um horário para trabalhar.

Sobre a legislação que fala do ensino superior noturno, de acordo com o Decreto n.º 91.177, de 29 de março de 1985, estava prevista a articulação do ensino superior com os outros níveis de ensino. A partir dessa premissa, discutiu-se a importância do ensino superior, conforme segue:

- “ ...Quanto ao acesso ao ensino superior é sugerida a implantação dos cursos noturnos e a melhoria da qualidade de formação geral do 2º grau público” (NISKIER, 1996).

Quanto à a Lei n.º 8.539/92, esta autorizava a abertura de cursos noturnos em todas as instituições de ensino superior vinculadas à União (DOU, 1992, p.17.786), bem como definia cursos, currículos e números de séries a serem ministrados (Furlani 1998: 23).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu artigo 4º, inciso VI que trata “Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, nota-se que há uma preocupação por parte do governo em relação ao período noturno. Esta interpretação se dá em virtude de levarmos em consideração que este artigo define que o Estado tem o dever com a educação pública mediante a garantia da oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Em relação ao artigo supra citado, quando fala que o ensino noturno deve ser “adequado às condições do educando”, não fica muito claro o fato de até que ponto existe essa possibilidade de adequação entre trabalho e educação, posto que no caso do aluno do noturno, seria uma dupla jornada, ou seja, a primeira no trabalho durante o dia e a segunda freqüentando um curso noturno. Neste contexto, questiona-se se a qualidade do ensino neste período. Este fato se dá em virtude de que, conforme a própria lei determina, a educação que é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e que, inclusive, deverá ter o ensino ministrado com base em vários princípios, entre eles o da garantia de padrão de qualidade, conforme consta no artigo 3º, inciso IX da mesma lei.

Diante do que foi exposto, indaga-se o fato de até que ponto o aluno do ensino noturno atenderá essa qualidade prevista e se de fato o ensino está adequado às suas necessidades. Um outro comentário importante de que a legalização do ensino noturno está muito mais voltada para a educação básica do que para o ensino superior, mesmo porque

conforme os próprios dados estatísticos do INEP mostram, o ensino superior tem ficado a cargo da iniciativa privada no Brasil.

Por outro lado, é importante ressaltar que esse quadro, ou seja, da maior representatividade do setor privado com o ensino superior, ajuda a explicar a falta de comprometimento por parte do governo federal em relação à educação superior no Brasil. De acordo com Piolla (2000), tanto a Constituição de 1988 como a LDB de 1996 estabelecem que o responsável pelo ensino superior deve ser o governo federal. Por outro lado, os Estados deveriam estar cuidando da educação básica, em especial, do Ensino Médio e profissionalizante, e auxiliando os municípios na manutenção do Ensino Fundamental. Segundo o autor, na prática isso não funciona. Desde que a atual Constituição foi promulgada, em 1988, a taxa de matrículas nas universidades estaduais por exemplo, já cresceu 58,9%, percentual bem acima do registrado nas universidades federais, 39,3%. No setor privado, o crescimento foi ainda mais elevado, 68,2%, conforme ressalta a partir da análise que fez dos dados do Censo do Ensino Superior de 1999, anunciados em 27 de junho de 2000 pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, revelando que a matrícula nas universidades públicas estaduais cresce num ritmo mais acelerado que nas universidades públicas federais.

As universidades estaduais oferecem 46,3% de toda a sua matrícula no período noturno. Este percentual atinge 66,6% nas instituições privadas. Já nas universidades federais, embora tenha aumentado muito em 1999, há somente 21,4% de alunos estudando à noite. Piolla (2000) acrescenta ainda que não adianta argumentar que o ensino das universidades federais tem perfil diferenciado em relação às demais devido a pesquisa, pois esse discurso não justifica os resultados apresentados pelo censo. Para enfatizar ainda mais o descompromisso por parte do governo federal em relação à educação superior, o autor compara a produção científica das universidades federais com as estaduais. Segundo ele, as universidades estaduais paulistas, por exemplo, são responsáveis por mais da metade da

pesquisa que se faz no país e, apesar disso, possuem mais alunos à noite que a maioria das federais.

Para Piolla (2000), como o governo federal não cumpriu direito a sua parte com a educação superior, alguns Estados, como Paraná e São Paulo, só para citar dois exemplos, comprometeram grande parcela dos recursos educacionais com o ensino superior. O Estado do Paraná destina 11,5% da arrecadação de ICMS para manter suas universidades. Em São Paulo, o comprometimento chega a 9,5% do ICMS recolhido.

É importante ressaltar que a carência observada em relação ao número de vagas no ensino superior no período noturno na esfera pública conota uma falta de comprometimento por parte do Ministério da Educação, que por sua vez, apesar de reconhecer o fato, justifica-se com a alegação de que a expansão do número de alunos nos últimos cinco anos foi notável, ou seja, 39,4% (MEC/INEP, 1999).

Numa análise mais ampla da oferta de vagas para o ensino superior noturno, verifica-se que ainda há muito a ser feito nesta área, exemplo disso são taxas de variação de oferta de vagas apuradas pelo censo educacional de 1999. A partir destes dados, verifica-se que houve crescimento de apenas 15,4% no período 1998 – 1999 no setor público federal, 10,7% no estadual e uma queda de 30,2% no municipal. Por outro lado, no setor privado esse crescimento se deu com um percentual de 17,3%, conforme pode ser observado na Tabela 3.4.

Tabela 3.4  
Taxa de variação de matrículas no ensino superior noturno em 30/4/99,  
por natureza da instituição

Período		Taxa de Variação Natureza da instituição				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	1991 a 1994	5,2%	35,7%	12,9%	10,9%	1,1%
	1994 a 1999	46,3%	39,4%	32,0%	-15,9%	56,4%
	1994 a 1996	12,6%	2,2%	8,7%	6,9%	14,9%
	1996 a 1999	30,0%	36,4%	21,4%	-21,3%	36,1%
	1998 a 1999	12,9%	15,4%	10,7%	-30,2%	17,3%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Diante desses resultados, pode-se considerar a visão dos autores que têm concepções que se intitulam de “realistas” ou pragmáticas, ligadas ao “status-quo”. Dentre esses autores, encontra-se Franco (1986). Este autor sugere que a questão da expansão ou não dos cursos noturnos nas universidades é um dos problemas das instituições em geral e não especificamente do ensino superior particular. Segundo ele, seria até mesmo possível uma divisão de responsabilidades em relação ao atendimento do ensino superior a partir do momento em que as universidades públicas poderiam ficar responsáveis pelo ensino diurno, ao passo que as instituições de ensino superior da iniciativa privada ficariam com o ensino noturno. Em relação ao financiamento da educação, o qual pode-se pensar estar sendo negado por parte do governo, não deveria ser feito às instituições, mas diretamente aos alunos que estão apenas procurando um horário para estudar que seja adequado às suas necessidades.

Para que se tenha uma idéia do crescimento do setor privado em comparação ao público, de acordo com o censo de 1999, o número de matrículas nestas instituições subiu 59,1%, ou seja, bem acima do que ocorreu no setor público no período de 1994 a 1999. Por outro lado, o setor público teve um crescimento muito abaixo da média apresentada. Este fato se confirma quando se observa que o crescimento nas instituições públicas federais foi de

21,8%, nas públicas estaduais 30,7% ao passo que nas públicas municipais houve uma queda de 8,3% conforme Tabela 3. 5.

Tabela 3.5  
Taxa de variação da matrícula no Brasil em percentual  
por natureza da instituição

Período	Total	Taxa de variação Natureza da instituição			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
1981 a 1984	19,8	16,1	78,9	2,2	14,1
1994 a 1999	43,1	21,8	30,7	-8,3	59,1
1994 a 1996	12,5	7,0	4,8	8,8	16,7
1996 a 1999	27,3	13,8	24,7	-15,7	36,3
1998 a 1999	11,8	8,4	10,3	-28,1	16,9

Fonte: INEP/MEC 1999

A partir da análise desse segundo grupo de autores, verifica-se que eles buscam descaracterizar a especificidade do curso superior particular noturno, mostrando-o como uma resposta às demandas emergentes da sociedade brasileira. De acordo com Abramowicz (1990), esses autores apontam, também, para a integração entre escola e trabalho, propondo que não existe fragmentação entre saber e produção.

Finalmente, nota-se que diante do quadro apresentado sobre a evolução do ensino superior e a impossibilidade do setor público de assumir uma maior parcela, já os 18% previstos pela Constituição para a educação não têm sido suficientes, não resta outra alternativa senão a criação de condições para o desenvolvimento do ensino superior privado. Essas condições implicam, contudo, na reestruturação das políticas de financiamento do ensino superior e a superação dos entraves à ação do ensino privado.



## 4 O mercado de trabalho

“O trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados, nos dignifica”.

Paulo Freire - “ A Importância do Ato de Ler”.

Há alguns milhares de anos, até o advento da indústria, iniciado com a Inglaterra, as pessoas que ocupavam o alto da pirâmide social – os aristocratas, os proprietários de terras, os intelectuais – na verdade não trabalhavam. Isto deveu-se principalmente porque não era do trabalho que obtinham riqueza e prestígio, mas do nome de sua família, da proteção às artes e letras e de rendas.

Para que se tenha uma noção melhor da conotação que tinha o trabalho, faz-se necessário buscar a etimologia da palavra. De acordo com Cunha (1986), trabalhar é um verbo que significa “ocupar-se em algum mister”, “exercer o seu ofício”. Do latim o verbete vem de *viig. ripatliare* ‘torturar’, derivação de *tripalium* ‘instrumento de tortura composto de três paus’. Segundo o autor, da idéia inicial de “sofrer” passou-se à idéia de ‘esforçar-se , lutar, pugnar e, por fim, trabalhar de trab**ADOR** –lhador por volta do século XIV, trabalh**AMENTO** –llamento no século XIV; trabalh**EIRA** em 1881. Trabalh**ISMO**, neste caso um substantivo masculino que está voltado para as doutrinas ou opiniões sobre a situação econômica do operariado no século XX. Conforme se pode observar a partir do significado da palavra, não havia muita razão em orgulhar-se naquele momento de ser um trabalhador, o que aliás, não ocorria, como pode ser verificado na literatura sobre a história do trabalho.

Diferentemente do que ocorria naquela época, a partir do século XX essa situação tomou um outro rumo. Exemplo disso é o caso de um empresário, administrador ou diretor geral de uma determinada empresa, que passou a trabalhar muito mais horas por dia do que um operário ou empregado. Percebe-se com isso que o fato de ser rico e não trabalhar já é um fato ultrapassado, mesmo porque esse tipo de rico faliu ou não mais está presente na sociedade atual. Para sintetizar tudo isso, pode-se dizer que, antigamente, quanto mais rica, menos a pessoa trabalhava, e com isso poderia dedicar-se à família e aos amigos. Por outro lado hoje, quanto mais rico, mais o homem trabalha. É claro que com isso alguém teria que sair perdendo, e neste caso, pelo visto, foram a família e os amigos. Para ser mais evidente com essa nova visão do trabalho, o autor De Masi (2000) afirma que este deixou de ser um castigo e passou a ser um privilégio.

Com a chegada da indústria, milhões de camponeses e artesãos acabaram transformando-se em trabalhadores subordinados e, embora não mais dependessem da natureza para sobreviver, passaram a depender das regras empresariais e a se acostumar com o ritmo das máquinas. Evidentemente que com a produção a todo vapor seria necessário determinar certos critérios para que essa produção fosse assegurada e com isso o acúmulo de capital fosse cada vez maior. É neste contexto que surge, no final do século XIX, a Teoria da Administração Científica, conforme Taylor (1990). Segundo este autor, que foi o "pai" dessa teoria, seria possível produzir muito mais bens e serviços se as atividades fossem organizadas cientificamente. Embora isso tenha criado uma série de problemas com relação às relações humanas e o trabalho, percebe-se que de alguma forma ele tinha razão, pois sua teoria ainda pode ser observada, com algumas adequações, neste início de século em muitas organizações.

## 4.1 O mercado de trabalho no Brasil

Para Macedo (1998), conhecer o mercado de trabalho é algo tão importante para aqueles que já estão inseridos nele quanto para os que pretendem fazê-lo num futuro não muito distante. Ele acrescenta ainda que esse conhecimento é importante também para os que já trabalham enquanto estudam pois, segundo ele, utilizam-se dos conhecimentos obtidos no Ensino Médio. Vale inclusive, para as pessoas que já saíram da faculdade, estão trabalhando e querem ter uma noção de como o mercado se encontra e de como vem evoluindo ao longo do tempo.

Desta forma, esta sessão propõe, num primeiro momento, fornecer uma visão geral do mercado de trabalho no Brasil, mostrando como ele é, sua situação atual e como vem mudando; em seguida será apresentado como se encontra o processo de inserção do profissional de Administração de Empresas neste mercado. Apoiar-se fundamentalmente no texto de Macedo (1998), extraído de seu livro “Seu diploma, sua prancha”, com os dados coletados pela PNAD de 1995, sendo que neste caso os dados foram atualizados para 1999, que correspondem aos últimos disponíveis por ocasião da realização deste trabalho. Além do trabalho de Macedo (1998), serão utilizados os textos de outros autores, quando necessário, para esclarecer aspectos não examinados por este autor e para que se possa oferecer um quadro mais abrangente do mercado de trabalho brasileiro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, o Brasil contava, em 1999, com mais de 160 milhões de habitantes. Em função do número e da importância que esse total representa para o mercado de trabalho, vale uma decomposição de algumas das características apresentadas.

A maioria parte da população era composta de mulheres, que constituem aproximadamente 51% do total, enquanto os homens representam os restantes 49%. Em

números absolutos, a diferença entre o total de mulheres e de homens era de 3.394.599 mulheres a mais. Comparando-se esses números aos resultados apresentados em 1995, nota-se que apesar do aumento populacional de quase 8 milhões de pessoas, o crescimento de homens e mulheres foi equivalente, pois permanece a mesma vantagem das mulheres sobre os homens, ou seja, 51% para as mulheres e 49% para os homens.

Considerada a situação do domicílio, do total de habitantes, 79,7% encontravam-se em zonas urbanas, enquanto 20,3% localizavam-se nas zonas rurais. Em relação ao total geral da população, de acordo com Macedo (1998), é costume separar a população em acima de dez anos pela sua condição de atividade, o que, segundo ele é um procedimento importante para fins de análise. Para o autor, a partir dessa idade já é comum encontrar pessoas trabalhando.

O conjunto desse grupo acima de dez anos era de 130 milhões de pessoas, das quais foram encontradas 79,3 milhões economicamente ativas, sendo que 71,6 milhões encontravam-se ocupadas e 7,6 milhões desocupadas, por ocasião da pesquisa feita pelo IBGE. De acordo com o autor, é sobre esse último grupo, ou seja, o chamado de população economicamente ativa, ou PEA, ou força de trabalho, ou seja, o grupo que trabalha ou procura fazer isso, que se concentram as atenções das pessoas que estudam o mercado de trabalho. Quanto à parcela restante do grupo etário de dez anos ou mais, constituída de 50,7 milhões de pessoas, é considerada não economicamente ativa. Para Macedo (1998), dentre esse número de pessoas economicamente não ativas, nem todas o são, já que inclui pessoas engajadas no trabalho doméstico, que não deixa de ser uma atividade econômica. Há também os estudantes, os aposentados, os idosos e os enfermos, entre outros grupos, conforme ressalta o autor.

Da população de mulheres economicamente ativas foi encontrado um total de 32,8 milhões, sendo que deste total 28,8 estavam trabalhando e 3,9 milhões procurando emprego. Quanto aos homens, o total economicamente ativo localizado foi de 46,4 milhões e deste

número 42,8 milhões estavam trabalhando e 3,6 milhões encontravam-se à procura de emprego. Diante dos números apresentados nota-se que, apesar de as mulheres representarem a maioria da população absoluta, a população de mulheres economicamente ativas é inferior à população masculina nas mesmas condições.

Do total da população economicamente ativa que encontrava-se ocupada, ou seja, 71,6 milhões, 24,2% tinham como ramo de atividade o setor primário, que é representado entre outras, pela agricultura e atividades pesqueiras, enquanto 19,3% estavam no setor secundário que é o setor industrial (indústria de transformação, indústria da construção e outras atividades industriais). A maioria da população ocupada encontrava-se no setor terciário ou de serviços que, no ano em que foi feita a pesquisa (1999), respondia por 56,5%, sendo que 4,6% estavam na administração pública. Se comparado aos resultados apresentados em 1995, percebe-se que houve um pequeno crescimento do setor de serviços que passou de 54% para 56,5%, ao passo que com o setor primário houve uma queda de quase 2%, enquanto que o setor secundário permaneceu quase que inalterado.

A partir dos dados, foi possível verificar também que o rendimento das pessoas é muito baixo, pois, da população acima de dez anos, só 18,8% do total tinham rendimento acima de 3 salários mínimos, enquanto o restante ganhava abaixo disso ou não tinha rendimento, sendo que este último caso envolvia a maioria com 40,6%. Quanto ao sexo, somente 18,3% das mulheres ganhavam mais de três salários mínimos e 51,4% não tinham nenhum tipo de rendimento, ao passo que no caso dos homens esse índice subia para 26,4% e taxa de homens sem rendimento cai para 29,2%. Neste caso é possível perceber que há uma pequena vantagem dos homens sobre as mulheres, porém o número de homens que fazia parte da população economicamente ativa em 1999 e que encontrava-se ocupado era superior ao das mulheres.

No aspecto educacional, nota-se que no conjunto da população acima de dez anos o número de pessoas com onze ou mais anos de estudo, que inclui neste caso aquelas com curso superior ou pós-graduação, era de 24,7 milhões de pessoas, ou 19% do total, mas nessa população foram encontrados 41,2 milhões de pessoas, ou 31,7% do total, sem instrução ou com até três anos de estudo, o que reflete a enorme carência educacional no país, conforme ressalta Macedo (1998). Por outro lado, comparando-se esses resultados, ou seja, os de 1999 aos apresentados pelo autor em 1995, percebe-se que houve uma melhoria neste aspecto pois, esse número caiu de 45 milhões de uma população total de 152,3 milhões para 41,2 milhões de uma população de 160,3 milhões que, apesar de não ser um grande resultado, mesmo assim representa um avanço. No caso dos homens com mais de dez anos sem instrução ou com até três anos foi encontrado um total de 20,7 milhões ou 33% e no caso das mulheres 20,3 milhões ou 30,4% fazendo com que levassem uma pequena vantagem na questão educacional sobre os homens. Em relação a terem onze ou mais anos de instrução, as mulheres mais uma vez levaram vantagem sobre os homens, pois o índice encontrado para elas neste caso foi de 20,4% enquanto para os homens cai para 19%.

De acordo com Macedo (1998), esses números são importantes para dar uma idéia das dimensões da população brasileira e de como ocorre sua participação na força de trabalho, ao lado de algumas características da população economicamente ativa conforme, pode ser observado na Tabela 4.1.

É importante ressaltar também que, conforme o autor, no meio urbano existem dois mercados, o formal e o informal. O formal parte da idéia de que existe um mercado de trabalho caracterizado por relações de emprego formalizadas nos termos da lei, seja via registro na carteira profissional, seja mediante admissão como funcionário público. O informal é aquele no qual a contratação não existe. Mas apesar de ter uma conotação até

mesmo marginalizada, ele se articula com o formal e há inclusive segmentos que não são os mais pobres, nem os mais atrasados.

Tabela 4.1  
Brasil – População e Força de Trabalho  
Segundo Diversas Características – 1999

Discriminação	Nº Absoluto em mil habitantes	Em %
<b>1. População Total</b>	<b>160.336</b>	<b>100</b>
Homens	78.470	49
Mulheres	81.865	51
<b>2. População acima de 10 anos, segundo a situação do domicílio</b>	<b>160.336</b>	<b>100</b>
Urbana	127.751	80
Rural	32.585	20
<b>3. População acima de 10 anos</b>	<b>129.708</b>	<b>100</b>
Homens	62.824	48
Mulheres	66.884	52
<b>4. População acima de 10 anos, segundo o rendimento mensal</b>	<b>129.708</b>	<b>100</b>
Sem Rendimento e até 1 SM (Salário Mínimo)	73.934	57
Entre 1 SM e 2 SM	18.159	14
Mais de 2 SM a 3 SM	12.970	10
Mais de 3 SM a 5 SM	9.080	7
Mais de 5 SM a 10 SM	9.080	7
Mais de 10 SM a 20 SM	3.891	3
Mais de 20 SM	2.594	2
<b>5. População acima de anos, segundo a escolaridade</b>	<b>129.708</b>	<b>100</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	17.423	13
De 1 a 3 anos	23.802	18
De 4 a 7 anos	44.554	35
De 8 a 10 anos	19.216	15
Com 11 anos ou mais	24.713	19
<b>6. População acima de 10 anos, segundo a condição de atividade*</b>	<b>130.052</b>	<b>100</b>
Economicamente ativa	79.315	61
Homens (63.019) = 49%		
Mulheres (32.834) = 51%		
Não economicamente ativa	50.737	39
<b>7. População economicamente ativa: posição na ocupação</b>	<b>79.315</b>	<b>100</b>
Ocupados	71.676	89,5
Desocupados	7.639	9,5
<b>8. População ocupada por setor de atividade</b>	<b>71.676</b>	<b>100</b>
Setor primário	17.346	24,2
Setor secundário	13.833	19,3
Setor terciário	40.497	56,5

Fonte: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999 – Fundação IBGE

\* Inclusive pessoas com idade ignorada

A partir dos resultados apresentados na tabela supra citada, é possível perceber que, diferentemente do que ocorria em 1995 em relação à população em condições de atividade, a mulher vem tendo uma representatividade significativa no mercado de trabalho no Brasil. Enquanto em 1995 elas representavam apenas 40% da população em condições de atividade em 1999 passaram a representar 51%, superando os homens neste caso. Nota-se também que a maior parte das ocupações está no setor de serviços que, se comparado com os resultados de 1995, subiu de 54% para 56,5% e que, em média, a escolaridade e o rendimento são muito baixos. A partir destas informações, de acordo com Macedo (1998), conclui-se, entre outros aspectos, que será maior a probabilidade de encontrar emprego no setor de serviços e que, enquanto em 1995 relativamente havia maior probabilidade de a mulher ficar fora do mercado de trabalho, em 1999 esse quadro basicamente se estabilizou a partir do momento em que as mulheres passaram a representar 51% da população em condições de ocupação, enquanto que os homens ficaram com 49%, com uma queda de cerca de 11% de 1995 para 1999.

Para Macedo (1998), um dos cortes mais importantes que se pode fazer no mercado de trabalho é aquele que separa a população economicamente ativa segundo setores de atividade. Esses grandes setores são o primário, constituído pela agropecuária, extração vegetal e pesca; a indústria, também conhecida como setor secundário, que inclui a indústria de transformação – esta transforma matérias-primas e produtos dela mesma em outros, como automóveis e calçados, a indústria extrativa mineral, a indústria da construção civil e os serviços industriais de utilidade pública, como energia elétrica; o setor terciário, também chamado de serviços, que abrange o comércio e serviços diversos, como educação, saúde, transporte, setor financeiro e outros.

De acordo com o autor, a evolução histórica internacional dos países mostra que a tendência usual é a de cair a participação do setor primário no emprego total. Já a indústria



aumenta primeiro a sua participação, com a industrialização, mas depois tende a perder espaço, enquanto o setor de serviços sempre amplia a sua participação. Ele acrescenta que o que ocorre é que a produtividade aumenta muito nos setores primário e secundário. Ela aumenta também no setor de serviços, mas nesse caso a demanda cresce tanto que o efeito preponderante é a expansão da ocupação nesse setor, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Uma vez mostrados os aspectos diversos sobre o mercado de trabalho no Brasil, como a participação masculina e feminina na força de trabalho ou população economicamente ativa, o tamanho desta, sua distribuição e evolução segundo a escolaridade e nível de renda por grandes setores da economia, cabe destacar agora as de natureza institucional. O que se propõe, portanto, é mostrar como se organiza o país ao estabelecer regras legais e regulamentos diversos que afetam o mercado e seus agentes, isto é, os empregadores, os trabalhadores, os sindicatos e a justiça do trabalho.

Para Camargo (1996), as instituições são importantes determinantes do desempenho do mercado de trabalho. Elas diminuem a incerteza e os custos das transações, aumentam a remuneração de certas atividades e reduzem a de outras. Para o autor, numa economia que maximiza a riqueza, elas criam incentivos à atuação dos agentes econômicos e afetam o comportamento do mercado de trabalho de muitas maneiras importantes. Por isso, analisar os incentivos criados pelas instituições do mercado de trabalho constitui um passo importante para entender o comportamento desse mercado.

Segundo o autor, as principais instituições do mercado de trabalho brasileiro foram introduzidas nos anos de 1930 e 1940 e consolidadas em 1943, num código trabalhista denominado Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A CLT é um conjunto de leis muito abrangente que regula quase todos os aspectos do contrato de trabalho no país. O código estipula a existência de contratos individuais e coletivos de trabalho e cria uma divisão

especial da Justiça: a Justiça do Trabalho, responsável pela resolução de conflitos nos níveis individual e coletivo.

Entre 1943 e 1995 foram efetuadas importantes mudanças no código trabalhista. No nível dos contratos individuais, duas foram de grande importância. Primeiro, as normas referentes à demissão de pessoal foram modificadas em 1966, o que reduziu o custo das demissões e aumentou a flexibilidade. Segundo, criou-se um sistema de seguro-desemprego em 1986, financiado por um imposto sobre a receita das empresas. Esse sistema de seguro-desemprego foi reformulado em 1989, transformando-se num importante mecanismo de proteção para o trabalhador desempregado, cujo último emprego tivesse sido com contrato assinado. Além dessas importantes mudanças, muitas outras ainda foram efetuadas em 1988, com a revisão da nova Constituição. Muitos direitos trabalhistas foram criados e inseridos na Constituição, o que dificulta sua alteração.

De acordo com Camargo (1996), no decorrer do tempo, também no nível do contrato coletivo, correram importantes mudanças. A mais significativa foi a redução e posterior eliminação, em 1988, do controle estatal sobre os sindicatos. Esta mudança, segundo o autor, foi uma consequência direta do fato de o momento sindical ter-se empenhado na mobilização da massa trabalhadora – uma reação dos trabalhadores ao regime autoritário e anti-sindicato de 1964-75, e também da adoção de leis de reajuste salarial em 1965.

## **4.2 Principais características do mercado de trabalho brasileiro**

De acordo com Bivar (1993) e Camargo (1996), a rápida industrialização da economia brasileira, após II Guerra Mundial, inverteu as proporções de pessoas que viviam nos meios rural e urbano entre 1950 e 1980 que passaram, respectivamente, de 70% a 30% e

vice-versa. Em 1999 esta situação se complicou ainda mais a partir do momento em que a população urbana passou a representar 80% e a rural 20% do total de pessoas no Brasil conforme PNAD de 1999 da Fundação IBGE.

De acordo com o autor, a industrialização, porém, não foi suficiente para gerar postos de trabalho para todos os que afluíram aos centros urbanos nos setores modernos. Para ele, isso não significa que o principal problema do mercado de trabalho brasileiro, no início dos anos 80, tenha sido o desemprego aberto: de fato, sua frequência foi muito elevada, mas sua duração média e a própria taxa era muito baixa em termos internacionais.

Esta situação foi possível a partir do momento em que se verificou que os que não conseguiam se empregar nos setores modernos se empregavam informalmente (sem carteira assinada) ou trabalhavam por conta própria, como autônomos.

Camargo (1996) acredita que a baixa taxa de desemprego e o elevado grau de informalidade das relações de trabalho se explicavam, pelo menos em parte, pela ausência de um sistema de seguro-desemprego e pela existência de uma série de mecanismos institucionais que incentivavam, tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da demanda de trabalho, uma alta rotatividade da mão-de-obra – sobretudo no caso dos trabalhadores menos qualificados.

Neste contexto Macedo (1998) enfatiza que apesar de não trabalhar formalmente, não quer dizer que a pessoa não tenha renda, afinal de contas ela teria que sobreviver de alguma forma. É comum nos países capitalistas se fazer um tipo de dicotomia entre o trabalho formal e informal, sendo que o informal é colocado num plano de exclusão social, o que nem sempre é verdade. Para o autor, apesar de o mercado informal ter essa conotação de marginalidade e pobreza, articula-se com o formal de várias formas e há ainda alguns de seus segmentos que não são os mais pobres nem mais atrasados. É possível de se localizar no mercado informal por exemplo, vendedores ambulantes que percebem uma remuneração mensal

muito mais alta que um vendedor com emprego formal. Há ainda uma série de trabalhadores autônomos que conhecem as mais avançadas tecnologias de sua área de atuação.

Por outro lado, segundo Camargo (1996), no mercado de trabalho brasileiro, possuir um emprego com carteira assinada significava, entre outras coisas, ter direito ao salário mínimo, a uma jornada de trabalho fixa, a férias remuneradas, à previdência social e, em média, a uma remuneração mais elevada que a propiciada nos segmentos informais desse mercado de trabalho. Ainda em relação à questão da carteira assinada, de acordo com o autor, a partir da década de 1960, a dinâmica dos salários nominais dos empregados foi em grande parte determinada pelo governo por meio da política salarial.

A partir do final dos anos 60 e até o Plano Real, o reajuste passou a ser em função da inflação passada, sendo que a periodicidade foi mantida até 1979 que, em função das altas taxas de inflação, passou a ser semestral. Todavia, o período inflacionário fez com que inúmeros outros problemas surgissem, o que Camargo (1996) chama de “fase de ‘turbulência’ da regra salarial” e sugere algumas etapas que merecem ser destacadas:

- a “distributivista”, que previa reajustes maiores que a inflação passada para os salários mais baixos e ligeiramente inferiores para os mais altos, que vigorou entre 1979 e 1983;
- a “regressiva”, que manteve reajustes diferenciados, mas todos menores ou iguais à inflação passada, de 1983 a 1985;<sup>3</sup>
- o “gatilho” salarial instaurado pelo Plano Cruzado em 1986;<sup>4</sup>



44230

<sup>3</sup> Nada menos que cinco leis salariais foram experimentadas entre o início de 1983 e o de 1985, quando vigoraram os acordos com o FMI – Fundo Monetário Internacional. Para maiores detalhes a respeito, ver Camargo (1996), “Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil”, p. 99, notas de rodapé.

<sup>4</sup> De acordo com o Decreto-lei n.º 2.286, que instaurou o Plano Cruzado, os salários seriam reajustados automaticamente toda vez que a inflação acumulada atingisse a cifra de 20%.

- a URP<sup>5</sup>, implementada pelo Plano Bresser, que previa reajustes mensais em função da média da inflação dos últimos três meses;
- o abono da política salarial no início do governo Collor;
- a adoção de reajustes quadrimestrais em 1992 e
- a reinstauração da livre negociação pelo Plano Real.

(Camargo, 1996:99)

Percebe-se com tudo isso e, conforme o próprio autor observa, que apesar do fato da política salarial ter desempenhado papel fundamental, na determinação dos salários nominais, não significa que o comportamento dessa variável possa ser considerado totalmente exógeno. É importante dizer ainda que, com relação ao gatilho salarial, de acordo com o Decreto-Lei n.º 2.286, que instaurou o Plano Cruzado, os salários seriam reajustados automaticamente toda vez que a inflação acumulada atingisse a cifra de 20%, conforme menciona o autor .

Finalmente, é importante dizer que apesar do emprego informal ser uma possibilidade a mais para ajudar a amenizar os problemas do desemprego, por outro lado, é possível que a pessoa que se encontra nesta situação não se sinta segura em função da possibilidade de haver alguma alteração momentânea na política econômica nacional. Desta forma, De Masi (2000) acrescenta que milhões de pessoas se desesperam por estar excluídas do exercício de algo que nem mesmo gostam de fazer pois, de acordo com as estatísticas oficiais que tratam do trabalho formal, estas pessoas estariam trabalhando e consequentemente seriam possuidoras de uma renda mensal que no mínimo fosse suficiente

---

<sup>5</sup> Conforme artigo 3º do Decreto Lei 2.335/87 de 12/6/1987, que dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui unidade de referência de preços (URP) e dá outras providências.

para sua alimentação, vestuário, educação e habitação, posto que recebem um salário mínimo estipulado por lei. Para o autor, essas pessoas têm bons motivos para estar desesperadas posto que a organização social atual faz com que o cidadão dependa do trabalho pois, um vez empregado terá direito a uma retribuição. Mas que retribuição seria essa? Até que ponto valeria a pena submeter-se a uma jornada diária de oito ou mais horas de trabalho em função dessa retribuição? Segundo o autor, essa retribuição seria o direito de viver de modo decente e independente, podendo inclusive ter uma casa e filhos e com isso ser bem aceito no convívio social. Não seria uma maravilha ter tantos direitos? E quem não tem trabalho? Será que não teria o direito de viver decentemente?

Para justificar essa questão, precisaria entender um pouco sobre a desigualdade e exclusão social no Brasil. De acordo com Singer (1999), o Brasil é a terra da desigualdade. Dentre as diversas desigualdades que aqui se verificam, a desigualdade de renda, o status social ou reconhecimento legal representa um outro lado da moeda da exclusão social. Os excluídos em termos de aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque outros detêm demais.

### **4.3 O mercado de trabalho e o profissional de administração**

Para Previdelli (2000), o século XXI chegou prometendo uma economia de produção automatizada e em função disso a sociedade moderna enfrentará os desafios pertinentes ao chamado desemprego tecnológico uma vez que os profissionais estão sendo substituídos pelos benefícios que o aparato tecnológico, proporciona às atividades organizacionais. Com isso, as empresas, diante da competitividade desenfreada de hoje, demandaram por maneiras de coordenar e gerir atividades que exijam rapidez na ação e a

abordagem por temas relacionados com a agilidade de processos. Neste contexto, para o autor, a flexibilidade vem se difundindo com grande velocidade nas empresas.

Em função disso, o mercado de trabalho requer do administrador uma multiquificação que faz com que nem todas as IES estejam preparadas para a formação desse profissional. Por outro lado, no caso do profissional que teve a oportunidade de frequentar um curso numa instituição que atendesse às exigências, poderá encontrar algumas facilidades na hora que for procurar emprego. Desta forma, para o autor, é o conjunto generalista de competências e habilidades que o exercício da Administração exige, diante da configuração do mercado de trabalho. Neste contexto, recai sobre os cursos de administração a responsabilidade de desenvolver projetos pedagógicos que supram as tendências do mercado de trabalho.

No que se refere à uma formação generalista, pode-se dizer que os trabalhos de agora exigem mais do saber intelectual do que da capacidade técnica. As características que desenham o perfil do profissional de administração estão envolvidas com aptidões para diagnosticar e solucionar problemas, além de possuir desenvoltura para trabalhar em grupo (Previdelli, 2000:11).

É importante ressaltar que apesar de parecer que está se tratando de um profissão generalista, a premissa não é verdadeira, pois nos cursos de administração nota-se uma certa ênfase em campos particulares de atuação, tais como: planejamento, finanças, comércio exterior, marketing, recursos humanos, informática, logística e administração pública, possibilitando ao administrador ter mais de uma habilidade em períodos de estudo não muito longos. Com isso, a questão especialista, sob o enfoque administrativo, ganha a devida consideração pelo fato de que todo administrador, apesar de entender das variáveis externas e internas do ambiente organizacional como um todo, deve entender intimamente de certos assuntos em determinadas áreas especialmente em atividades que tornarão suas aptidões

evidentes, necessárias e personalizadas. É importante dizer que esses campos de atuação necessariamente não significam uma especialização, mas um campo a mais de atuação. Mesmo porque, no momento atual da flexibilização, da Qualidade Total (Silva, 1994), a especialização significa desqualificação, posto que o novo mercado de trabalho vem exigindo profissionais de formação genérica, polivalentes, criativos e racionais, dominando diversos códigos lingüísticos, inclusive os da informática, para atuar em várias funções de supervisão e controle.

Para Previdelli (2000), esse perfil de formação do administrador torna-se importante a partir do momento em que se observa que grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, em escala mundial, vêm refletindo no cotidiano das pessoas, interferindo na realização do trabalho, nas unidades do comércio, nas estruturas empresariais e financeiras. Tratam-se, neste caso, de sintomas da economia globalizada que por sua vez acabam influenciando no mercado de trabalho. Neste contexto, verifica-se que a realidade do mundo moderno incorpora o debate sobre a ordem internacional em suas dimensões globais e tecnológicas e seus efeitos sobre as estruturas e relações de emprego em todo o mundo. Portanto, uma formação de caráter mais generalista para o profissional de administração, seria uma possibilidade menos complicada de enfrentar essa nova realidade mundial.

Quanto à questão da formação profissional, num estudo realizado por Monteiro (2000), a partir do qual se analisa o currículo do curso de administração da FEA-USP em três cursos diferentes, o autor concluiu que “existe um adequado balanceamento entre a lógica de profissionalização, voltada ao mercado de trabalho, e a lógica da universidade como escola de pensamento com a manutenção no currículo de um grande número de disciplinas que correm ao lado das áreas de especialização da administração”. Percebe-se com isso que as IES têm demonstrado preocupação com o desenvolvimento de habilidades e competências de seus alunos, culminando num perfil de saída do profissional de administração que atenda às



expectativas do mercado de trabalho. O autor enfatiza ainda que tem sido verificada uma grande demanda dos profissionais de administração oriundos daquela instituição especificamente, ou seja, FEA-USP, o que de certa forma caracteriza a adequação do currículo de administração às necessidades básicas do mercado de trabalho. Porém, o mesmo não pode ser dito em relação às instituições do setor privado, pois ainda encontram-se em fase de adequação de seu currículo mínimo às reais necessidades do mercado de trabalho.

Percebe-se com isso que o aluno também tem que se preparar muito bem para que possa encontrar um emprego que atenda às suas expectativas profissionais e salariais. Entretanto, para que isso se concretize, é necessário que escolha uma instituição que de fato esteja preocupada com a sua formação e que estabeleça uma certa sintonia com o mercado de trabalho. É evidente que a universidade tem como uma de suas missões principais a universalização da produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Diante disso, torna-se um elemento imprescindível em qualquer processo estratégico de desenvolvimento, como uma instituição de interesse público, independente do regime jurídico adotado e do modelo organizacional ao qual esteja vinculada.

Numa pesquisa nacional realizada em 1995 pelo CFA sobre o “Perfil do administrador e mercado de trabalho”, evidenciou-se que a principal deficiência que os administradores deveriam evitar ou corrigir para melhorar seu desempenho, era a “falta de conhecimento prático”, que representou 47% de um total de 747 respondentes. Segundo dados desta pesquisa, tal deficiência é sentida sobretudo pelos profissionais jovens, na faixa de 21 a 30 anos. Notou-se também que ela é mais presente entre as representantes do sexo feminino que entre os representantes sexo masculino.

Ainda com relação ao mercado de trabalho para o profissional de administração, um outro dado interessante diz respeito à preferência de profissionais de outras áreas pela de Administração de Empresas. Este fato se confirma a partir de um estudo comparativo

realizado pelo Fórum de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo, que indagou aos estudantes quanto à intenção de se trabalhar em outra área senão a que corresponde ao curso que estava cursando. A partir das respostas dos estudantes, percebeu-se que 22% de um total de 1101 sujeitos de faculdades isoladas e universidades na cidade de São Paulo que foram entrevistados, pretendem trabalhar em outra área e fariam um outro curso nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, que se encontra o curso de administração.

Ao refletir a respeito do profissional formado, resultado do aluno que ingressa na “IES” com a incorporação do saber adquirido ao longo do processo de ensino-aprendizagem, poder-se-ia afirmar que o êxito no cumprimento de sua missão seria o de proporcionar a esse profissional, que constitui o seu produto final colocado no mercado, um conjunto de habilidades, competências e conhecimentos, valorizados e reconhecidos pelas organizações que o contratam. A reflexão citada foi feita por Tachizawa e Andrade, na obra intitulada “Gestão de Instituições de Ensino” (1999), em seu primeiro capítulo e que ora serve de referência para uma análise comparativa.

Eles também afirmam que, considerando o aluno formado como produto, nada mais relevante do que analisar a opinião dos empregadores desta mão-de-obra formada. Desta maneira, a instituição deveria pesquisar e aferir neste mercado quais os atributos e qual o perfil do profissional formado que está sendo procurado.

No capítulo mencionado, os autores citam uma pesquisa quantitativa realizada pelo CFA, que inclusive foi mencionada neste trabalho, sendo que a partir dos resultados obtidos, estes foram confrontados com os resultados de uma outra pesquisa qualitativa do mesmo período. Os resultados desta análise comparativa foram cotejados, ainda, com aqueles obtidos na pesquisa quantitativa de 1995. Inicialmente foram pesquisados os empregadores numa amostra de 300 respondentes, constituída por executivos/empresários das organizações contratantes da mão-de-obra formada pelas “IESs”.

Na pesquisa qualitativa, os executivos/empresários das organizações empregadoras dos profissionais formados, pesquisados por meio de discussões em grupo, consideraram que os graduados em administração, recém-egressos das “IESs”, possuíam muitas deficiências em sua formação escolar. As deficiências constatadas, que lhe reduziam as oportunidades profissionais, foram em resumo as seguintes:

- os graduados em administração carecem de formação prática;
- os conhecimentos dos graduados em administração são genéricos e superficiais;
- as “IESs” estão dissociadas das necessidades do mercado;
- as “IESs” proporcionam ensino desatualizado e não-criativo;
- as “IESs” não integram os conhecimentos das várias atividades de uma organização empresarial.

De forma complementar, as três principais desvantagens inerentes ao curso de administração, identificadas na pesquisa quantitativa, foram: teórico, não-prático; não proporciona uma visão geral da organização empresarial; aprendizado de matérias inúteis e currículos não-adaptados.

Por outro lado, segundo os 300 executivos/empresários pesquisados, as seis principais melhorias que as “IESs” deveriam realizar para preparar os alunos para o mercado de trabalho seriam:

- dar matérias úteis com currículo adaptado ao mercado;
- fazer convênios e parcerias com as organizações empresariais;
- aproximar-se das empresas e conhecê-las;
- dar curso prático, não teórico;
- dar uma visão mais completa da empresa;
- investir na formação e desenvolvimento de professores.

De acordo com o relatório do MEC de 1998, o processo atualmente praticado de ensino-aprendizagem necessita urgentemente de aprimoramento em sua qualidade ou até mesmo poder-se-ia dizer que “necessita de uma reformulação que vise às solicitações do mercado”. Neste contexto, nada melhor que iniciar pelo alinhamento das Metas de Ensino que os cursos e suas disciplinas visam alcançar com as que o mercado espera do aluno formado.

É importante ressaltar também que o mercado de trabalho faz exigências sobre um profissional que, ao ingressar no exercício da profissão, não seja detentor apenas de conhecimentos teóricos, mas de uma praxes. Diante disso, a partir dos resultados apontados numa pesquisa quantitativa realizada pelo CFA sob a coordenação de Andrade (1999), 54% dos respondentes que eram compostos de administradores profissionais (783), professores universitários (246) ligados aos programas de graduação e pós-graduação em Administração e empregadores (300) recomendam que as IES formulem um currículo sintonizado com as exigências do mercado de trabalho. Foi detectado também na pesquisa que 43% defendiam a idéia de que as IES estabelecessem parcerias com as empresas; 42,5% recomendavam uma maior aproximação entre as IES e as empresas; 30% recomendavam maior investimento na formação de professores e 30% propunham cursos mais atualizados aos formandos de Administração de Empresas. Conforme pode ser observado de 1995 para 1999 as exigências do empresariado em relação ao que se espera da formação dos egressos de Administração de Empresas permanece quase inalterado, o que leva a crer que não tem sido investido muito nesta área conforme se espera e com isso quem é prejudicado é o aluno.

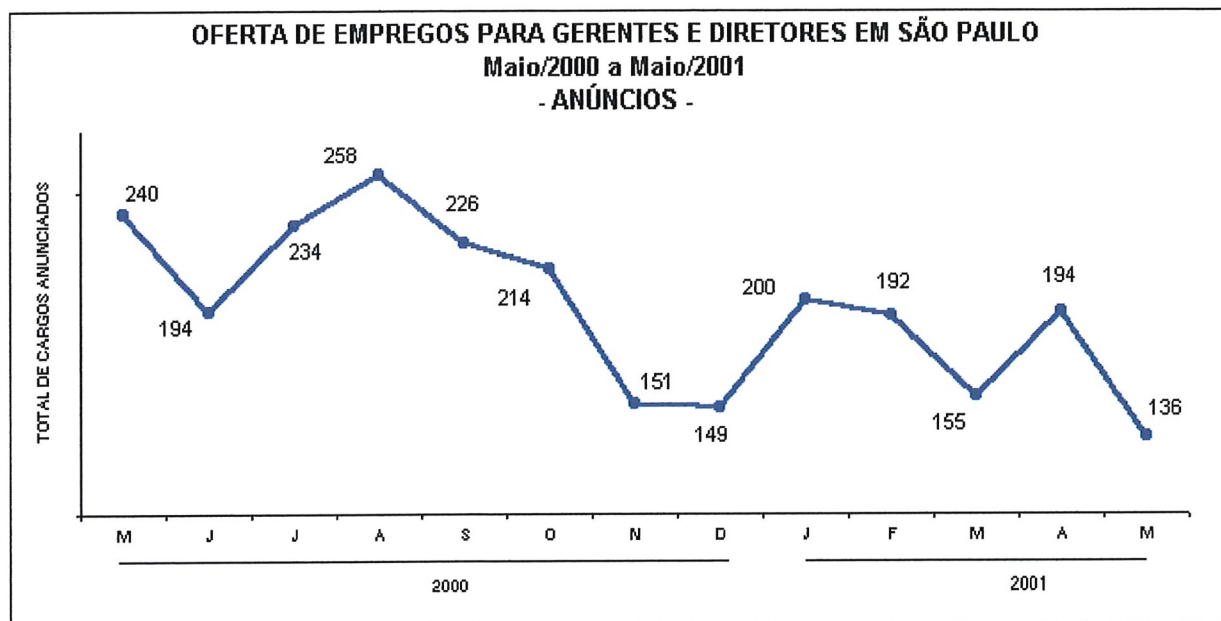
Toda essa exigência se torna evidente a partir do momento em que é atribuída ao administrador a compreensão do todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como de suas relações com o ambiente externo, conforme acreditam 52% dos coordenadores de cursos de Administração, numa pesquisa realizada pela ANGRAD em 1996.

Para que se tenha uma noção mais clara da atuação do profissional de administração no mercado de trabalho, a empresa Laerte Cordeiro Consultores em Recursos Humanos realiza mensalmente uma pesquisa sobre a oferta de emprego para os profissionais de Administração de Empresas na cidade de São Paulo. Sendo que a pesquisa que está sendo analisada no momento se refere aos estudos feitos no mês de maio de 2001, com base nos anúncios de recrutamento publicados nos principais jornais e revistas de São Paulo. De acordo com a pesquisa, no mês de maio de 2001 foram publicados nos principais jornais de São Paulo 136 anúncios classificados, oferecendo oportunidades de empregos para executivos dos níveis de gerência e direção. Se compararmos os índices, esse número representa um decréscimo de 30% nas ofertas, posto que no mês anterior que foram feitos 194 anúncios, o que representa 43% em relação a maio de 2000, que ofertou 240 empregos. Em relação aos cinco primeiros meses do ano 2001, segundo as pesquisas, janeiro foi o mês que apresentou o maior número de ofertas, ao passo que maio representa o contrário. Numa comparação mais ampla, nota-se ainda que o total de ofertas de emprego para os profissionais de administração nos cinco primeiros meses deste ano foi de 877, enquanto no mesmo período do ano 2000 foi de 1.179, ou seja, 26% menor.

Um outro dado interessante que a pesquisa mostra é que a área de marketing vem sendo a privilegiada com oferta de empregos para o campo de administração de empresas, posto que em abril quanto em maio de 2001 representaram 40% do total das ofertas de emprego. Em seguida aparecem as áreas de produção/técnica, com 22% e finanças/controladoria com o mesmo percentual. No que se refere às áreas de apoio (informática, recursos humanos, jurídico e afins) ficaram com 11% e a de gerência geral com apenas 5% do total das ofertas. Percebe-se com isso que com exceção da área de marketing as demais permaneceram quase inalteradas se comparadas com o mês anterior, conforme pode ser observado no gráfico 4.1 desenvolvido pela empresa.

Gráfico 4.1

Oferta de emprego para o profissional de administração



Fonte: Laerte Cordeiro Consultores em Recursos Humanos – Maio 2001 – Jornais: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil

Finalmente é importante dizer que o comprometimento da IES com a formação profissional e a definição do perfil esperado pelo mercado de trabalho em relação ao aluno de Administração de Empresas torna-se algo imprescindível. De acordo com um trabalho realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES, ainda que o mercado de trabalho se configure de forma cada vez mais misteriosa e imprevisível, o desenvolvimento econômico, tecnológico, político, social e cultural do país indicam a importância crescente de aumentar significativamente o número de brasileiros com um nível de instrução mais elevado. Evidentemente que se espera que esta formação se dê com qualidade, posto que ao contrário estaria incompatível com as expectativas do mercado de trabalho em relação ao perfil de saída desses egressos das instituições de ensino superior.

## 5 A escolha profissional

“ Aqueles que identificam a escolha como o desejo, ou a paixão, ou a aspiração, ou uma espécie de opinião, não parecem estar falando acertadamente, pois a escolha não é partilhada pelos seres irracionais, mas a paixão e o desejo são”.

Aristóteles

Do ponto de vista de uma sociedade democrática, pressupõe-se que seja concedido ao ser humano, independente do sexo, cor, religião, classe social ou qualquer outro elemento que poderia ser considerado fator de discriminação, o direito de se fazer escolha diante de uma situação em que haja essa possibilidade. Todavia, isso nem sempre é algo tão simples de se resolver. Isto porque, muitas vezes, a escolha pode representar o rompimento com uma situação de conforto e o ingresso em novo campo cujo conhecimento a respeito ainda esteja por ser descoberto. Evidentemente que o novo, o desconhecido ainda é algo que gera uma certa angústia às pessoas. Em alguns casos verifica-se uma certa rejeição quando esse novo entra em conflito com uma situação anterior que não exija muito do sujeito da ação.

Neste contexto, não há como negar que falar de escolha profissional não seria muito diferente da situação previamente exposta. Possivelmente não seria tão complicado, se este fosse um problema a ser resolvido por uma pessoa adulta, que tivesse uma vivência de mundo, com um pouco mais de segurança sobre quais seriam os passos a serem tomados numa situação de desconforto, diminuindo, assim os riscos de um fracasso que está sujeito a ocorrer com qualquer pessoa que se proponha a se aventurar no mercado de trabalho. Todavia, a escolha profissional geralmente se dá na adolescência, período em que o jovem

ainda não está preparado para uma tomada de decisão deste nível, conforme defendem muitos psicólogos.

Segundo Lehman (1999), os adultos contribuem de forma significativa para que essa angústia aumente pois, geralmente, já distantes há muitos anos dessa difícil escolha, esquecem-se que já foram jovens e quantos obstáculos tiveram que ser vencidos até atingirem o ponto em que se encontram. Diante desse esquecimento repentino, partem para um grau de cobrança, quer seja direta ou indireta, que faz com que o jovem se sinta numa situação de desconforto tamanha que seria até mesmo melhor se pudesse retornar a ser criança, ou até mesmo bebê, no útero materno. Neste momento surgem inúmeras perguntas: "Será que sirvo para esse tipo de profissão? Terei dinheiro para pagar? E se desistir no meio do caminho? O que fazer se o curso não tiver nada a ver comigo?" O pior é que as respostas, nem sempre aparecem na mesma proporção das perguntas.

Diante de um dilema tamanho a ser resolvido, parece que não há nenhuma solução à vista para que esse jovem possa se guiar para terrenos mais firmes. Porém chegará um momento em que isso ocorrerá, posto que, afinal de contas, esse é um trajeto percorrido por todos os adolescentes e que num futuro não tão longínquo estarão numa situação já definida e exercerão o mesmo papel de cobrança diante de seus filhos que, por sua vez, estarão passando pelos mesmos problemas dos quais estão sendo sujeitos no momento. Para Lehman (1999), cada adolescente tem um estilo próprio de fazer escolha e o que é importante é que essa questão do "escolher" resulte em autoconhecimento, em escores no difícil jogo de constituição da identidade. Afinal, cada escolha é tão mais importante quanto mais consciente, pensada e sofrida for.

Embora possa parecer que uma escolha seja eterna, isso nem sempre é verdadeiro, pois deve ser vista como algo mutável, sempre sujeita a uma revisão. Talvez essa informação não chegue aos jovens de uma forma direta, por não ser tão conveniente para as pessoas que



estariam, de alguma maneira, interessadas em influenciar sua tomada de decisão, pois seria um problema a menos a ser resolvido.

Com relação a esse problema, Macedo (1998) acredita na possibilidade de que o jovem possa enfrentar a situação sem grandes sofrimentos. De acordo com o autor, para que seja evitado o problema ou pelo menos reduzidas as angústias pelas quais os jovens passam, seria necessário entender como a escolha de uma profissão é feita, quais os instrumentos condutores para determinada profissão de que cada jovem dispõe e como poderiam ser avaliados os interesses, aptidões, competências e potencialidades de cada pessoa por ocasião de sua escolha profissional. Sugere ainda que a história de vida do sujeito da escolha deva ser levada em conta, mesmo porque uma escolha profissional não é construída nem acontece de um momento para outro, ao contrário, solidifica-se com o tempo.

Para Whitaker (1997), há ainda alguns fatores importantes que devem ser considerados por ocasião da escolha profissional. Partindo do pressuposto de que não existe uma vocação no sentido de um chamado irresistível para uma determinada profissão, devem-se ser observados alguns princípios defendidos pelos psicólogos modernos. De acordo com as concepções desses especialistas, existem aptidões, interesses, características de personalidade, atitudes, valores, oportunidades educacionais dadas pelo nível sócio-econômico etc., mas não um chamamento para uma determinada área profissional.

Weil (1991), com a intenção de facilitar ao jovem o conhecimento das profissões, entre outras proposições, sugere que seja visitado o maior número possível de estabelecimentos profissionais para que este jovem possa ter um contato mais direto com sua provável profissão futura. Evidentemente que essa proposta não seria um grande problema para os alunos do Ensino Médio de escolas do setor privado, os quais possuem maior poder aquisitivo. Por outro lado, para os alunos de baixa renda, principalmente aqueles da escola pública, esse certamente não seria um caminho muito fácil. Talvez neste segundo caso uma

probabilidade mais fácil seria uma outra proposta apresentada pelo autor, que é a leitura de revistas técnicas e de livros de vários ramos profissionais. Embora essa possivelmente seja uma situação possível, para que de fato ocorra, haveria a necessidade de um melhor comprometimento das instituições de ensino com a escolha profissional, o que não tem sido verificado ultimamente.

Para Whitaker (1997), algumas pessoas são detentoras de determinadas tendências e inclinações em função de fatores diversos, quer seja influência familiar, convívio social ou até mesmo uma inclinação natural. Essa mesma pessoa que, de alguma forma, poderia se dizer privilegiada, poderá verbalizar essas tendências e de um modo ou outro usar esses princípios como elementos facilitadores na sua escolha profissional. Diante disso, é importante ressaltar que as características individuais devem ser levadas em consideração na tomada de decisão em relação à escolha profissional. Não há como negar que um indivíduo que não consiga se imaginar dentro de um laboratório, consultório, ou qualquer outro ambiente fechado possa estar escolhendo um profissão que exigisse dele enquanto profissional a submissão à situação similar. Evidentemente que esse indivíduo teria de optar por uma profissão que lhe oportunizasse condições para trabalhar ao ar livre, para no convívio com a natureza.

Por outro lado a autora procura enfatizar que nenhum tipo de inclinação corresponde de fato a uma profissão específica. Ao contrário, pois, com o surgimento de tantas profissões no mundo moderno, verifica-se a possibilidade de adequação de uma determinada inclinação para o campo profissional para as mais diversas profissões. Mesmo que a pessoa tenha uma personalidade muito rica, não quer dizer que não possa ter caminhos alternativos, afinal de contas, uma tendência não exclui a outra, pois quando uma tendência demonstrar-se, contraditória seria interessante que o indivíduo escolhesse uma profissão que fizesse com ele ficasse satisfeito e que ao mesmo tempo estimulasse a contradição percebida.

Dentre os diversos fatores que influenciam no processo de escolha profissional, talvez a família pudesse ser considerada uma das que mais se destacam. Para Dias (1995:74), “a família sempre teve um importante papel por sua função socializadora. Um bebê recém-chegado rapidamente é integrado no grupo social de referência a que pertence sua família. Antes mesmo de nascer, o bebê já tem seu lugar social e um lugar na vida psíquica dos familiares. O mundo lhe é apresentado pela família e outras figuras significativas. É sobre esta primeira formação que se adicionará, no futuro, a opção profissional. A forma como os pais dão significado aos elementos da vida ocupacional sempre estará ligado no modo de um filho significar este universo”.

Sobre esse assunto a autora menciona o que diz Bohoslavsky pois, segundo este autor, “o grupo familiar constitui o grupo de participação e de referência fundamental, e é por isso que os valores desse grupo constituem bases significativas na orientação do adolescente, quer a família atue como grupo positivo de referência, quer opere como grupo negativo de referência”. Neste contexto, ela parte do pressuposto de que o momento da escolha profissional é um momento de crise e que ao mesmo tempo envolve não só o sujeito, mas implica também o grupo de que faz parte, que neste caso seria principalmente a família. Diante deste conflito a autora acrescenta que a escolha se dá muitas vezes em curtos espaços de tempo, fazendo com que se dê muitas vezes em função do prazo, e não em função do fato de que o indivíduo esteja pronto para fazê-la. Exemplo disso seria o caso de um aluno que muitas vezes escolhe um curso não porque esteja seguro da escolha, mas porque o prazo para inscrição no vestibular o pressiona.

Ainda neste contexto da indecisão, Lehman (1995) acredita que uma vez feita a escolha profissional não significa alívio imediato e permanente para o jovem, caso se pense desta forma. Diante disso, para a autora, os profissionais de orientação precisam ter muito clara a consciência da crise pela qual passa o indivíduo, seja porque o trabalho ou a própria

noção de trabalho está se modificando, seja porque o valor do trabalho na sociedade atual não se apresente como antigamente. Diante disso, a possibilidade de o jovem apresentar problemas diversos sobre a questão da escolha profissional é um fato que não se esgota com o simples fato de optar por um curso ou outro para ingressar no ensino superior.

Finalmente, é importante ressaltar, ainda, que mesmo tendo ciência da crise pela qual os jovens passam por ocasião da escolha profissional, por outro lado, espera-se que os mesmos tenham um mínimo de conhecimento sobre o exercício da profissão que pretendem seguir. Contudo, para que isso ocorra, é necessário que seja adquirido um certo capital cultural humano (Whitaker, 1997).

Para a autora, o conhecimento mínimo sobre o exercício de certas profissões desejadas e sobre os papéis sociais desempenhados por quem as executa se dá a partir do momento em que se estabelece uma “ponte” pela qual uma ou mais profissões se relacionam com determinada tendência e inclinação.

Por outro lado, o grande problema neste caso é que as profissões são muitas vezes estereotipadas, quando não caricaturadas, conforme já mencionado no texto. Neste contexto, uma possibilidade defendida pela autora é que se ponha um pouco de ordem nessa confusão com a criação de um sistema de divulgação. Este sistema compreenderia desde a participação da escola, neste caso a escola de educação básica, até a publicação de livros específicos sobre as diferentes profissões, tornando os jovens capazes de buscar informações seguras, entrevistando profissionais, participando, não só ouvindo palestras sobre as profissões e se possível, estagiando nos locais adequados.

Evidentemente que tudo isso não seria uma tarefa fácil, e a possibilidade de surgirem produções cuja qualidade deixasse a desejar não pode ser descartada. Mas para que algo aconteça é necessário que haja um começo, que alguém acredite no projeto para depois

poder gerenciá-lo com sucesso e no caso de um projeto de conscientização do jovem quanto à escolha profissional não seria diferente dos demais.

Contudo, a questão de se fazer uma escolha bem feita é muito importante a partir do momento em que se observa que, segundo Bastos (1997), “com as profundas alterações no mundo do trabalho, entre inúmeros outros elementos, caracterizam-se por mudanças na estrutura de emprego e na redefinição de perfil ocupacionais, inclusive entre profissionais, impondo o desafio de permanente atualização”. Neste contexto, o autor acredita que tais fatos tornam o estudo do comprometimento com a profissão tema importante e atual e que de certa forma seria um caminho a mais para que o jovem possa se orientar por ocasião de sua escolha profissional, no sentido de fazê-la com segurança e envolvimento com a carreira. É importante ressaltar que, no estudo realizado pelo autor, buscou-se em uma amostra de estudantes e profissionais de Administração descrever seus níveis de comprometimento com a profissão e a variação dos mesmos, considerando-se as características do processo de escolha vocacional e o significado do trabalho em suas vidas. Portanto, pode-se dizer que este seria um dos estudos que estaria contribuindo para o projeto que Whitaker (1997) propõe para auxiliar o jovem a fazer uma escolha profissional consciente.

## **5.1 A escolha do curso de Administração**

“Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o que, mas sei que o universo jamais começou”.

Clarice Lispector, “A hora da estrela”.

Ao investigar sobre os motivos pelos quais os estudantes escolhem o curso de Administração de Empresas, na literatura disponível não foram identificados muitos estudos a esse respeito. Este mesmo trabalho já havia sido feito por Ferreira (1995), quando a autora apresentou uma dissertação de mestrado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, na qual procurava identificar os motivos de escolha de curso dos alunos de Psicologia e Administração de Empresas. Com relação ao primeiro curso, foram identificadas uma série de estudos, porém, quanto ao curso de Administração, a autora também teve dificuldades, o que inclusive reforçou a necessidade deste estudo.

De acordo com os resultados identificados pela autora, foi possível perceber que a atividade profissional na área da Administração era o que mais motivava os sujeitos a escolherem o curso. Apenas a título de comparação, já que este não é o objetivo deste trabalho, no caso dos sujeitos que escolheram o curso de Psicologia, verificou-se que necessidades e desejos mais claramente pessoais e emocionais eram os motivos que estimulavam os jovens a escolherem o curso de Psicologia.

Ao serem indagados sobre a área de atuação profissional da Administração, os alunos na sua maioria (60%), responderam que se tratava de algo voltado para a tomada de decisões e controle da empresa e dos funcionários, ao passo que 40% acreditavam que a área de atuação do administrador seria primeiramente a questão da organização e administração da empresa e do pessoal. Percebe-se com isso que ao escolher o curso, os candidatos já tinham em mente uma boa noção sobre quais seriam as habilidades a serem trabalhadas. Desta forma pode-se dizer que esse fato poderia ser caracterizado como uma opção feita de maneira consciente por parte dos candidatos. Percebe-se ainda que, como alunos, eles têm uma representação mais voltada para a possibilidade de tomada de decisões e de controle que a atividade nesta área possa permitir. Com isso nota-se que os alunos estão desenvolvendo competências que estão intimamente relacionadas com as quatro funções do administrador

defendidas por Fayol, conforme defende Stoner (1999), que são “o processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho de membros da organização e de usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar objetivos estabelecidos”.

Verifica-se ainda que, ao serem indagados sobre as atividades específicas do profissional de Administração, 95% responderam que “administra, resolve e controla todos os setores da empresa (burocráticos e humanos)”. Quanto aos restantes, que representaram apenas 5% da amostra, responderam que este profissional “administra e comanda a área financeira da empresa”.

Diante das respostas dos alunos de administração, percebe-se que eles fizeram referência à questão do poder e do controle como algo que, de certa forma, fosse muito importante no exercício da profissão de administrador. Neste caso, é necessário buscar na literatura um pouco sobre o conceito de poder, no sentido de melhor assimilar a dinâmica do exercício da profissão e os pressupostos dos graduandos em relação ao papel dos profissionais de Administração de Empresas no mercado de trabalho.

Hall (1999), ao conceituar poder, acredita que “quando um superior pede ou ordena a um subalterno que faça algo ou quando um professor atribui uma tarefa de leitura, o poder está sendo exercido”. Pode-se dizer ainda que, segundo o autor, toda a questão da centralização envolve a distribuição de poder. No caso de Morgan (1996), “o poder é o meio através do qual os conflitos de interesse são diminuídos e resolvidos”. E com relação a Cohen (1999), poder é “a capacidade de produzir mudanças mediante a mobilização de uma ou mais pessoas para agir”. O autor acrescenta ainda que, com relação à política, o poder foi definido como “o estudo de quem obtém o que, quando e como”. Percebe-se com isso que a questão do poder é algo que está diretamente ligado ao relacionado humano, quer seja pessoal ou organizacional, e que poderá gerar uma relação conflitante entre as partes. Este fato ocorre a

partir do momento em que se observa que os interesses de um não necessariamente serão os mesmos do outro, daí o início do conflito.

Entretanto, neste contexto, não há como analisar se estes alunos, que seriam futuros profissionais da área de Administração de Empresas, já tinham alguma noção dos conceitos básicos daquilo que possivelmente os tivessem influenciado ou até mesmo os seduzido em relação à profissão de administrador. Todavia, percebe-se que a questão do poder denota algo vital no exercício da profissão que haviam escolhido, de acordo com suas concepções em relação à função dos profissionais de administração. Por outro lado, é importante ressaltar, ainda, que se tratavam de "calouros" muito jovens e que com isso poderiam não estar muito bem informados sobre o exercício da profissão, posto que os jovens muita vezes optam por determinada profissão por razões diversas, ou até mesmo por falta de opção.

No que se refere às expectativas em relação ao curso de Administração de Empresas, verificou-se que houve um certo equilíbrio por parte dos respondentes, a partir do momento em que se encontrou 50% dos respondentes com a concepção de que o curso ampliaria e aprimoraria o conhecimento do trabalho que iriam desenvolver na área. Por outro lado, os outros 50% responderam que esperavam que pudessem adquirir conhecimentos que lhes permitissem administrar uma empresa. Todavia, verifica-se mais uma vez que houve uma similaridade muito grande em relação às respostas dadas pelos alunos, inclusive muito voltadas para as funções do administrador, conforme já citado.

Com relação às expectativas quanto à futura profissão por parte dos sujeitos de Administração, no trabalho de Ferreira (1995) verificou-se que a maioria (60%) dos sujeitos disseram que tinham como principal expectativa no trabalho "o sucesso e realização profissional, obtidos por meio da capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos, agradando à empresa e aos funcionários". Foi localizado ainda que 15% dos respondentes



esperavam ganhar muito dinheiro; 15% tinham como expectativa a possibilidade de poder controlar todas as situações que ocorrem dentro da empresa e finalmente 5% disseram que não tinham definido suas expectativas quanto ao futuro da profissão.

É importante dizer que os alunos, ao responderem ao questionário que lhes foi proposto, apesar de ainda serem considerados "calouros", transmitiram a idéia de que já conheciam as rotinas que tangem ao exercício da profissão de administrador, o que leva a crer que não necessariamente o jovem escolha uma profissão em função de pressões sofridas, quer seja pelo ambiente familiar ou pelo trabalho.

Num trabalho realizado por Campomar, Ikeda e Oliveira (1997), que procurou descrever o perfil do aluno ingressante do curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA, foi possível perceber uma grande convicção por parte dos alunos quanto à escolha do curso no decorrer dos anos pesquisados. A partir dos dados disponíveis neste estudo, nota-se que em 1996 83,8% afirmaram que tinham a total certeza ou um alto grau de certeza de que tinham escolhido o curso certo. Já em 1997, esta porcentagem subiu para 85,5%.

Neste mesmo trabalho, os alunos foram questionados a respeito dos motivos pelos quais escolheram estudar na FEA. Segundo os autores, obteve-se que o fator qualidade teve influência substancial, pois em 1996 representou 69,3% porém em 1997 houve uma queda neste índice, que ficou em apenas 37,6%, porém não foram citados pelo autores quais os prováveis motivos que levaram a essa queda da concepção dos alunos em relação à qualidade oferecida pela instituição.

Outros fatores mencionados na pesquisa que justificam a opção pelo curso foram a gratuidade e renome, afinidade com a profissão, perspectivas futuras e mercado de trabalho promissor.

## 6 Metodologia

Este tópico tem o propósito de apresentar a metodologia empregada no trabalho. Consta de identificação dos sujeitos, descrição, aplicação e confiabilidade do instrumento. Apresenta também o perfil dos respondentes e a análise fatorial e das frequências de alternativa das respostas. Finalmente é proposta uma síntese dos resultados parciais encontrados.

### 6.1 Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram 291 universitários que estão frequentando os 2º, 3º e 4º anos do curso de Administração de Empresas do período noturno em três Centros Universitários e numa Universidade da iniciativa privada na cidade de São Paulo. Do total dos sujeitos pesquisados, os mesmos encontram-se distribuídos em relação ao ano que cursavam da seguinte forma: 137 encontram-se cursando o 2º ano, 99 o 3º ano e finalmente 57 frequentam o 4º ano de Administração de Empresas. Do total, ou seja, 291 alunos, 155 pertencem ao sexo masculino, 135 ao feminino e houve um caso em que não se identificou.

No que se refere às instituições em que a coleta de dados foi feita, não houve nenhum critério especial para escolhê-las. Desta forma, a opção pelas instituições em que ocorreu a pesquisa foi em função da comodidade encontrada para a aplicação do instrumento de pesquisa para a coleta de dados.

Em relação ao ano que os alunos estão cursando, a idéia era a de privilegiar todas as séries. Todavia, optou-se pela não inclusão do primeiro ano, ou seja, os "calouros", em

função de que deduziu-se que, iniciando com o segundo ano, poderia-se trabalhar com alunos que estivessem mais familiarizados com o curso e que talvez se encontrassem mais seguros a respeito da escolha feita, pois estavam freqüentando o ensino superior de Administração de Empresas há pelo menos um ano.

## 6.2 Descrição do Instrumento

O material utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi um instrumento desenvolvido especialmente para esta finalidade denominado Inventário de Escolha de Curso e Expectativa Profissional – IECEP e compõe-se de quatro núcleos básicos (anexo 1).

Na primeira parte temos uma breve instrução sobre a finalidade do instrumento, seguida de alguns dados de identificação dos sujeitos (alunos) tais como sexo, idade, estado civil e situação econômica, com um total de 14 itens.

A segunda parte, que engloba a pré-dimensão “escolha de curso”, compõe-se de 26 asserções que buscam informações sobre os motivos da escolha do curso de Administração de Empresas por parte dos alunos; a terceira parte consta de 16 asserções e essa pré-dimensão foi por nós denominada “escolha institucional”, que tem como objetivo buscar entre aos alunos os fatores que os levaram a optar por aquela instituição e a identificação dos fatores positivos ou negativos em relação à aprendizagem que haviam percebido após o ingresso naquela instituição. Finalmente, a quarta parte é composta de 14 asserções e foi previamente denominada “expectativa profissional”. Esta parte indaga sobre as percepções e pressupostos dos alunos em relação ao mercado de trabalho e à carreira de administrador de empresas.

Da segunda à quarta parte o instrumento consta de 56 itens que se apresentam sob a forma de uma escala tipo Likert. Uma escala de Likert, proposta inicialmente por Rensis

Likert em 1932, é uma escala em que os respondentes são solicitados não somente a concordarem ou discordarem das afirmações que lhes são apresentadas, mas também a informarem o grau de concordância e/ou discordância em relação ao que lhes foi indagado. A cada célula de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada informação. Finalmente, é atribuída uma pontuação total da atitude de cada respondente que é dada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação, conforme Mattar (1997).

Ao se elaborar o IECEP, procurou-se fazer com que as questões ficassem claras, de modo a não cansar o respondente ou confundi-lo, conforme Vergara (1997). Para evitar que houvesse erros na transcrição dos dados para uma outra folha, a resposta de cada aluno ao IECEP foi dada no próprio instrumento indicado por meio de cinco possibilidades a saber:

- discordo totalmente (1)
- discordo (2)
- não sei (3)
- concordo (4)
- concordo totalmente (5)

### **6.3 Aplicação do Instrumento**

O IECEP foi aplicado em uma amostra não probabilística, de 291 alunos do curso de Administração de Empresas, do período noturno de três Centros Universitários e uma Universidade privada da cidade de São Paulo. O instrumento foi aplicado coletivamente em cada uma das instituições, nas salas de aula das referidas instituições, nos meses de março a maio de 2001.

No que se refere à aplicação do instrumento, foi feita no início da aula e nas primeiras aulas do período noturno pois, em função do seu tamanho, se fosse aplicado nas últimas aulas, acreditava-se que o aluno poderia respondê-lo às pressas em função do horário e com isso haveria a possibilidade de que fosse criado algum tipo de viés nos resultados. Com relação ao tempo gasto pelos alunos, verificou-se que foi de aproximadamente 30 minutos, tempo esse que julgou-se satisfatório, pois correspondia ao que havia sido previsto em função do tamanho do instrumento.

Os questionários foram aplicados pelos próprios professores das classes que, inclusive, fazem parte do corpo discente do programa de mestrado em Administração de Empresas na área de ensino desta instituição e que, por sua vez, propuseram-se a coletar os dados nas instituições nas quais ministram aulas. Todavia, procurou-se instruí-los da melhor forma possível quanto aos critérios que seriam adotados por ocasião da aplicação do instrumento.

Desta forma eles deveriam dar as instruções gerais sobre as finalidades do instrumento aos alunos e estes, por sua vez, deveriam fazê-lo individualmente sendo que, caso não desejassem respondê-lo, não haveria nenhum problema. Não foi verificado nenhum caso de aluno que tenha se recusado a responder o questionário.

## **6.4 Confiabilidade do Instrumento**

Para determinar a confiabilidade do instrumento foi utilizado um método de verificação da consistência interna, denominada coeficiente alfa. Este método tem sido bastante usado para estimar a confiabilidade de instrumentos de medida, construídos por professores e pesquisadores educacionais. A preocupação neste caso era com a

homogeneidade do instrumento, verificada por meio da quantidade de correlações entre as respostas de um item dentro do instrumento. De acordo com Nunnally (1981) que foi citado por Godoy (1989), conceitualmente, o que as equações dizem respeito à homogeneidade, ou seja, consistência interna é estimar, a correlação entre um teste existente e uma forma equivalente hipotética e que nunca será construída. O coeficiente de alfa é calculado a partir da seguinte fórmula de Cronbach (1951):  $\alpha = \frac{n}{n-1} \left( 1 - \frac{\sum \sigma_i^2}{\sigma_x^2} \right)$ , onde  $\sigma_i^2$  representa a

variância dos escores dos sujeitos no item i.

No caso do IECEP, o cálculo do coeficiente alfa para o conjunto de 56 itens forneceu o valor de 0,6923, o qual julgou-se satisfatório a partir do momento em que este foi a primeira aplicação do referido instrumento e que, apesar de não representar um resultado extraordinário, é considerado aceitável, pois é muito próximo a 0,7, que é o valor mínimo aceitável para garantir a consistência interna dos dados, conforme Yu (2001). Tomando como referência Pereira (1999), partiu-se do pressuposto de que fica a cargo dos pesquisadores definirem se o nível alcançado é satisfatório ou não, pois não há um ponto de corte ideal que se possa arbitrar para a concepção de qualquer indicador.

Sobre a questão da escolha do coeficiente de alfa, embora exista uma série de outros métodos para calcular a confiabilidade de instrumento na área educacional, este tem sido o mais utilizado conforme é apresentado por Godoy (1989) ao abordar o assunto em seu trabalho de doutoramento sobre ambientes de ensino preferidos pelos alunos do ensino superior.

Para analisar o conjunto de 56 itens, foi utilizado a análise fatorial. Esta análise refere-se a uma técnica multivariada, que trata das relações internas de um conjunto de variáveis. Neste caso, o que procurou-se analisar foram as questões sobre as expectativas dos alunos em relação ao mercado de trabalho e os motivos de escolha do curso de Administração

de Empresas ou ainda os motivos de escolha da instituição de ensino por parte dos mesmos alunos.

## **6.5 Processamento dos dados**

Os dados foram processados no laboratório do mestrado da FECAP, em computadores tipo Personal Computer – PC <sup>6</sup>, por meio do aplicativo estatístico SPSS – Statistical Package for the Social Science – tenth edition<sup>7</sup>.

Conforme já mencionado, as respostas dos sujeitos foram transcritas no próprio instrumento para diminuir a margem de erros. Os dados brutos foram digitados no aplicativo excel e posteriormente migrados para o SPSS para que pudessem ser processados e com isso obtido a matriz fatorial.

## **6.6 Perfil dos alunos do ensino superior noturno de administração : apresentando os protagonistas.**

Serão apresentados a seguir dos dados de identificação dos respondentes para que se possa conhecê-los melhor. Conterá de idade, estado civil, situação ocupacional, manutenção financeira do curso, sexo, auxílio financeiro, Ensino Médio freqüentado, renda familiar, área de atuação profissional e grau de instrução dos pais dos respondentes.

---

<sup>6</sup> Computador pessoal.

<sup>7</sup> Pacote estatístico das ciências sociais – décima edição.

## 6.6.1 Dados de Identificação

## 6.6.2 Idade Média dos Sujeitos

Tabela 6.1  
Distribuição dos respondentes por faixa etária

Faixa etária	Frequência absoluta	%
18 – 20	62	21,34
21 – 25	99	34,02
26 – 30	59	20,27
31 – 35	35	12,03
36 – 40	15	5,15
41 – 45	9	3,08
46 – 50	5	1,71
Não responderam	7	2,40
Totais	291	100

Fonte: respondentes

Com exceção do trabalho de Abramowicz (1990), ao se observar a Tabela 6.1, os dados confirmam os estudos de Castanho (1989), Spósito (1989), Furlani (1998) e Silva (2000), a partir do momento em que se verifica que a maioria dos alunos que participaram da amostra respondendo ao IECEP encontra-se na faixa etária de 18 a 25 anos (55,33%). Todavia, é importante ressaltar que a amostra deste estudo foi composta de alunos do 2º ao 4º anos do curso noturno de Administração de Empresas e no índice percentual mencionado os sujeitos estão distribuídos nestas três séries.

Por outro lado, se forem analisados apenas os dados correspondentes aos alunos de 18 a 22 anos, partindo-se do pressuposto de que ingressaram no curso aos 18 anos, obter-se-ia um percentual de 39,51%. Diante disso, é possível deduzir que os alunos do noturno ingressaram no ensino superior em idade considerada própria ao padrões nacionais, ou seja, não houve neste caso nenhuma interrupção dos estudos pregressos.



É possível verificar ainda que o curso superior noturno acolhe também alunos com uma pequena defasagem de idade, a partir do momento em que foram localizados na amostra sujeitos com 26 a 30 anos (20,28%), 31 a 40 anos (17,18%) e de 41 a 50 anos (4,81%). Porém é importante ressaltar que tratam-se de índices não tão elevados, o que com isso conclui-se que não necessariamente o noturno seja freqüentado por pessoas que apresentam defasagem série/idade. Resta dizer ainda que 2,40% dos respondentes não mencionaram sua idade ao responderam o IECEP.

### 6.6.3 Estado Civil

Em relação ao estado civil, é possível verificar também que, embora se pensa que o noturno detenha uma maioria de alunos casados, a premissa não é verdadeira. Conforme pode ser observado na Tabela 6.2, a maioria dos respondentes é solteira, ou seja, 69,41% de um total de 291 sujeitos.

Tabela 6.2  
Distribuição dos respondentes segundo o estado civil

Casados		Solteiros		Viúvos		Outros		Não respondeu	
Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
80	27,49	202	69,42	1	0,34	7	2,41	1	0,34

Fonte: respondentes

No caso de pessoas casadas quer seja legalmente ou que estivesse sob estado de união consensual, foi encontrado um percentual de 27,49%. Em relação a viúvos, foi

detectado apenas um caso, o que é correspondente a 0,34% e outras situações 2,41%. Quanto à não manifestação sobre o assunto, foi identificado apenas um caso, ou seja, 0,34% do total.

#### 6.6.4 Situação Ocupacional

O percentual de alunos que trabalham é bastante significativo, quando se observa na Tabela 6.3 que 87,29% exercem algum tipo de atividade econômica remunerada, ao passo que somente 11,68% não o fazem. Em relação aos que não se manifestaram a respeito de sua situação de trabalho, identificou-se apenas 1,03% dos respondentes ou três casos de um total de 291. Com esse resultado, mais uma vez fica caracterizado que o ensino noturno é destinado ao aluno trabalhador, que além de atuar cerca de oito horas diárias em sua atividade profissional, ainda precisa dedicar mais quatro à noite, o que segundo Castanho (1989) é o começo de uma nova jornada.

Tabela 6.3  
Situação ocupacional do respondentes

Situação	Freq. Absoluta	%
Ocupados	254	87,29
Desocupados	34	11,68
Não responderam	3	1,03
	291	100

Fonte: respondentes

### 6.6.5 Manutenção Financeira do Curso

Em relação à manutenção financeira do curso, verifica-se que a maioria o faz, conforme pode ser observado na Tabela 6.4, demonstra que 73,91% dos respondentes são responsáveis pelo pagamento das mensalidades de seu curso, enquanto apenas 25,79% têm o seu curso pago por terceiros e 0,34% não se manifestou a esse respeito.

Tabela 6.4  
Manutenção financeira do curso

Conta própria		Outros		Não respondeu	
Freq.absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
215	73,91	75	25,79	1	0,34

Fonte: respondentes

Por outro lado, esse resultado não poderia ser o contrário, posto que a maioria, trabalha, e não o faz por uma simples questão de ocupar o tempo, mas para que possa manter o seu curso e até mesmo a si mesmo, sendo que e em alguns casos este fato se estende à sua própria família. Com relação a estes casos, Furlani (1998) os chama de trabalhadores-estudantes, pois o estudo é colocado em segundo plano em função da situação sócio - econômica que em se encontram.

### 6.6.6 Sexo

Conforme pode ser observado na Tabela 6.5, a constituição do grupo macro apresenta um certo equilíbrio dos dois sexos, pois foram detectados 53,27% pertencentes ao sexo masculino e 46,39% ao sexo feminino (0,34% não manifestou sua resposta).

Tabela 6.5  
Distribuição dos respondentes segundo o sexo

Masculino		Feminino		Não respondeu	
Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
155	53,27	135	46,39	1	0,34

Fonte: respondentes

Neste contexto, se for levado em consideração que o curso de Administração de Empresas já foi considerado um curso destinado à população masculina, hoje este fato não mais se verifica. Neste caso, é importante ressaltar que, conforme Furlani (1998) aponta em seu trabalho ao citar um outro trabalho de sua autoria de 1996 e o de Scott (1998), a idéia de que algo é masculino ou feminino está constituído culturalmente e gera um processo ideológico que passa a ser pensado como natureza. Ela afirma ainda que “gênero é a construção social e histórica e elemento constitutivo das relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”.

### 6.6.7 Auxílio Financeiro

Há uma expressa diferença entre os que recebem algum tipo de ajuda / bolsa para a manutenção do curso em relação aos que não recebem. No primeiro, conforme pode ser observado na Tabela 6.6, 64,96% dos respondentes recebem essa ajuda, ao passo que 34,70% não o fazem. Quanto ao percentual de não manifestantes neste item foi, de apenas 0,34%, o que não interfere nos resultados.

Tabela 6.6  
Distribuição dos respondentes segundo a ajuda de custo recebida

Recebem ajuda/bolsa		Não recebem ajuda/bolsa		Não respondeu	
Freq. absoluta	%	Freq. Absoluta	%	Freq. Absoluta	%
101	37,7	189	64,96	1	0,34

Fonte: respondentes

A partir desses dados conclui-se, ainda que o aluno do ensino superior noturno caracteriza-se cada vez mais por responsabilizar-se, quer seja pelos seus estudos ou pelas necessidades de um lar, sendo que em muitos casos verificam as duas situações. Todavia, isso a princípio não os faz sentir inferiorizados ou revoltados pela situação, pois têm demonstrado interesse em dar continuidade aos estudos, conforme pode ser verificado nas pesquisas feitas pela Avaliação Nacional de Cursos.

Para melhor evidenciar essa situação, pode-se tomar como referência um estudo feito pela Associação Comercial de São Paulo sobre o perfil do jovem universitário paulistano

do ano 2000, enquanto em 1988 os universitários demonstraram um índice de satisfação de 47%, sendo que 11 anos mais tarde o índice subiu para 72%.

#### 6.6.8 Ensino Médio freqüentado

Conforme pode ser observado na Tabela 6.7, apesar de ser mal vista em função da série de problemas que vem enfrentando nos últimos tempos, a escola pública ainda é responsável pela maior parte do Ensino Médio no Estado de São Paulo e até mesmo no Brasil, conforme os resultados apontados pelo censo educacional de 1999. Neste estudo em específico verifica-se que 49,82% dos alunos que participaram da amostra freqüentaram todo o Ensino Médios em instituições da iniciativa pública.

Tabela 6.7  
Distribuição dos respondentes segundo a modalidade de Ensino Médio freqüentado

Situação	Freq. Absoluta	%
Todo em escola pública	145	49,83
Todo em escola particular	95	32,65
Maior parte em escola pública	33	11,34
Maior parte em escola particular	17	5,84
Não respondeu	1	0,34
Totais	291	100

Fonte: respondentes

Por outro lado, o aluno do ensino superior noturno em Administração de Empresas também freqüentou a escola de nível médio nas instituições da iniciativa privada,

aliás, em número bastante significativo, ou seja, 32,64% da amostra o fizeram. São possíveis de ser encontrados também casos em que a frequência se deu nas duas instâncias, isto é, pública e privada. Porém, assim mesmo ainda prevalece a situação em que a maior parte se deu no setor público, com um percentual de 11,34% e o inverso com apenas 5,86%; quanto à não manifestação a esse respeito, foi de 0,34%, o que representa somente um caso.

#### 6.6.9 Renda Familiar

Com relação à renda familiar dos respondentes, observa-se a partir da Tabela 6.8 que a maior parte percebe mensalmente uma renda superior a dez salários mínimos, ou seja, 50,17%. Todavia, isto não quer dizer que eles estejam recebendo salários muito elevados, posto que, possivelmente, o que pode estar havendo é que o salário mínimo brasileiro encontra-se com o poder de compra defasado se comparado aos demais salários. Uma outra coisa importante a ser destacada é que o instrumento indagava sobre a renda familiar e não individual, portanto pode ser que tenha havido casos em que o respondente tenha colocado apenas a sua renda e outros em que juntou a renda dos demais membros da família.

Tabela 6.8  
Distribuição dos respondentes segundo a renda familiar

	Freq. Absoluta	%	R\$
Até 3 SM (salário mínimo)	13	4,47	Até 540,00
De 3 a 5 SM	30	10,31	540,01 - 900,00
De 5 a 7 SM	48	16,50	900,01 - 1.260,00
De 7 a 10 SM	51	17,52	1.260,01 - 1800,00
Acima de 10 SM	146	50,17	Acima de 1.800,01
Não responderam	3	1,03	
Totais	291	100	

Fonte: respondentes

Outros dois segmentos encontrados muito próximos foram o de sujeitos com rendas de cinco a sete salários mínimos, com um percentual de 16,50% e de sete a dez salários mínimos, com 17,52%. No que se refere aos que percebem até três salários mínimos mensalmente, o índice ficou em apenas 4,47%, o menor de todos, seguido do campo de três a cinco, com 10,31% (1,03% dos respondentes não manifestou resposta sobre o assunto).

#### 6.6.10 Área de Atuação Profissional

Um dos questionamentos feitos na pesquisa foi sobre a área de ocupação dos respondentes que já atuam no mercado de trabalho. O resultado deste questionamento foi o seguinte:

Tabela 6.9  
Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a função exercida no trabalho

Masculino			Feminino		
Função	Freq. Absoluta	%	Função	Freq. Absoluta	%
Diretor	3	2,09	Gerente	7	6,30
Gerente	23	16,09	Assistente administrativo	9	8,11
Encarregado/supervisor	24	16,79	Supervisora	18	16,23
Auxiliar Administrativo (todos)	34	23,80	Auxiliar administrativo (todos)	34	30,64
Analista (todos)	15	10,49	Analista	4	3,60
Assistente Administração	5	3,49	Secretária	6	5,41
Caixa	7	4,89	Caixa	3	2,70
Representante comercial	4	2,80	Estagiária	8	7,21
Estagiário	5	3,49	Vendedora	7	6,30
Comprador	4	2,80	Compradora	2	1,80
Digitador	2	1,39	Professora	2	1,80
Vendedor	9	6,29	Administração projetos	1	0,90
Tradutor	1	0,70	Atendimento ao cliente	5	4,50
Tecnólogo	1	0,70	Auxiliar contábil	1	0,90
Auditor	1	0,70	Escrivã	2	1,80
Consultor	1	0,70	Agente de trânsito	1	0,90
Desempregado	1	0,70	Auxiliar de biblioteca	1	0,90
Não responderam	3	2,09	Não responderam	0	0,00
Totais	143	100		111	100,00

Fonte: respondentes



Conforme pode ser observado na Tabela 6.9, de um total de 254 respondentes que trabalham, encontramos que 143 são do sexo masculino, o que corresponde a 56,3% e 111 são do sexo feminino o que representa 43,7% do total. Percebe-se com isso que há maior atuação profissional por parte dos representantes do sexo masculino em relação ao feminino quanto à atuação profissional. Observamos também que os cargos mais elevados encontram-se mais concentrados com os representantes do sexo masculino, como é o caso de gerente, com um total de 23 para o masculino e apenas 7 para o feminino e no caso de cargos de diretoria, encontramos três casos com representantes do sexo masculino e nenhum do sexo feminino. Por outro lado, houve um empate quanto ao cargo de auxiliar administrativo, com 34 casos para o masculino e o mesmo número para o feminino.

Diante desses resultados, percebemos que a mulher ainda encontra-se à margem dos melhores cargos, o que de certa forma caracteriza que a sociedade patriarcal ainda prevalece nos dias de hoje, conforme Morgan (1996).

#### 6.6.11 Grau de Instrução dos Pais

Embora uma pesquisa com base em dados quantitativos não ofereça respostas conclusivas, de uma certa maneira, serve como um norte que poderá guiar os pesquisadores a conclusões que poderão surtir efeitos positivos para o que se propõe na hipótese previamente apresentada.

Com relação ao grau de instrução dos pais, percebemos que, diferentemente do que ocorreu na pesquisa de Silva (2000), o grau de instrução dos pais dos respondentes não corresponde mais ao que era encontrado há alguns anos. Na pesquisa da autora, percebeu-se que estava havendo uma tendência de melhoria de ensino no interior da família a partir do

momento em que observou-se que a grande maioria dos pais tinham como grau de instrução máximo o Ensino Fundamental incompleto.

Por outro lado, conforme pode ser observado na Tabela 6.10, atualmente a situação encontrada é bastante diferente. Hoje, por exemplo, temos pais de alunos que têm nível superior e até mesmo pós-graduação. Este fato nos levou a crer que tem-se dado maior atenção à escolaridade da família como um todo e não somente à formação dos filhos, conforme se possa pensar a princípio. Exemplo disso é o fato de que encontramos um índice de 3,43% de pais que se encontravam freqüentando o ensino superior por ocasião da pesquisa.

Tabela 6.10  
Distribuição dos pais dos respondentes segundo o grau de instrução

Pai			Mãe		
Curso	Freq. Absluta	%	Curso	Freq. Absoluta	%
Ensino Fundamental - incomp.	59	20,28	Ensino Fundamental - incomp.	84	28,87
Ensino Fundamental - completo	59	20,28	Ensino Fundamental - completo	61	20,97
Ensino Médio - incomp.	4	1,37	Ensino Médio - incomp.	6	2,06
Ensino Médio - completo	68	23,37	Ensino Médio - completo	76	26,12
Superior incomp.	10	3,43	Superior incomp.	10	3,43
Superior completo	54	18,56	Superior completo	31	10,65
Pós-graduação	6	2,06	Pós-graduação	1	0,34
Não responderam	24	8,25	Não responderam	15	5,16
Sem instrução	7	2,4	Sem instrução	7	2,40
Totais	291	100		291	100

Fonte: respondentes

Um fato que foi encontrado na pesquisa é que o grau de instrução do pai supera o da mãe. Este fato se tornou evidente a partir do momento em que notamos que 20,28% dos pais têm Ensino Fundamental incompleto e no caso das mães este índice sobe para 28,87%; um outro dado que também no conduziu ao pensamento de que está ocorrendo uma certa discriminação no meio família ou no mínimo tem havido menos oportunidades para a mãe

(mulher) em relação ao pai (homem) foi, que enquanto encontramos um total de 18,56% de pais com ensino superior completo, no caso das mães esse índice cai para 10,65%.

Um outro comentário que se faz necessário com relação aos resultados apresentados quanto ao grau de instrução dos pais diz respeito ao item “não responderam”. Ao fazer a tabulação dos dados, percebemos que neste campo em específico constava um traço e não em branco como se o respondente tivesse esquecido de respondê-lo. Portanto, pode ser que não o tenha respondido pois julgou não ser relevante, ou então não o tenha feito em função da falta de instrução do pai ou da mãe e com isso não tenha se sentido confortável para respondê-lo.

Diante disso chegamos até mesmo a deduzir que, apesar de a Constituição Federal de 1988 explicitar a igualdade entre homens e mulheres, diferentemente ao que era consagrado nas constituições anteriores conforme salienta Castelo Branco (2000), por outro lado, parece que essa igualdade não tem sido muito bem assimilada na instância familiar.

De acordo com a autora, as mudanças ocorridas foram além de uma simples alteração na redação da lei máxima, pois houve uma enorme mudança na mentalidade da sociedade. É evidente que o que a autora propõe é dar um enfoque na questão da inserção da mulher no mercado de trabalho a partir de documentos internacionais e da ordem jurídica interna. Todavia, torna-se questionável essa igualdade a partir do momento em que se percebe que num primeiro momento não têm sido proporcionado à mulher as mesmas condições de formação acadêmica em relação ao que o homem tem recebido. Por outro lado, esse fato acaba explicando-se por si mesmo, quando a autora enfatiza o fato de que esta mudança não diz respeito à mentalidade da sociedade brasileira simplesmente, mas muito mais a uma preocupação mundial relativa ao papel social da mulher.

Neste contexto, possivelmente a sociedade brasileira não venha apresentando o mesmo grau de preocupação com a mulher se comparado às sociedades dos demais países (ao

menos no mundo ocidental) e com isso a mulher brasileira terá que continuar na luta pela igualdade de oportunidades caso queira valer-se de seus direitos de cidadã.

## 6.7 Análise Fatorial dos Dados Coletados

O propósito da análise fatorial é a redução do número de variáveis pela construção de “fatores” - novas variáveis, com o mínimo de perda de informações. Isto é, objetiva-se a eliminação da redundância, se existir, do grupo original de variáveis ( MARTINS, 1989).

No caso da educação, o uso da análise fatorial se explica a partir do momento em que, segundo Tatsouka (1969) (apud Godoy, 1989):

“ O uso da análise fatorial nos últimos anos nas pesquisas educacionais se justifica, em parte, pelo fato de que o fenômeno educacional é, pela sua natureza, intrinsecamente multivariado”.

A presente análise teve como objetivo a identificação da estrutura fatorial das respostas colhidas na amostra do estudo proposto. Com relação aos dados coletados, os mesmos foram submetidos à análise fatorial, rotação ortogonal e critério Varimax.

Após a análise, foram obtidos 11 fatores, usando-se o critério de se considerar apenas aqueles com “eigenvalue” maior que 1,0 e cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,46. No que se refere ao conjunto dos fatores, verificamos que responderam por 46,5% da variação total dos dados (anexo 2).

†Dentre os 11 fatores encontrados, dez puderam ser nomeados e foram facilmente interpretáveis, conforme poderá ser verificado abaixo.

Fator 1 – Natureza institucional;

Fator 2 – Escolha profissional;

Fator 3 – Crença no curso escolhido;

Fator 4 – Oferta de emprego;

Fator 5 – Aspectos salariais e condições de trabalho;

Fator 6 – Elementos que influenciam no processo de escolha profissional;

Fator 7 – Pressões organizacionais;

Fator 8 – Perfil de saída do aluno;

Fator 9 – Facilidades de acesso à instituição;

Fator 10 – Interpretação prejudicada;

Fator 11 – Caracterização da função.

Quadro 6.1  
Distribuição das assertivas com as cargas fatoriais

ASSERTIVAS	FATORES / CARGA FATORIAIS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
O sistema de segurança interno da instituição é confiável.	0,760										
As salas de aula são bem arejadas.	0,686										
Os prédios estão sempre limpos e organizados.	0,650										
As salas de aula são bem iluminadas.	0,629										
A instituição oferece um quadro de professores de ótima qualidade.	0,624										
O sistema de segurança externo à instituição é confiável.	0,607										
As salas de aulas são bem confortáveis.	0,575										
A beleza e o aspecto estrutural dos prédios me impressionaram.	0,569										
A biblioteca é atualizada e de boa qualidade.	0,561										
Escolhi o curso de administração de empresas porque tenho muita afinidade com as atividades envolvidas no exercício da profissão de administrador.		0,708									
Escolhi o curso de Administração de empresas porque tive contato anterior com a profissão e me interessei por ela.		0,665									
Não estava plenamente preparado para fazer uma escolha profissional quando ingressei neste curso.		0,634									
Escolhi o curso de administração de empresas porque não tinha outra opção para mim.		-0,467									
As disciplinas estudadas ou a serem estudadas estão/estavam diretamente relacionadas com o exercício da profissão de administrador.			0,681								
O curso forneceu ou fornecerá os elementos necessários para se exercer a profissão de maneira adequada.			0,595								
Escolhi o curso de administração de empresas porque oferece muitas possibilidades de emprego na área.				0,696							
As perspectivas futuras para a profissão de administrador são muito positivas.				0,573							
A oferta de emprego para a área de administração de empresas é muito grande.				0,550							
Os baixos salários oferecidos aos recém-formados fazem com que acabem aceitando trabalhar em outras áreas.					0,815						
A média salarial para o profissional de administração de empresas em início de carreira é muito baixa.					0,772						
Há pouca informação sobre a área de atuação do profissional de administração de empresas.					0,465						
Fui influenciado por alguns amigos quanto à escolha do curso de administração de empresas.						0,748					
Fui influenciado pelos meus pais em relação à minha escolha pelo curso de administração de empresas.						0,636					
O número de vagas oferecidas era grande e com isso o ingresso na faculdade foi facilitado.						0,567					
Fui pressionado pela empresa em que trabalho e/ou trabalhava quanto à escolha do curso de administração de empresas.							0,764				
Escolhi o curso de administração de empresas porque precisava fazer um curso voltado para o meu campo de trabalho.							0,759				
O mercado de trabalho prefere um profissional que fale no mínimo uma língua estrangeira moderna.								0,752			
O mercado de trabalho leva em conta o nome da instituição em que o candidato frequentou o curso.								0,493			
A instituição está localizada nas proximidades de minha residência.									0,720		
A instituição tem facilidade de acesso pelos meios de transportes diversos, tais como ônibus, metrô e fretados.									0,689		
O mercado de trabalho dá preferência para um profissional mais jovem em relação a um profissional com mais tempo de atuação.										0,619	
Escolhi o curso de administração de empresas porque não gosto/gostava da área de Ciências Exatas/Tecnologias.										-0,555	
Escolhi o curso de administração de empresas por tratar-se de uma profissão que não tem rotinas no trabalho diário.											0,796
Escolhi o curso de administração de empresas porque as condições de trabalho (jornada de trabalho, local, etc.) para o administrador são muito boas.											0,492

Fonte: análise fatorial dos dados

Uma vez apresentados os fatores, julgamos que é necessário que comentários a seu respeito sejam tecidos no sentido de melhor interpretá-los.

Conforme pode ser observado o fator 1, refere-se à “natureza institucional”. Esta dimensão pode representar o rol de exigências que o aluno julga ser necessário para que uma instituição possa lhe oferecer, em caso de escolha, para frequentar um curso. Este fato na hierarquia das necessidades de Maslow (1943) representa a necessidade de segurança, ou seja, os alunos, ao escolherem uma instituição, optam por aquela que lhes proporcionem proteção, conforto e também demonstrem senso de responsabilidade. Contudo, neste fator, o que prevalece é a questão da segurança e do conforto, isto é, gostam que instituições que apresentem salas de aula bem arejadas, limpas e iluminadas, prédios limpos e bonitos, além, é claro, de um ótimo quadro de professores e uma biblioteca atualizada e de boa qualidade.

Os fatores 2 e 6 representam dimensões que tratam dos aspectos relacionados à questão da escolha profissional. No Caso do fator 2, verifica-se que se encontram as asserções voltadas para os motivos pelos quais os alunos optam pelo curso de Administração de Empresas. Por outro lado, o fator traz as asserções que estão relacionadas com os fatores externos que podem influenciar o aluno no seu processo de escolha profissional.

No que se refere aos fatores 4 e 5 percebe-se que representam dimensões voltadas para o emprego, salário e as condições de trabalho. Neste caso, verifica-se que há uma evidente preocupação com a questão da estabilidade profissional e a falta de perspectivas quanto à inserção do recém-formado no mercado de trabalho.

O fator 3 representado pela dimensão “crença e credibilidade no curso escolhido”, denota claramente que o aluno se sente seguro quanto à opção feita em relação ao curso, e que ainda acredita na possibilidade de uma formação que esteja intimamente relacionada com o perfil almejado pelo mercado de trabalho.

Quanto ao fator 7, que representa a dimensão “pressões organizacionais”, apresenta uma correlação com os fatores 2 e 6. Todavia, pode-se dizer que a maior interatividade estaria entre os fatores 6 e 7 posto que, neste caso, seriam influências externas às quais o aluno estaria sujeito e que eventualmente influenciaram na sua escolha profissional. No caso do fator 2, trata-se de uma opção mais intrínseca em que o aluno debate consigo mesmo sem sofrer influências de outros. Este caso possivelmente representa um grau de satisfação mais elevado e verdadeiro por parte do aluno em relação ao curso que está freqüentando.

O fator 8, que correspondente à dimensão “perfil de saída do aluno”, denota uma preocupação que o aluno tem em relação à sua formação profissional e o perfil esperado pelo mercado de trabalho. A questão da língua estrangeira tornou-se uma necessidade básica face ao advento da economia global de mercado. Todavia, percebe-se que hoje em dia apenas um idioma a mais não tem resolvido o problema na hora da inserção do candidato no mercado de trabalho, pois o diferencial tem sido um terceiro idioma. Partindo-se do pressuposto de que o inglês já se tornou uma necessidade básica, a questão é qual o 3º idioma que o candidato deve falar. Neste caso, em função do Mercosul,<sup>8</sup> o espanhol tem surgido para atender a essa terceira opção e solucionar o problema. No que se refere à questão do nome da instituição, embora não seja uma questão claramente divulgada, sabe-se que os alunos que estudaram em instituições já renomadas no mercado têm uma melhor aceitação por parte do mercado de trabalho por ocasião da procura de emprego. Todavia, segundo Macedo (1988), caso o aluno tenha freqüentado uma instituição que ainda não tem um nome bem aceito pelo mercado, não há motivos para se desesperar, pois a possibilidade de cursar um pós-graduação numa boa instituição acabaria melhorando a qualidade do currículo deste aluno recém-formado ou não.

---

<sup>8</sup> Mercado Comum do Sul criado em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção representa o livre comércio entre os seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.



O fator 9, que representa a dimensão “facilidades de acesso à instituição”, ajuda a explicar os fatores pelos quais os alunos são influenciados por ocasião da escolha do curso. Partindo-se do pressuposto de que face, às dificuldades de locomoção em São Paulo tem-se tornado cada vez mais difícil para o aluno ao escolher uma faculdade para estudar. Com isso, este acabará por optar por aquela em que o acesso não lhe seja mais um obstáculo a ser transposto.

Em relação ao fator 11, que corresponde à dimensão “ caracterização da função”, verificamos que há a preocupação com uma profissão que represente novos desafios e que ao mesmo tempo apresente boas condições para a inserção no mercado de trabalho. Percebe-se, neste caso, que o aluno está preocupado com a questão da segurança e da auto-realização, portanto estaria tanto presente nas necessidades primárias quanto secundárias propostas por Maslow (1943).

## **6.8 Análise das freqüências de alternativas de respostas**

As tendências gerais manifestadas pelos sujeitos foram obtidas por meio da análise das freqüências das alternativas de respostas calculadas em termos de porcentagem, para cada uma das variáveis (asserções) que compõem o IECEP.

Para melhor visualizar esta situação, foi montado um quadro (6.2) para mostrar a porcentagem de respostas dos sujeitos às categorias “concordo” e “concordo totalmente”, englobadas numa só, “discordo” e “discordo totalmente”, também englobadas numa só, e “não sei”. Neste quadro, podemos ver que tais porcentagens foram calculadas para todos os sujeitos nas quatro instituições pesquisadas.

Os dados apresentados no Quadro 6.2 permiti que se identifiquem três conjuntos de variáveis em função dos critérios abaixo especificados.

Quadro 6. 2  
Opinião dos sujeitos expressas em porcentagens para cada variável do IECEP população total

variável	Porcentagem			variável	Porcentagem		
	Discordância	Indiferença	Concordância		Discordância	Indiferença	Concordância
15	7,90	8,93	83,16	43	28,52	24,40	47,08
16	26,12	4,81	69,07	44	23,71	5,15	71,13
17	88,32	2,41	9,28	45	65,64	7,56	26,80
18	36,77	12,37	50,86	46	61,86	6,53	31,62
19	4,12	3,78	92,10	47	47,08	4,12	48,80
20	15,81	9,62	74,57	48	13,75	2,41	83,85
21	84,54	3,44	12,03	49	56,36	8,59	35,05
22	1,72	3,78	94,50	50	59,11	4,47	36,43
23	26,46	24,74	48,80	51	16,15	13,75	70,10
24	2,76	4,83	92,41	52	25,77	20,96	53,26
25	45,02	12,37	42,61	53	45,02	32,30	22,68
26	85,22	5,84	8,93	54	20,96	12,37	66,67
27	69,76	15,12	15,12	55	54,98	7,56	37,46
28	70,10	10,31	19,59	56	37,80	11,34	50,86
29	36,08	4,81	59,11	57	42,96	8,93	48,11
30	77,66	1,72	20,62	58	9,62	16,84	73,54
31	11,00	6,87	82,13	59	24,40	15,46	60,14
32	6,53	11,00	82,47	60	55,33	20,96	23,71
33	20,62	9,97	69,42	61	70,45	18,56	11,00
34	63,10	19,66	17,24	62	47,42	27,84	24,74
35	68,38	11,00	20,62	63	14,09	19,93	65,98
36	29,21	11,00	59,79	64	11,68	10,31	78,01
37	15,81	38,49	45,70	65	45,36	11,68	42,96
38	18,90	6,53	74,57	66	3,78	3,09	93,13
39	21,99	30,93	47,08	67	32,30	17,53	50,17
40	23,37	6,87	69,76	68	10,31	6,53	83,16
41	28,18	1,72	70,10	69	60,82	17,87	21,31
42	53,61	2,41	43,99	70	4,12	1,03	94,85

Fonte: respondentes

Conforme pode ser percebido, após a análise fatorial dos dados coletados, foram obtidos dez fatores que puderam ser nomeados e explicados. Portanto, o que se propõe no

momento é apresentar a análise das opiniões expressas dos sujeitos em porcentagens a partir dos diversos fatores em que os percentuais foram iguais ou superiores a 60% nas assertivas já aglutinadas em apenas três categorias, ou seja, “concordo”, “discordo” e “não sei”.

No fator 1, denominado “Natureza Institucional”, encontram-se as assertivas que caracterizam a natureza das instituições em que os sujeitos estudam. As variáveis em que mais de 60% dos sujeitos marcaram as respostas “concordo” e “concordo totalmente” indicam os modos pelos quais os alunos vêem as instituições nas quais estudam. Exemplo disso são as assertivas de números 44 e 48 que apresentaram, respectivamente, as porcentagens de 71,13% e 83,85% . Desta forma, nota-se que a preocupação com o bem-estar dos alunos por parte das faculdades tem sido manifestada e que inclusive pode favorecer no seu processo de aprendizagem.

No que se refere ao conjunto das asserções nas quais mais de 60% dos sujeitos marcaram respostas “discordo” e “discordo totalmente”, têm-se um indicativo da convicção por parte dos candidatos ao escolherem a faculdade. Este fato torna-se evidente a partir do momento em que, ao serem indagados por meio da assertiva de n.º 45 sobre a possibilidade de terem sido influenciados pela beleza da estrutura dos prédios ao optarem por aquela da faculdade, discordaram em 65,64% .

Por outro lado, no conjunto das asserções denominadas “difusas”, que se referem às variáveis cujas respostas aparecem distribuídas entre as três opções, ou seja, “concordância”, “discordância”, e “indiferença”, que corresponde ao “não sei”, em nenhuma das três opções foi alcançado o índice de 60%. Exemplo disso foi o caso da assertiva de n.º 43, que indaga aos sujeitos se a faculdade oferece um bom quadro de professores. Com isso é possível perceber que, apesar de conhecerem muitos aspectos voltados para a natureza física da instituição, não sabem muito a respeito do corpo docente que, por sua vez, são co-responsáveis pelo processo pedagógico da instituição.

No fator 2, denominado “Escolha Profissional”, estão englobados os prováveis motivos pelos quais os alunos escolhem a profissão de administração. Composto de seis assertivas acerca da escolha profissional, em nenhuma delas os sujeitos mostram-se indecisos a respeito da escolha feita. Ao serem indagados, por exemplo, quanto ao fato de terem escolhido o curso porque tinham muita afinidade com as atividades envolvidas no exercício da profissão de administrador, houve uma concordância de 83,16%. Quanto à possibilidade de terem escolhido o curso de administração em função de que não lhes havia outra opção, com a assertiva de n.º 26, apresentaram um percentual de discordância de 85,22%, o que ajuda a explicar ainda mais a segurança por parte dos sujeitos ao escolherem o curso.

Ao analisar o fator 3, “Crença no Curso Escolhido”, é possível perceber que os sujeitos trazem consigo alguns pressupostos positivos a respeito do curso. Eles se mostraram bastante seguros ao afirmarem que concordam que o curso forneceu, no caso daqueles que encontravam-se no último ano do curso, ou fornecerá, para os que ainda se encontravam no segundo ano do curso, elementos necessários para que pudessem exercer a profissão de administrador de maneira adequada. Neste caso, o percentual encontrado de concordância, que representava as categorias “concordo” e “concordo totalmente”, foi de 82,47%.

Acredita-se que uma das preocupações dos sujeitos ao escolherem uma profissão seja a facilidade de encontrar emprego na área escolhida. No fator 4, “oferta de emprego”, os sujeitos se mostraram bastante otimistas em relação ao mercado de trabalho para o profissional de administração. Este fato se explica a partir do momento em que foi encontrado que 74,57% deles concordam que haviam escolhido o curso porque o mercado de trabalho oferece muitas oportunidades de emprego na área de administração, conforme assertiva n.º 20.

Apesar de se mostrarem seguros em relação à escolha do curso e acreditarem no mercado de trabalho de administração, os sujeitos reconhecem que as questões salariais ainda se encontram muito aquém daquilo que para eles talvez seria um salário ideal. Na opinião dos

sujeitos, esta situação é mais agravante para o profissional recém-formado. Para explicar esta situação, pode-se tomar como referência o fator 5, “aspectos salariais e condições de trabalho” que, a partir da assertiva de n.º 64, percebe-se que os sujeitos mostraram concordância em 78,01% quanto ao fato de os baixos salários oferecidos aos recém-formados em administração contribuírem para que estes acabem aceitando trabalhar em outras áreas.

Percebe-se também que os sujeitos não sabem muito a respeito do mercado de trabalho de administração. Esta situação se evidencia a partir do momento em que se mostraram confusos ao serem indagados sobre o fato de que há pouca informação sobre a área de atuação do profissional de administração, na assertiva de número 65. Com isso, verificou-se que 45,36% discordaram, 42,96% concordaram e 11,68% foram indiferentes em relação ao que propunha a assertiva.

Quanto às influências sobre a escolha profissional, a partir do fator 6, que foi denominado “fatores que influenciam na escolha profissional”, formado pelas variáveis em que mais de 60% dos sujeitos marcaram as respostas “concordo” e “concordo totalmente”, indica que os sujeitos não percebem influências por parte dos pais, empresas em que eventualmente trabalham ou de amigos quanto à escolha profissional. Exemplo disso foi o caso da assertiva de n.º 17, que indagava sobre as possibilidades de terem sido influenciados quanto à escolha do curso de administração, da qual discordaram em 88,32%. É importante dizer que neste fator não houve nenhuma assertiva em que os sujeitos mostraram-se confusos, o que leva a crêr que a escolha profissional é algo que está voltado para uma reflexão consigo mesmo e não com outros.

O fator 7, denominado “pressões organizacionais”, no caso das variáveis formadas por aquelas em que mais de 60% dos sujeitos marcaram as respostas “concordo” e “concordo totalmente”, mostra que os sujeitos não aceitam a possibilidade que tenham sido influenciados pela empresa em que trabalham ou até mesmo trabalhavam em relação à

escolha do curso de administração. Por outro lado os resultados oferecidos na assertiva de n.º 29 apresentaram-se difusos, posto que 36,08% discordaram, 59,11% concordaram e 4,81% foram indiferentes em relação ao fato de que haviam-no porque precisam fazer um curso voltado para o campo de trabalho. É interessante comentar que, enquanto na assertiva 16 os sujeitos concordaram em cerca de 69% que haviam escolhido o curso porque tinham mantido contato anterior com a profissão e passaram a se interessar por ela, neste caso não admitem a possibilidade de que tenham escolhido o curso em função de exigências do trabalho que exerciam.

O fator 8, “perfil de saída do aluno”, mostra o que segundo os sujeitos o mercado de trabalho espera do futuro profissional de administração. Para eles, além de fazer o curso numa instituição renomada, é preciso que fale no mínimo uma língua estrangeira moderna. No caso da língua estrangeira, apresentaram um índice de concordância de 94,85% de que o mercado prefere este tipo de profissional em relação aos que não falam uma segunda língua e de 83,16% que leva em consideração o nome da instituição na qual o candidato frequentou o curso.

Sabe-se que, ao escolher uma faculdade, há uma série de fatores que devem ser levados em conta por parte do candidato. Dentre esses fatores, encontram a distância, facilidades de acesso e preço. Esses fatores são importantes a partir do momento em que aquilo que a princípio pode não caracterizar um obstáculo para o aluno, passados alguns meses poderá se tornar num grande problema e inclusive levá-lo ao abandono do curso. No caso do fator 8, denominado “facilidade de acesso à instituição”, foi localizado que 70,1% dos sujeitos concordam que um dos motivos que os levaram a escolher as faculdades nas quais estudam foi o fato de que esta encontrava-se localizada nas proximidades de suas residências, conforme consta da assertiva de n.º 41. Mostraram concordância também em 66,67% de que as faculdades ofereciam facilidades de acesso, tais como ônibus, metrô e

fretados, (assertiva 54) o que com isso leva a crêr que, além de escolherem o curso com segurança, não querem ter problemas para chegarem à faculdade.

Finalmente foi possível notar que os sujeitos conhecem pouco a respeito da atribuições da função de administrador. Com base no fator 11, “caracterização da função”, não mostraram concordância nem discordância a nenhuma das assertivas propostas, o que leva a crêr que os sujeitos não aprofundaram muito seus conhecimentos a respeito da profissão que escolheram.

## **6.9 Síntese dos Resultados**

Para que se tornem mais evidentes as frequências encontradas nas pesquisa, serão apresentados a seguir alguns comentários de todas as variáveis pertinentes a cada um dos fatores para que desta maneira possa ser identificado o conteúdo de cada um deles.

Desta forma, ao caracterizarem as instituições nas quais estudam, os sujeitos concordaram que as salas de aula eram bem iluminadas (83,85%), os prédios estavam sempre limpos e organizados (71,13%) e que a biblioteca era atualizada e de boa qualidade (70,10%). Por outro lado, discordaram que a beleza e o aspecto estrutural dos prédios os tivessem influenciado na escolha daquela instituição (65,64%) e que as salas de aula fossem confortáveis (61,86%). Não houve uma definição quanto ao fato de que os sistemas de segurança interno e externo à instituição fossem confiáveis, que tivessem professores de ótima qualidade ministrando aulas nas instituições em que estudavam, e que as salas de aula fossem bem arejadas, pois nenhuma das assertivas apresentou percentual igual ou superior a 60% nas categorias, “concordo”, “discordo” e “não sei”.

Quanto à escolha profissional, os sujeitos se manifestaram bastante seguros, pois concordaram que haviam escolhido o curso porque tinham muita afinidade com as atividades envolvidas no exercício da profissão de administrador (83,16%); que tinham mantido contato anterior com a profissão e em função disso passaram a se interessar pelo curso (69,07%) e que apesar de tudo não estavam plenamente preparados para fazer uma escolha profissional quando haviam ingressado no curso (69,76%). Por outro lado, discordaram que haviam escolhido o curso de administração porque não havia outra opção de escolha para eles (85,22%).

Quanto à crença no curso escolhido, os sujeitos acreditavam que as disciplinas estudadas ou a serem estudadas estavam diretamente relacionadas com o exercício da profissão de administrador (74,57%) e que o curso forneceria para eles elementos necessários para pudessem exercer a profissão de maneira adequada (82,47%).

Sobre a oferta de emprego, não mostraram dificuldades em concordar que haviam escolhido o curso porque oferece muitas possibilidades de emprego na área (74,57%); que as perspectivas futuras para a profissão de administrador são muito positivas (73,54%) e que a oferta de emprego é muito grande (60,14%). Sobre os salários, eles concordaram que os baixos salários oferecidos aos recém-formados faziam com que eles acabassem aceitando trabalho em outras áreas (78,01%) e que a média salarial para o profissional em início de carreira seja muito baixa (65,98%). Contudo, não conseguiram manifestar uma posição definida em relação ao fato de que houvesse pouca informação sobre a área de atuação do profissional de administração.

Quanto às prováveis influências que os sujeitos podem sofrer para que optem por um determinado curso, não houve concordância por parte dos entrevistados. Este fato se explica a partir do momento em que discordaram que tivessem sido influenciados por algum amigo em relação à escolha do curso (84,54%) pelos pais (88,32%) e que o grande número de



vagas que a área de administração oferece aos novos candidatos os tivesse influenciado em sua escolha (68,38%). Não concordaram também com a hipótese que tivessem escolhido o curso em função de sugestões feitas pelas empresas em que trabalhavam (77,66%) e sobre a possibilidade de terem escolhido o curso porque precisavam fazer um curso voltado para o campo de trabalho, forneceram resultados difusos, pois não houve concentração igual ou superior a 60% em nenhuma das três categorias, “concordo”, “discordo” e “não sei”.

No que se refere ao perfil de saída do aluno, os sujeitos concordam que o mercado prefere um profissional que fale no mínimo uma língua estrangeira moderna (94,85%) e leva em conta o nome da instituição na qual o candidato estudou (83,16%). É importante ressaltar que, em relação à língua estrangeira, o inglês, que é considerado uma língua internacional, passou quase a ser obrigatório, posto que o mercado chega até mesmo a indagar qual seria a língua além do inglês que o candidato fala e escreve corretamente.

Em relação à facilidade de acesso, concordaram com as duas assertivas que compunham o fator pois, segundo eles, haviam escolhido estudar naquele local em função de que estava localizado próximo às suas residências (70,1%) ou que tivesse facilidade de acesso pelos diversos meios de transportes oferecidos na cidade (66,67%).

Finalmente, no que refere à caracterização da função, os sujeitos não conseguiram se manifestar muito bem a esse respeito, pois as duas assertivas que compunham o fator indagando sobre a possibilidade de que eles pudessem ter escolhido o curso por tratar-se de uma profissão que não tivesse rotinas no trabalho diário ou ainda que as condições de trabalho para o administrador tais como jornada de trabalho e local fossem muito boas, apresentaram resultados difusos.

Para concluir a análise das frequências das respostas dadas pelos sujeitos serão apresentadas abaixo as assertivas que não foram incluídas nos fatores em função do corte feito na análise fatorial dos dados. É importante ressaltar que foram utilizadas cargas fatoriais

iguais ou superiores a 0,46, sendo que esse valor pode ser reduzido chegando a cargas de 0,30 conforme Kerlinger (1980), que foi citado por Godoy (1989). No caso do IECEP, optou-se pelo que geralmente é utilizado, ou seja, cargas fatoriais superiores a 0,40 (Martins, 1989) pois, com isso, haveria uma maior condensação dos fatores. Portanto, não quer dizer que as assertivas que ficaram fora da análise fatorial não possam ser empregadas num outro estudo ou para fazer outros tipos de análises.

Diante disso, dentre as 56 assertivas apresentadas no IECEP, 34 ficaram dentro da análise fatorial e 22 ficaram fora, conforme poderá ser observado a seguir.

Em relação às assertivas que constam da pré-dimensão “escolha institucional” que, conforme já explicado se difere da escolha de curso, serão apresentadas no Quadro 6.3 aquelas que não constam da análise fatorial.

**Quadro 6.3**  
**Distribuição das assertivas da pré-dimensão “escolha institucional”**

<b>N.º</b>	<b>Assertivas</b>
42	Está localizada nas proximidades do meu trabalho.
49	Os setores técnico/administrativos apresentam bom atendimento aos alunos.
50	Proporciona, além da educação, serviços de boa qualidade, tais como lanchonetes, livrarias, copiadoras, lojas, etc.
55	Tive contato com a propaganda que é feita pela instituição.
56	Tive boas referências de amigos que estudam ou estudavam na instituição.

Fonte: IECEP

No Quadro 6.4 serão apresentadas as assertivas que constam da pré-dimensão “escolha profissional”.

Quadro 6.4  
Distribuição das assertivas da pré-dimensão “escolha profissional”

N.º	Assertivas
18	O nível salarial da profissão de administrador não me influenciou na escolha deste curso
19	Este curso oferece possibilidades de progredir na carreira
22	A profissão de administrador é muito importante.
24	É uma profissão que implica em desafios constantes.
27	É um curso mais fácil em relação aos demais da área empresarial.
28	É um curso que não requer aptidões iniciais para a carreira.
31	Acredito na importância que os executivos têm na sociedade.
33	Requer muito empenho, pois para acompanhá-lo tenho que dispor de no mínimo o mesmo número de horas dispensadas em sala de aula, em estudos e/ou pesquisas extra-classe.
34	É um curso mais barato que os demais da área empresarial.
37	Pretendo montar uma empresa e administrá-la.
39	Proporciona facilidades para participar de concursos públicos para o ingresso na carreira pública.

Fonte: IECEP

Finalmente em relação à pré-dimensão “expectativa profissional”, não constam da análise fatorial as assertivas identificadas no Quadro 6.5 que segue.

**Quadro 6.5**  
**Distribuição das assertivas da pré-dimensão**  
**“expectativa profissional”**

<b>N.º</b>	<b>Assertivas</b>
57	O sexo do candidato não influencia na preferência do mercado pelo profissional de administração.
60	O profissional de administração que conseguir emprego em uma empresa sólida certamente estará com o futuro garantido.
61	Se pudesse voltaria atrás com minha escolha profissional em virtude da falta de estabilidade.
62	As diferenças regionais quanto à demanda desta profissão (oferta de emprego) não representam nenhum tipo de problema para o mercado de trabalho.
66	Exige cada vez mais um profissional dinâmico e com espírito de liderança.
69	Atualmente não é fácil para o formando em administração de empresas encontrar emprego na área.

Fonte: IECEP

Para concluir, é importante dizer que as informações obtidas com as assertivas que constam dos quadros 6.3, 6.4 e 6.5 foram de grande valia para a conclusão deste estudo e poderá auxiliar em um novo trabalho.

## 7 Conclusões

Conforme já mencionado anteriormente, a literatura brasileira sobre o ensino superior noturno ainda é muito pequena, já que somente a partir de 1980 é que aparecem as primeiras publicações abordando o assunto. Diferentemente do que ocorre com ensino superior, com a educação básica a preocupação com esse tipo de produção científica é um pouco anterior a esse período, mas nem tanto. Percebeu-se que, desde a criação do período noturno, ainda no Brasil Império, já havia uma certa discriminação em relação à sua clientela, pois se tratava de algo que tinha como objetivo o atendimento de pessoas que não tivessem condições de freqüentar um escola em período normal.

Possivelmente, se os alunos forem questionados sobre que tipo de escola é a noturna, responderão que se trata de uma escola destinada a atender ao aluno trabalhador, aquele que trabalha tanto em período integral quanto aquele que trabalha parte do dia e, mesmo assim, prefere estudar à noite. Trata-se portanto de um aluno que, de um modo geral, provém de uma família que não dispõe de muitos recursos financeiros para mantê-lo ou, então, não considera importante o investimento na escolarização universitária do filho (FURLANI, 1998). Neste caso, é importante acrescentar que estariam também os alunos cuja família até disponha de recursos financeiros, mas que não se disponha a pagar o curso para o filho, fazendo com que este também se torne um aluno trabalhador para a manutenção de seu próprio curso. Este fato inclusive pôde ser confirmado a partir do grande número de alunos trabalhadores apresentado na pesquisa.

Um outro fato importante percebido é que a taxa de matrículas no período noturno é bem superior ao diurno, conforme mostram os dados do censo educacional do ensino superior de 1999, ou seja, no Brasil, 44,2% dos alunos estudavam no período diurno e

55,8% no período noturno. Evidentemente que, em função da grande demanda por vagas, o Estado não conseguiu atender a todos e com isso o setor privado surgiu como uma possibilidade para solucionar o problema.

Em relação à definição do perfil do aluno, propôs-se a estudar somente os alunos do ensino superior noturno, já que representavam o público alvo do estudo. Percebeu-se que os alunos apresentados nos diversos estudos não diferem muito uns dos outros. Trata-se de alunos que trabalham durante o dia e estudam à noite. Quanto à faixa etária, no geral não se encontram em defasagem série-idade conforme se pensa a respeito do aluno do ensino superior noturno. Comparando-se os alunos pesquisados neste trabalho com os alunos dos trabalhos de Spósito e Castanho (1989), Furlani (1998) e Silva (2000), foi possível notar que se assemelham muito, quer seja no perfil social ou idade de ingresso no ensino superior. Dentre os estudos apresentados verificou-se que o único que apresentou diferenças foi o de Abramowicz (1990), com um intervalo etário entre 16 e 56 anos, fato esse que talvez pudesse ser explicado por tratar-se do curso de Pedagogia, com predominância feminina (69%), e que às vezes é procurado para resolver o problema da formação de professoras que já se encontram no exercício da profissão docente e, às vezes, almejam outros cargos.

Diante dos resultados apresentados na pesquisa, obtiveram-se algumas surpresas em relação ao que havia sido suposto por ocasião da determinação da hipótese orientadora do trabalho. Imaginava-se que os alunos pudessem escolher o curso em função de influências externas sofridas por parte da família, de amigos ou de empresas com a quais tivessem mantido algum tipo de contato anterior. Todavia, este fato não se confirmou.

Observando-se a Tabela 7.1, ao contrário do que se pensava, os alunos até mostraram ter sofrido algum tipo de influência em relação à escolha profissional, mas foi muito pequena. Com isso é possível deduzir que eles apresentam uma certa liberdade de

escolha profissional, pelo menos de forma direta, já que indiretamente não há como não sofrer algum tipo de influência, conforme já mencionado.

Tabela 7.1  
Grau de discordância dos respondentes segundo a influência sofrida na escolha profissional

O r i g e m	%
F a m i l i a r ( p a i s )	8 8 , 3 2
O r g a n i z a c i o n a l	7 7 , 6 6
A m i g o s	8 4 , 5 4

Fonte: respondentes

Partindo-se do pressuposto de que é na família que geralmente o indivíduo passa a maior parte de sua vida, deduz-se que é nesta relação que ocorre algum tipo de influência em relação à escolha profissional com maior intensidade. Por outro lado, os resultados da pesquisa mostram que as coisas nem sempre são assim. Verificou-se que 88,32% dos respondentes discordam que tivessem sofrido algum tipo de influência por parte dos pais que os tivesse levado a optar pelo curso de Administração de Empresas.

Em relação ao trabalho e amigos, acreditava-se que poderiam ser um tipo de relação que viesse representar algum tipo de influência na hora da opção por uma profissão. Da mesma forma que a familiar, os respondentes mostraram que discordam que tivessem sofrido esse tipo de influência. No caso de amigos, o grau de discordância foi de 84,54% e, em relação à empresa, esse índice foi um pouco inferior, mas também bastante significativo (77,66%).

Diante disso, concluí-se que a escolha profissional é algo próprio do sujeito e que se dá de forma sutil a partir da interação do indivíduo com o meio familiar, profissional ou

com os amigos. Neste contexto, o próprio candidato percebe o que é melhor para ele mesmo, a partir do momento em que não é diretamente influenciado pelas pessoas com as quais convive. Portanto, a hipótese apresentada neste trabalho foi refutada.

Não se sabe se esta forma de agir é a mais indicada ou se seria melhor procurar algum tipo de ajuda profissional. De acordo com Macedo (1998), o jovem brasileiro perde muito pouco tempo com a escolha profissional e a faz com pouca orientação ou reflexão. Desta forma, a possibilidade de arrependimento em relação à escolha profissional não deve ser descartada, podendo inclusive ser observada até mesmo antes da conclusão do curso. Mas ao que parece, pelo menos em relação aos sujeitos indagados, a escolha foi feita de forma consenciosa, posto que a maioria (70,45%) discordou com a possibilidade de trocar de curso se pudessem voltar atrás com a escolha feita, o que nos leva a crêr que a satisfação em relação ao curso escolhido é muito grande.

Percebeu-se também que os alunos do ensino noturno vêem a profissão de administrador de forma bastante positiva e, inclusive, como possibilidade de prestígio e ascensão social. Esse fato pode ser confirmado observando-se os resultados apresentados na Tabela 7.2.

Tabela 7.2  
Distribuição dos aspectos positivos da profissão de administração  
segundo os respondentes

Variável	%
Importante	94,5
Desafiadora	92,41
Traz prestígio social	82,13
Qualificação profissional	82,47
Atualizada com mercado trabalho	74,57

Fonte: respondentes



Para os alunos pesquisados, a profissão de administrador é desafiadora (92,41% pensam desta forma) e ao mesmo tempo atualizada em relação ao mercado de trabalho (74,57%). Este resultado, inclusive, leva a crêr que, apesar dos questionamentos que se fazem a respeito da qualidade do ensino superior noturno e a relação que se faz necessária entre o ensino superior e a empresa, percebe-se que na concepção dos alunos indagados as instituições em que estudam lhes têm proporcionado uma boa formação profissional (82,47%). Segundo eles, trata-se também de uma profissão desafiadora (92,41%). Neste caso, é importante ressaltar que a opinião do aluno não necessariamente coincide com opinião dos educadores, que mostram que o ensino noturno se dá em instituições não aparelhadas e com profissionais que não têm exclusividade no exercício da profissão docente, conforme já citado na parte que fala o ensino superior noturno.

A partir do levantamento bibliográfico, verificou-se que muitos avanços têm sido alcançados para que esse quadro fosse invertido. Notou-se que a preocupação com a qualidade de ensino por parte das IES, o que acaba refletindo na qualidade da formação profissional do aluno, tornou-se mais evidente com o início do Exame Nacional de Cursos (Provão), a partir de 1996. Num primeiro momento, acreditava-se que era uma forma de inspeção por parte do governo, mas acabou-se por perceber que trata-se de uma fonte de crescimento qualitativo, conforme artigo publicado pela ABMES a respeito da avaliação dos cursos de administração.

No que se refere à escolha do curso, alguns fatores na pesquisa destacaram-se em relação a outros. O que mais se destacou foi a importância que os sujeitos dão à profissão de administrador (94,5%) seguida da afinidade que eles têm com a profissão (83,16%). A qualificação profissional também foi um fator com bastante destaque segundo os respondentes, quanto aos motivos de escolha do curso de administração. O menor índice

apresentado foi o que diz respeito a possíveis contatos que tivessem mantido com a profissão antes mesmo do ingresso no ensino superior que, assim mesmo, encontra-se próximo aos 70%, conforme Tabela 7.3. A partir desses resultados é possível deduzir que a opção pelo curso de administração se dá de forma bastante segura e consciente.

Tabela 7.3  
Motivos de escolha do curso de administração  
segundo os respondentes

Variável	%
Afinidade com a profissão	83,16
Interesse em função de contato com a profissão	69,07
Crença na importância da profissão	94,50
Qualificação profissional	82,47

Fonte: respondentes

Com relação à opção pela instituição, percebeu-se que os alunos, ao escolherem uma faculdade, centro universitário ou universidade, procuram algo que lhes ofereça algum tipo de conforto e facilidade. A maior preocupação mostrada pelos sujeitos foi com iluminação das salas de aula que, segundo eles, é algo muito importante (83,85%) e que oferecesse prédios limpos e organizados (71,13%). Outro fator importante para os respondentes é que a instituição estivesse localizada nas proximidades de suas residências (70,15%) ou ainda que oferecesse facilidades de acesso (66,67%) conforme consta da Tabela 7.4.

Tabela 7.4  
Fatores que influenciaram na escolha do estabelecimento  
segundo os respondentes

Variável	%
Proximidades com a residência	70,15
Limpeza e organização dos prédios	71,13
Iluminação da salas	83,85
Facilidades de acesso	66,67

Fonte: respondentes

Finalmente, em relação ao mercado de trabalho, os respondentes mostraram que estavam bastante otimistas em relação às perspectivas futuras da profissão(73,54%), o que mais uma vez demonstra a credibilidade na profissão e a segurança diante da escolha pelo curso de Administração de Empresas. Por outro lado, mostraram-se insatisfeitos no que refere ao nível salarial que é oferecido ao recém formado em Administração de Empresas. Chegam até mesmo a acreditar que os baixos salários oferecidos ao profissional faziam com que aceitassem emprego em outras áreas que não fossem a de Administração de Empresas (78,01%). Por outro lado, não mostram pessimismo em relação à oferta de emprego, posto que segundo eles, há uma grande oferta de emprego na área de Administração de Empresas (60,14%), conforme consta da Tabela 7.5.

Tabela 7.5  
Pressupostos em relação ao mercado de trabalho  
segundo os respondentes

Variável	%
Apresenta boas perspectivas futuras	73,54
Oferece um grande número de vagas	60,14
Salários baixos para no início da carreira	65,98
Baixos salários geram migração para outras áreas	78,01

Fonte: respondentes

Em relação à literatura pesquisada sobre o mercado de trabalho, verificou-se que é muito grande. Diante disso, este trabalho não se propôs a elencá-las em função da quantidade de publicações a respeito do assunto, quer seja, nacional ou internacional, pois esse não era o objetivo do trabalho. Pretendeu-se apenas focar o assunto para facilitar a compreensão das relações dos sujeitos pesquisados com o mercado de trabalho para o profissional de administração.

Sobre a produção científica voltada para a escolha profissional, também é bastante significativa, mas em relação à escolha específica do curso de administração, muito pouco foi localizado a esse respeito. Este fato, inclusive, representou um obstáculo para se poder interpretar os motivos de escolha do curso de administração, mas ao mesmo tempo um encorajamento ainda maior, pois acredita-se que os resultados possam facilitar o trabalho dos profissionais em educação que estão envolvidos com o ensino superior noturno de Administração de Empresas.

Quanto à escolha profissional, percebeu-se que, apesar de os sujeitos não admitirem que pudessem ser influenciados, a influência pode existir de qualquer modo, porém nem sempre se dá para o bem, pois também pode ser para o mal, conforme ressalta

(MACEDO, 1988). De acordo com o autor, as pessoas são influenciadas em relação à escolha profissional a partir do momento em que não deixam de assistir a novelas, ler revistas, jornais, conversar com os pais ou desmanchar o namoro, sendo que, se nada disso ocorresse, aí sim a escolha seria sem “influências” mas, conforme se sabe estes fatos supra citados fazem parte da vida das pessoas. O autor ressalta ainda que as influências existem e estão marcadas na forma que o indivíduo pensa, fala, anda, veste, etc. E mais, “as influências devem ser sempre levadas em conta, desde que a pessoa consiga percebê-las apenas como mais um instrumento desse difícil processo de escolha” .

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que, apesar de os respondentes terem mostrado que não sofreram nenhum tipo de influência direta em relação à sua opção profissional, não há como negar que as inter-relações que mantiveram no período que antecedeu o ingresso no ensino superior com a família, com as pessoas de seu trabalho e do ciclo de amizade, tenham de alguma forma os levado a optar pela profissão. Exemplo disso é quando falam que escolheram a profissão em função de terem mantido contato anterior com a profissão e que, com isso passaram a se interessar pelo curso (69,07%). É evidente que, neste caso, para que eles tivessem contato com a profissão, tiveram também com as pessoas.

Em relação ao mercado de trabalho, não há muito o que deve ser dito a esse respeito, pois uma série de fatos são evidentes à medida que se exige um profissional cada vez mais atualizado e que as profissões têm surgido e desaparecido com uma rapidez muito grande, fazendo com que o estudante se sinta cada vez mais inseguro em relação à sua opção profissional.

A pesquisa mostrou que os alunos estão cientes de tudo isso. Exemplo disso é que acreditam que o mercado prefira um profissional de fale no mínimo uma língua estrangeira moderna (94,85%), e mesmo não sendo indagados, colocarem que deveria ser acrescentado no currículo de Administração o ensino da língua inglesa. Um outro fator importante ressaltado é

que, segundo os alunos, o mercado tem exigido cada vez mais um profissional dinâmico e com espírito de liderança (93,13%), ou ainda que leva em conta o nome da instituição em que o aluno frequentou o terceiro grau (83,16%). Todavia, são enfáticos em discordarem que não tem sido fácil para o formando em Administração de Empresas encontrar um emprego na área (60,82%). Desta forma, para a maioria dos respondentes o futuro do profissional de administração ainda está garantido, apesar dos baixos salários oferecidos pelo mercado.

Neste contexto, verificou-se que os sujeitos acreditam que as IES têm que proporcionar aos alunos uma formação de qualidade e que ao mesmo tempo esteja atualizada com as necessidades do mercado de trabalho. Um outro fato interessante verificado, é que segundo os respondentes, o mercado não dá preferência para o profissional com maior tempo de atuação. Esta situação foi observada a partir do momento em verificou-se que houve um certo equilíbrio ao serem indagados sobre a preferência do mercado por um profissional mais jovem em relação a um outro profissional com mais tempo de atuação profissional (50,17%). Acreditava-se a princípio que as respostas tendessem para o profissional com a maior atuação no mercado de trabalho mas, conforme pôde ser constatado, este fato não ocorreu.

É importante dizer ainda que o aluno de Administração de Empresas tem mostrado uma preocupação muito grande com a sua formação e inserção no mercado de trabalho. De acordo com Sarsur et ali (1999), tudo indica que, apesar do período atual caracterizar-se por uma incerteza que retira os alicerces conhecidos do passado e ainda que não ofereça solo seguro quanto ao futuro, a carreira não é uma utopia caso se pense desta forma. Por outro lado, é um momento de transição que confunde e desnorteia, a partir do momento em que se observa que não há mais pleno emprego, sendo que o que permanece para os trabalhadores e futuros profissionais é a “velha” idéia do emprego formal, sob a qual foram criados e induzidos a acreditar. E mais, de acordo com este estudo, o estigma do trabalho e sua importância, reforçado pela idéia de conquista de uma “lugar ao sol”, uma

promoção, um aumento ou o topo da carreira, demonstra continuar intocável. Neste caso, percebe-se que a questão da ascensão e posição social ainda representa um papel fundamental nas questões profissionais, tanto neste estudo quanto em outros, como é o caso deste supra citado.

De acordo com Previdelli (2000), em relação às concepções sobre o mercado de trabalho, verificou-se que o profissional de administração já tem em mente que a nova configuração do mundo do trabalho implica em um maior nível de qualificação, uma vez que, de fato, os empregos estão se apresentando sobre a forma de novas ocupações, assim como novas necessidades e exigências. O autor acredita ainda que não está muito longe de nossa realidade o momento em que o trabalho deixará de ser realizado em um local fixo e, no caso da Administração de Empresas, seja enquanto operacional ou enquanto executivo, o profissional da administração assume um papel privilegiado no contexto das mudanças que estão configurando as novas organizações, pela natureza da sua inserção nos ambientes organizacionais.

É importante enfatizar que este trabalho não responde todos os questionamentos sobre a escolha profissional e o mercado de trabalho. O que propôs foi identificar alguns fatores que podem influenciar a escolha profissional e, a partir daí, traçar um paralelo com as percepções dos alunos do ensino superior noturno de Administração de Empresas. Percebeu-se ainda que para conhecer melhor o perfil dos alunos do ensino superior noturno muitos, outros questionamentos poderiam ter sido feitos. Exemplo disso seria o caso de, ao indagar um assunto explorá-lo melhor. No caso da ajuda financeira, ficaria melhor saber se recebem e de onde ela vem, ou ainda a partir de quando ingressaram no mercado de trabalho e se haviam frequentado o Ensino Médio à noite ou durante o dia. Este último questionamento seria muito importante inclusive para analisar se o fato de estarem com faixa-etária considerada ideal tem a ver com os estudos pregressos ou não. Seria importante também

saber se o fato de estudarem à noite era algo novo em suas vidas, ou seja, se estavam acostumados, conforme fez Abramowicz (1990).

Finalmente, é importante dizer que o curso noturno de administração das instituições pesquisadas é constituído tanto por indivíduos do sexo masculino quanto do sexo feminino, sendo que prevalece o primeiro, com 53,27%. Quanto à faixa etária, 55,33% encontram-se entre 18 e 25 de idade, o que mostrou não haver defasagem de ingresso no ensino superior indicando, inclusive, que grande parcela dos respondentes era recém egressa do Ensino Médio. Diferentemente dos egressos na FEA-USP, os alunos das IES particulares advêm, em boa parte, com frequência total do Ensino Médio na escola pública (49,83%) e apenas 32,65% com frequência total em escolas particulares. Quanto ao restante, houve uma alternância de períodos entre a escola pública e particular.

A maioria é solteira (69,42%) e 87,29% encontravam-se trabalhando por ocasião da pesquisa. Com relação à renda familiar, verificou-se que 50,17% dos respondentes recebem acima de 10 salários mínimos mensais e parte desse dinheiro é utilizado para pagar os estudos pois 64,96% não recebem nenhum tipo de ajuda financeira para frequentar um curso pago. A maior parte dos respondentes encontram-se trabalhando na área de administração, sendo que no caso dos indivíduos do sexo masculinos esse número fica próximo de 72% e, quanto ao sexo feminino, o índice cai um pouco, mas também fica em torno de 70%.

Diante do quadro que foi apresentado sobre o aluno do ensino superior noturno de administração, nota-se que são pessoas com espírito de liderança que apresentam características próprias para o exercício da profissão de administrador e que poderão contribuir muito com o seu trabalho para o desenvolvimento das organizações, e até mesmo do país.



## Referências Bibliográficas

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Os desafios da expansão do ensino superior. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/publica/Revista/estd18/es18-04.htm>>. Acesso em: 04 de agosto de 2001.

\_\_\_\_\_. O processo de avaliação dos cursos de administração: análise crítica. Disponível em <<http://www.abmes.org.br/abmes/publica/Revista/estud28/Edson01.htm>>. Acesso em: 04 de ago. 2001.

ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação da aprendizagem: como trabalhadores - estudantes de uma faculdade particular noturna vêem o processo – em busca de um caminho. Tese (doutorado em Psicologia da Educação) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 1990.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Perfil formação e oportunidades de trabalho do administrador profissional. ESPM/CFA, Brasília, 1999. Disponível em <<http://www.admnet.org.br/html/edu>> Acesso em 24 julho 2001.

ANGRAD – Associação dos Cursos de Graduação em Administração. Perfil e habilidades do administrador. São Paulo: Anais, 1996.

UBASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. A escolha e o comprometimento com a carreira: um estudo entre profissionais e estudantes de administração. RAUSP – Revista de Administração, São Paulo, n.º 3 v. 32 julho/setembro, 1997.

BIVAR, W.S.B. Estimativas da duração média do desemprego no Brasil. Pesquisa e planejamento Econômico, 1993.

BRASIL. Diário Oficial da União. Lei ° 8.539. Seção I, de 27.12.1992.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://home.iis.com.br/~jbello/19394\\_96htm](http://home.iis.com.br/~jbello/19394_96htm)>. Acesso em: 29 de jul. de 2001.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro in: Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CASTANHO, Maria Eugênia L.M. Universidade à noite: fim ou começo de jornada? Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

CARVALHO, Edgard de Assis. Prefácio. In: Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTELO BRANCO, Luciana de Toledo Temer. A mulher e o mercado de trabalho: reflexos dos documentos internacionais na ordem jurídica interna. Videre Futura – Revista da Faculdade Domus; ITAE - Instituto de Tecnologia Avançada em Educação, São Paulo v.1, n1 2000.

CUNHA, L. A. Qual universidade? São Paulo: Cortez: autores associados, 1989.

COHEN, Allan R. M.B..A. Curso prático de administração. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

De MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós- industrial. Trad. Yadyr A. Figueiredo. 5ª Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília, DF; Ed. Da UnB, 2000.

DIAS, Maria Luiza. Família e escolha profissional In: A escolha profissional em questão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação no governo Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social; Revista Sociologia da USP. São Paulo, out. 1999.

FERNANDES, Senira Anie Ferraz. Ensino superior privado no Brasil – a ótica discente. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação – FE da Universidade de São Paulo, 1993.

FERREIRA, Joana D’Arc de Souza. Motivos de escolha da profissão e características de personalidade, através do desenho da figura humana, em estudantes de Psicologia e Administração. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

FORÚM de Jovens Empresários da Associação Comercial de São Paulo. Perfil do jovem universitário paulistano 2000. São Paulo: Arizona, 2000.

FRANCO, Edson. O Ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade. Brasília-DF : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos INEP, v.67, 157): 617-647, set./dez, 1986.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam 33 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FUNDAÇÃO IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>> .

FURLANI, Lúcia Teixeira Maria. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998.

GODOY, Arilda Schmidt. Ambiente de ensino preferido por alunos do terceiro grau – um estudo comparativo. 1989. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

HALL, Richard H. Organizations: structures, process, and outcomes. New Jersey: Prentice-Hall, 1999.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Resultados e tendências da educação superior no Brasil. Brasília, agosto de 2000. Disponível em <<http://www.inep.org.br>>  
Acesso em: 08 de agosto de 2001.

LATERZA, Betânia. Ensino noturno: a travessia para a esperança. São Paulo: Global, 1995.

LAERTE Consultores em Recursos Humanos. Mercado de trabalho. São Paulo, 2001. Disponível em <<http://www.laertcordeiro.com.br>> Acesso em: 30 de junho de 2001.

LISPECTOR, Clarice. A hora da estrela. 19 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\* LEHMAN, Ivette Piha. Não Sei Que Profissão Escolher. São Paulo: Moderna, 1999.

\* MACEDO, Roberto Brás Matos. Seu diploma, sua prancha: como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARTINS, C.B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil 1952 – 1983. São Paulo: Ciência e Cultura, v.41, nº7, p. 663-676, julho 1989.

MORAES, Ana Shirley de França. A universidade no final do século XX e a formação do administrador para o novo mercado de trabalho. Disponível em <[htt.www.angrad.com.br](http://www.angrad.com.br)>. Acesso em: 20.09.2001.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. Trad. Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, B.M. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980) in: Ensino Superior brasileiro – transformações e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Classificação dos métodos e técnicas para análises multivariadas. Revista do Instituto de Ensino Superior de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP, ano VII, n.º 18, maio/dezembro 1989.

MASLOW, Abraham A. Theory of human motivation. Psychological Review, 1943.

MATAR, F. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 1997.

MONTEIRO, Marcelo Di Francesco. O currículo universitário frente a mudanças na sociedade: análise da evolução do currículo de administração de empresas em nível de graduação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: Revista Administração Online da FECAP, vol.1 n.º 3, 2000.

NISKIER, Arnaldo. Educação Brasileira – 500 anos de história 1500 – 2000. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

O Ensino de administração no Brasil. Disponível em <<http://www.admnet.org.br>> Acesso em 21/12/2000.

OS PENSADORES. Aristóteles – vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PEREIRA, Júlio Cesar R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 2 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PIOLLA, Gilberto. Ensino superior cresce mais nas universidades estaduais que nas federais. Disponível em: <[http://www.uol.com.br/aprendiz/gilmar\\_piolla/index/html](http://www.uol.com.br/aprendiz/gilmar_piolla/index/html)> Acesso em: 26/09/2001.

\*PREVIDELLI, José de Jesus ; CÔRTEZ, Renata de Souza. Globalização e mercado de trabalho do administrador. ANGRAD, 2000. Disponível em <[http://www.angrad.com/artigo\\_todos.asp](http://www.angrad.com/artigo_todos.asp)>. Acesso em: 15 de ago. 2001.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da escolarização superior para duas gerações de famílias de camadas médias. 17ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 1994.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. Indicação CEE n.º 08/97 e Deliberação n.º 09/97. Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o Regime de Progressão Continuada no Ensino Fundamental.

SARSUR, A. M., CRUS, M.V.G., BARBOSA, A. C. Q. Carreira: utopia ou realidade? ANGRAD, 1999?. Disponível em <[http://www.angrad.com/artigo\\_todos.asp](http://www.angrad.com/artigo_todos.asp)>. Acesso em: 15 de ago. 2001.

SILVA, Laura Belluzzo de Campos. A escolha da profissão: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Unimarco, 1996.

SILVA, Tânia Mara Tavares da. Ensino superior noturno: sonhos e desencantos. São Paulo: Salesiana: UNISA, 2000.

SILVA, Tomas Tadeu da & GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, P.R. Resultados e tendências da educação superior no Brasil. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/censo/resultado\\_tendencia.htm](http://www.inep.gov.br/censo/resultado_tendencia.htm)>. Acesso em: 14.06.2001.

SPÓSITO, Marília Pontes (Org.) . O trabalhador-estudante: Um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo: Loyola, 1989. 141 p. Bibliografia p. 140 – 141.

\_\_\_\_\_. O ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade. Brasília-DF : Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos INEP, v.67, 157): 617-647, set./dez,1986.

STONER, J A. F., R. E. FREEMAN. Administração. 5 ed. Rio de Janeiro, LTC, 1999.

SUPER, D.E.; BOHN, M.J.J. Psicologia ocupacional. São Paulo: Atlas, 1980.

TACHIZAWA, T. ANDRADE, R. O. B. de. Gestão de instituições de ensino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. Trad. Ramos, Arlindo Vieira. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TRABALHO. In: Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Cunha, Antônio Geraldo da, assistentes: Cláudio Mello Sobrinho et. all. 2 ed. 8ª impressão (1997), Rio de janeiro, Nova Fronteira 1986.

URANI, André. CAMARGO, José Márcio. (org.) Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.



WEIL, Pierre. Sua vida, seu futuro – escolha entre 600 profissões. 13 Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

WHITAKER, Dulce. Escolha da carreira e globalização. 11<sup>a</sup> ed. revisada São Paulo: Moderna, 1997.

YU, C.H. An Introduction to computing and interpreting Cronbach Coefficient Alpha in SAS. Proceedings of 26<sup>th</sup> SAS User Group International Conference. Disponível em: <<http://seamonkey.ed.asu.edu/~alex/pub/cronbach.doc>>. Acesso em 23/06/2001.

## Anexos

### 1. Inventário de escolha de curso e expectativas profissionais – IECEP

**Responsável pela pesquisa: Nonato Assis de Miranda**

Este questionário tem como objetivo coletar dados entre os alunos do curso de Administração de Empresas. É importante que todas as questões sejam respondidas com a máxima veracidade pois nos ajudará a sugerir melhorias nos cursos de graduação. Ressaltamos dizer ainda que os dados aqui obtidos serão estritamente confidenciais, não havendo necessidade de identificação.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

#### I – INFORMAÇÕES

Sem: \_\_\_\_/2001

01 – sexo: (     ) M (     ) F 02 – Idade: \_\_\_\_ anos 03 – Você trabalha? Sim (     ) não (     )

04 – Estado civil: (     ) casado (a) (     ) solteiro (a) (     ) viúvo (a) (     ) outros

05 – Se trabalha, que função exerce no seu trabalho? \_\_\_\_\_

06 – O seu curso é mantido por você mesmo? (     ) sim (     ) não

07 – Recebe algum tipo de ajuda financeira para manutenção do curso? (     ) sim (     ) não

08 – Quanto ao Ensino Médio, (antigo 2º Grau ou Colegial) você cursou:

(     ) todo em escola pública;  
(     ) todo em escola particular;

(     ) maior parte em escola pública;  
(     ) maior parte em escola particular.

09 – Quanto ao curso freqüentado foi:

(     ) Ensino Médio regular;  
(     ) Suplência (supletivo);

(     ) Magistério;  
(     ) Outros.

10 – Profissão do pai (caso trabalhe): \_\_\_\_\_

11 – Profissão da mãe (caso trabalhe): \_\_\_\_\_

12 – Grau máximo de instrução do pai: \_\_\_\_\_

13 – Grau máximo de instrução da mãe: \_\_\_\_\_

14 – No que se refere à sua renda familiar, qual seria o seu enquadramento?

(     ) até três salários mínimos (de R\$0,00 a R\$540,00);  
(     ) de três a cinco salários mínimos (de R\$540,00 a R\$900,00);  
(     ) de cinco a sete salários mínimos (de R\$900,00 a 1.260,00);

- (     ) de sete a dez salários mínimos (de R\$1.260,00 a 1.800,00);  
 (     ) acima de dez salários mínimos (a partir de R\$1.801,00).

**Assinale a alternativa mais adequada à sua opinião.**

## **II – Escolhi o curso porque:**

15 – Tenho muita afinidade com as atividades envolvidas no exercício da função de administrador.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

16 – Tive contatos anteriormente com a profissão e me interessei por ela.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

17 – Fui influenciado pelos meus pais em relação à minha escolha de curso.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

18 – O nível salarial da profissão de administrador não me influenciou na escolha deste curso.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

19 – Este curso oferece possibilidades de progredir na carreira.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

20 – Escolhi este curso por oferecer muitas possibilidades de emprego na área.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

21 – Fui influenciado por alguns (as) amigo (as) quanto à escolha desse curso.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

22 – A profissão de administrador é muito importante.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

23 – As condições de trabalho (jornada de trabalho, local, etc.) para o administrador são muito boas.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

24 – É uma profissão que implica em desafios constantes.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

25 – Por tratar-se de uma profissão que não tem rotinas no trabalho diário.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

26 – Não havia outra opção de escolha para min.

(     ) Discordo totalmente (     ) discordo (     ) Não sei (     ) Concordo (     ) Concordo totalmente

- 27 – É um curso mais fácil em relação aos demais da área empresarial.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 28 – É um curso que não requer aptidões iniciais para a carreira.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 29 – Porque precisava fazer um curso universitário voltado para o meu campo de trabalho.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 30 – Fui pressionado pela empresa em que trabalho e/ou trabalhava.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 31 – Acredito na importância que os executivos têm na sociedade.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 32 – Forneceu ou fornecerá os elementos necessários para eu exercer a profissão de maneira adequada.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 33 – Requer muito empenho, pois para acompanhá-lo tenho que dispor de no mínimo o mesmo número de horas dispensadas em sala de aula, em estudos e/ou pesquisas extra-classe.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 34 – É um curso mais barato que os demais da área empresarial.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 35 – O número de vagas oferecidas era grande e com isso, o ingresso na faculdade foi facilitado.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 36 – Não gosto (gostava) da área de Ciências Exatas/Tecnologia.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 37 – Pretendo montar uma empresa e administrá-la.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 38 – As disciplinas estudadas ou a serem estudadas estão diretamente relacionadas com o exercício da profissão.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 39 – Proporciona facilidades para participar de concursos para o ingresso na carreira pública.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente
- 40 – Não estava plenamente preparado (a) para fazer uma escolha profissional quando ingressei neste curso.  
( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

### III – Escolhi esta instituição (faculdade) porque:

- 41 – Está localizada nas proximidades de minha residência.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 42 – Está localizada nas proximidades do meu trabalho.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 43 – Oferece um quadro de professores de ótima qualidade.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 44 – Os prédios estão sempre limpos e organizados.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 45 – A beleza e o aspecto estrutural dos prédios me impressionaram.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 46 – As salas de aula são confortáveis.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 47 – As salas de aula são bem arejadas.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 48 – As salas de aula são bem iluminadas.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 49 – Os setores técnico/administrativos apresentam bom atendimento aos alunos.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 50 – Proporciona além da educação, serviços de boa qualidade, tais como lanchonetes, livrarias, copiadoras, lojas, etc.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 51 – A biblioteca é atualizada e de boa qualidade.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 52 – O sistema de segurança interno é confiável.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 53 – O sistema de segurança externo é confiável.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 54 – Tem facilidade de acesso através de transportes diversos tais como ônibus, metrô, fretados e outros.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente
- 55 – Tive contato com a propaganda que é feita pela instituição.  
☐ Discordo totalmente ☐ discordo ☐ Não sei ☐ Concordo ☐ Concordo totalmente

56 – Tive boas referências de amigos (as) que estudam ou estudavam aqui.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

#### **IV – Sobre o mercado de trabalho:**

57 – O sexo do candidato não influencia na preferência do mercado pelo profissional de administração.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

58 – As perspectivas futuras para esta profissão são muito positivas.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

59 – A oferta de empregos para a área de administração de empresas é muito grande.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

60 – O profissional de administração que conseguir emprego em uma empresa sólida certamente estará com o futuro garantido.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

61 – Se pudesse voltaria atrás com minha escolha profissional em virtude da falta de estabilidade profissional.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

62 – As diferenças regionais quanto à demanda desta profissão (oferta de emprego) não representam nenhum tipo de problema para o mercado de trabalho.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

63 – A média salarial para o profissional de início de carreira é muito baixa.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

64 – Os baixos salários oferecidos aos recém formados faz com que acabem aceitando trabalho em outras áreas.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

65 – Há pouca informação sobre a área de atuação do profissional de administração.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

66 – Exige cada vez mais um profissional dinâmico e com espírito de liderança.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

67 – Dá preferência para o jovem em relação a um profissional com mais tempo de atuação.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

68 – Leva em conta o nome da instituição na qual o candidato frequentou o curso.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

69 – Atualmente não é fácil para o formando em administração de empresas encontrar emprego na área.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente

70 – Prefere um profissional que fale no mínimo uma língua estrangeira moderna.

( ) Discordo totalmente ( ) discordo ( ) Não sei ( ) Concordo ( ) Concordo totalmente







\*\*\*\*\* Method 1 (space saver) will be used for this analysis \*\*\*\*\*

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE  
(ALPHA)

Reliability  
Coefficients

N of Cases = 291,0      N of  
Items = 56

Alpha =  
,6923